



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina, Piauí,
Brasil; CEP 64049-550

Telefones: (86) 3215-5525/ 3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

**Nº 299– Maio/2021
Resolução 59/2021 (CEPEX)**

18 de maio de 2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 59 DE 18 DE MAIO DE 2021

Aprova alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEDOC, do **Campus** Senador Helvídio Nunes de Barros - CSHNB, conforme ANEXO.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução nº 011/84, de 10 de outubro de 1984, e alterado pelas Resoluções nº 101/05, de 17 de junho de 2005, e 049/13, de 26 de março de 2013, todas do mencionado Conselho;

- a decisão do mesmo Conselho em reunião do dia 10 de maio de 2021;

- o Processo Nº 23111.009100/2020-64.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do parecer do relator, a alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEDOC, do **Campus** Senador Helvídio Nunes de Barros - CSHNB, conforme referido projeto em ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor no dia 1º de junho de 2021, conforme disposto nos incisos I e II do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República.

Teresina, 18 de maio de 2021

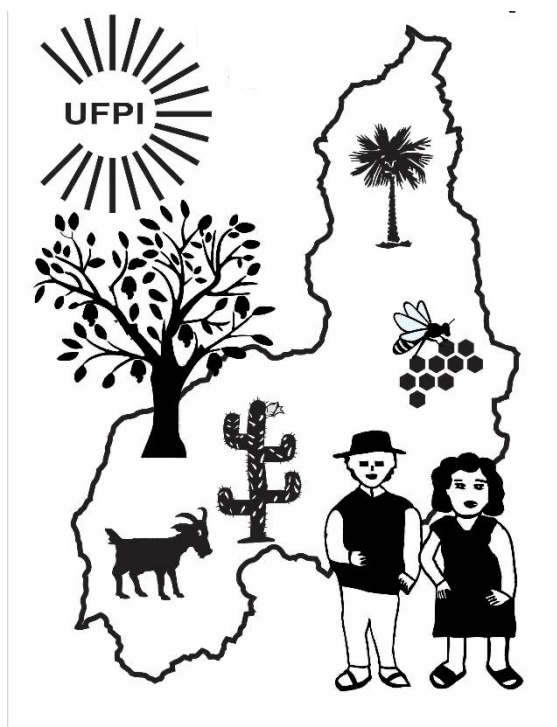

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO,
ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO, ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA
PRESENCIAL**



PICOS – 2021

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, ÁREA CIÊNCIAS DA
NATUREZA**

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza/Presencial. Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos – Piauí, a ser implantado a partir do segundo semestre de 2021.

PICOS - 2021

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luis Carlos Sales

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Profa. Dra. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dra. Monica Arrivabene

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Profa. Dra. Silvana Santiago da Rocha
Coordenadora Geral de Graduação

Profa. Me. Maria Rosália Ribeiro Brandim
Coordenadora Geral de Estágio

Prof. Me. Francisco Newton Freitas
Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos
Diretor de Administração Acadêmica

Profa. Dra. Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva
Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Prof. Me. Maycon Silva Santos
Coordenador de Seleção e Programas Especiais

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

DIRETOR PRO TEMPORE: Prof. Dr. Juscelino Francisco do Nascimento

COORDENADOR DO CURSO: Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO:

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva. Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Prof. Dr. Fábio Soares da Paz. Subcoordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Profa. Dra. Tamaris Gimenez Pinheiro. Professora e representante docente (titular) do colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Prof. Dr. Lauro Araújo Mota. Professor e representante docente (titular) do colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Profa. Dra. Patrícia Sara Lopes Melo. Professora e representante docente (suplente) do colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Profa. Dra. Fabrícia de Castro Silva. Professora e representante docente (suplente) do colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Samuel Borges Sousa Silva. Representante discente do colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:

Prof. Dr. Alexandre Leite Santos Silva. Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Prof. Dr. Fábio Soares da Paz. Subcoordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Profa. Dra. Edneide Maria Ferreira da Silva. Professora e membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Profa. Dra. Fabrícia de Castro Silva. Professora e membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais. Professor e membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Profa. Dra. Patrícia Sara Lopes Melo. Professora e membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Profa. Dra. Tamaris Gimenez Pinheiro. Professora e membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

Profa. Dra. Suzana Gomes Lopes. Professora e membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza. UFPI/CSHNB

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n. CEP: 64049-550.

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza

CÓDIGO DO CURSO (INEP): 1270592

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução Nº 005/2014 UFPI/CEPEX

Publicação: 12 de fevereiro de 2014

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria Nº 584/2019 MEC/SRSES

Publicação: 20 de dezembro de 2019

TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO:

Licenciado em Educação do Campo – Área: Ciências da Natureza

TÍTULO ACADÊMICO FEMININO:

Licenciada em Educação do Campo – Área: Ciências da Natureza

MODALIDADE:

Ensino Presencial

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 4 anos

Média: 5 anos

Máximo: 6 anos

Máximo para alunos com necessidades educacionais especiais: 8 anos

ACESSO AO CURSO:

Processo Seletivo Especial de acordo com Edital específico da UFPI

REGIME LETIVO:

Crédito

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC:

120 vagas por ano (60 no primeiro semestre e 60 no segundo semestre)

OFERTA DO CURSO:

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S) (matutino/vespertino/noturno)	VAGAS
1º SEMESTRE	Matutino e vespertino	60
2º SEMESTRE	Matutino e vespertino	60

ESTRUTURA CURRICULAR:

Ano/período de implantação:	Carga horária por período letivo		
	Mínima	Média	Máxima
2021/2020.2	180 horas	360 horas	540 horas

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.475	165
Disciplinas Optativas	120	8
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso	120	8
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	405	27
Atividades Complementares	200	-
Atividade Curricular de Extensão	360	-
Total*	3.320	208

* A somatória não inclui as Atividades Curriculares de Extensão, que representam o mínimo de 10% da carga horária total do Curso, segundo a Resolução N° 53/2019 CEPEX/UFPI.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Justificativa.....	14
1.2 Contexto regional e local.....	22
1.3 Histórico e estrutura organizacional da Universidade Federal do Piauí e do Curso...23	
2 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	27
2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso.....	27
2.2 Objetivos do Curso.....	34
2.3 Perfil do egresso.....	35
2.4 Competências e habilidades.....	36
2.5 Perfil do corpo docente.....	37
2.6 Perfil dos servidores técnico-administrativos.....	40
3 PROPOSTA CURRICULAR.....	40
3.1 Estrutura e organização curricular.....	40
3.2 Fluxograma.....	49
3.3 Estágio, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares e Extensão...50	
3.4 Metodologia.....	55
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	57
4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão.....	57
4.2 Apoio ao discente.....	59
5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO.....	60
5.1 Avaliação da aprendizagem.....	60
5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	61
6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA).....	62
6.1 Disciplinas obrigatórias.....	62
6.2 Disciplinas optativas.....	84
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....	98
7.1 Local de funcionamento e infraestrutura física.....	98

7.2 Infraestrutura acadêmica.....	99
7.3 Biblioteca.....	101
8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	101
8.1 Cláusula de vigência.....	101
8.2 Equivalência entre os Projetos Pedagógicos.....	102
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICES.....	110
APÊNDICE A - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO.....	110
APÊNDICE B - MANUAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	111
APÊNDICE C - REGULAMENTO PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	112
APÊNDICE D – REGULAMENTO DO REGIME DE ALTERNÂNCIA.....	113
APÊNDICE E – RELATÓRIO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	114

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Projeto Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), área Ciências da Natureza, do *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O Curso se destina à formação inicial de discentes vinculados ao meio rural para atuarem em escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados.

A primeira versão deste projeto, em 2014, foi construída em consonância com o Edital Nº 02, de 05 de setembro de 2012, que se tratava da Chamada Pública para Seleção de Projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), e também de acordo com outras diretrizes, tais como a Resolução CNE/CP Nº 01/2004, a Resolução CNE/CP Nº 01/2012, a Resolução CNE/CP Nº 02/2012, a Lei Nº 13.005/14, a Resolução Nº 035/2014 CEPEX/UFPI. Com o tempo, outras alterações foram realizadas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, com a aprovação da Assembleia e do Colegiado, até que o projeto adquiriu uma segunda versão no ano de 2017. As principais alterações foram nas referências bibliográficas das ementas das disciplinas, que precisavam ser adequadas ao acervo da biblioteca local. Além disso, houve alterações no texto para correspondê-lo a então novos documentos legais, como a Resolução Nº 02/2015 CNE/CP, e às normas da instituição, como a Resolução Nº 220/2016 CEPEX/UFPI, a Resolução Nº 54/2017 CEPEX/UFPI, e a Portaria Nº 330/2017 PREG/CAMEN¹. A versão atual, também construída coletivamente com as contribuições de representantes docentes, discentes e técnicos, nos diversos órgãos colegiados da LEDOC, ao longo dos anos 2018, 2019 e 2020, é o resultado de discussões e reflexões em grupos, deliberações democráticas e da experiência de cerca de seis anos de existência do Curso, sempre em regime de alternância, além da necessidade tanto de atualização do texto ao avanço do conhecimento científico, especialmente na área de pesquisa sobre Educação do Campo, quanto de incorporar o norteamento dado pelas seguintes normativas: a Resolução Nº 89/2018 CEPEX/UFPI, a Resolução Nº 53/2019 CEPEX/UFPI, a Resolução Nº 02/2019 CNE/CP, as alterações do Plano Nacional da Educação 2014-2024 e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024, da UFPI.

Neste projeto expõe-se o contexto, as justificativas e as diretrizes curriculares organizativas para o desenvolvimento do Curso, em atendimento às demandas das políticas

¹ Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN), da Universidade Federal do Piauí.

públicas para a Educação do Campo, bem como às proposições dos Movimentos Sociais e Sindicais, Fórum Nacional de Educação do Campo, Fórum Piauiense da Educação do Campo, secretarias estaduais e municipais de educação.

Assim, a UFPI, buscando realizar sua missão de elaborar, sistematizar e disseminar os saberes das diversas áreas epistemológicas, colabora com o desenvolvimento regional e nacional por meio da formação de professores de Ciências da Natureza, com base na Pedagogia da Alternância, para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para as escolas do campo.

A viabilização de formação superior específica para participantes dos movimentos camponeses tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica nas comunidades rurais, o atendimento à demanda apresentada no campo, local em que há carência de professores qualificados para o ensino das Ciências da Natureza, além do auxílio à superação das desvantagens educacionais, observando os princípios de igualdade e gratuidade quanto às condições de acesso.

Serão beneficiados anualmente 120 discentes vinculados ao meio rural para atuarem nas escolas do campo situadas em contextos socioculturais diversificados. Estes discentes serão selecionados mediante processo seletivo específico, que garanta o acesso democrático ao Curso.

O Curso tem caráter regular e apoia-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o tempo universidade e o tempo comunidade. As atividades do tempo universidade serão realizadas durante encontros sistemáticos no CSHNB. As atividades que configuram a dimensão tempo comunidade serão realizadas no espaço socioprofissional e familiar do aluno para que ele possa refletir sobre o cenário camponês no qual está inserido. Esta dimensão se concretizará com a socialização dos resultados obtidos no tempo comunidade.

A integralização do Curso deverá ocorrer, no mínimo, em oito semestres. Os conteúdos estão distribuídos na matriz curricular caracterizada pelo regime de créditos. A sistemática de avaliação da aprendizagem priorizará as atividades realizadas durante todo o processo de ensino-aprendizagem, atendendo à Resolução N° 177/2012 CEPEX/UFPI, por disciplina e semestralmente. A avaliação das ações do projeto será contínua e sistemática e contribuirá para o êxito da proposta de formação de professores em Educação do Campo, na área de Ciências da Natureza.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

Com o intuito de atender a demanda de formação de professores para escolas do campo, especificamente em Ciências da Natureza, a Universidade Federal do Piauí submeteu o Projeto Pedagógico do Curso à Chamada Pública para Seleção de Instituições Federais de Ensino Superior e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para criação de cursos presenciais de Licenciatura em Educação do Campo, do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - PROCAMPO, em cumprimento à Resolução CNE/CEB Nº 1, de 03/04/2002 e à Resolução CNE/CEB Nº 2, de 28/04/2008, bem como ao Decreto Nº 7.352, de 04/11/2010 e em consonância com o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO (Edital Nº 02/2012 SESU/SETEC/SECADI/MEC).

A educação no e do campo se depara historicamente com um cenário de precariedade decorrente da inexistência de políticas eficientes retratadas por ações compensatórias, programas e projetos emergenciais que desconsideram o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos-cidadãos. Tais políticas reforçam a exclusão social, distanciando ainda mais a educação ofertada no meio urbano daquela ofertada no meio rural.

Em oposição a tais políticas, muitos foram os movimentos relacionados à pauta de reivindicações para o campo em termos de políticas educacionais, junto ao Governo Federal. De fato, segundo Ramos, Moreira e Santos (2004), a partir de 2003, o Ministério da Educação (MEC) deu início ao planejamento de uma política capaz de valorizar a educação no Campo e priorizar a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar como instrumentos indispensáveis de inclusão social. A ideia destas políticas foi oferecer a Educação Básica no meio rural com a qualidade que assegurasse o direito do aluno ao acesso e permanência na escola em seu espaço de vivência.

Desse modo, apresenta-se nesse projeto, como já explicitado anteriormente, a intenção de um curso de Licenciatura em Educação do Campo, de caráter regular, baseado nas práticas próprias da Pedagogia da Alternância que, de acordo com o Parecer Nº 01/2006 CNE/CEB se coloca como uma alternativa eficiente para a Educação, pois visa estabelecer a relação entre família, comunidade e escola. Neste caso, o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, em seu *locus* socioprofissional e em sala de aula, estabelecendo uma sinergia entre escola e trabalho, otimizada pelas práticas pedagógicas.

Com efeito, neste projeto, pretende-se que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva projetos a serem concebidos e/ou executados em seu meio socioprofissional e familiar, durante o tempo comunidade, exigindo-lhe atitude de pesquisa, reflexão e discussão com seus familiares, colegas e profissionais para entender e/ou propor soluções acerca de temáticas pertinentes ao Curso e à sua realidade. O momento de socialização destas experiências vividas permitirá ao aluno (re)elaborar constantemente a leitura de sua realidade, em todos os seus aspectos, por meio de novos saberes que lhe permitam explicar, compreender e agir, tomando o conhecimento científico como base para sua ação pedagógica.

Estas duas dimensões, o tempo universidade e o tempo comunidade, devem estar estritamente articuladas, possibilitando que as experiências, trazidas pelo aluno do meio socioprofissional e familiar em que vive, sejam expandidas para o tempo universidade, constituindo fontes de reflexão, discussão e aprendizagem. Isso significa que a formação ocorrerá em ação, o que gerará uma *práxis* transformadora.

Sob este enfoque, o Curso contempla a diversidade do campo nos aspectos raciais, étnicos, culturais, sociais, políticos, econômicos, de trabalho e de gênero, respeitando os artigos 23, 26 e 28, da Lei Nº 9.394/96 (LDBEN). Também atende ao que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, incorporando conteúdos de basilar importância para a formação de educadores para a Educação Básica.

Como se trata de Educação do Campo, fundamentamo-nos também na Resolução Nº 01/2002 CNE/CEB, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, conquista fundamental para a área, que teve a participação efetiva dos movimentos sociais ligados ao campo. Neste sentido, as atividades curriculares e pedagógicas estão direcionadas para um projeto de desenvolvimento fundado em eixos temáticos como agricultura familiar, etnia, cultura e identidade, desenvolvimento sustentável, sistemas de produção e processos de trabalho no campo, entre outros.

Além disso, formar professores para o campo, como a UFPI está propondo, significa elevar o índice de escolarização da região Nordeste, além de contribuir para o desenvolvimento social e economicamente justo, ecologicamente sustentável e respeitando a diversidade do campo, uma vez que este Curso, firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas, centra-se no propósito de oferecer ao profissional da Educação do Campo opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação do Campo, na área de Ciências da Natureza, com duração de quatro anos, surge em meio aos esforços de grupos de estudos e experiências engendradas na cotidianidade dos docentes do Curso e às práticas da diversidade e alteridade dos lugares e povos do campo no Estado do Piauí. Tal curso superior é destinado à formação de educadores para atuação nas escolas do campo situadas nestes contextos específicos e socioculturalmente diversificados.

É interessante salientar que a proposta do PPC foi reformulada a partir das demandas advindas de atividades com a população pertencente ao campo e com os diversos movimentos sociais que vêm sendo promovidas pelos docentes da instituição nos últimos anos. Nesse sentido, faz-se necessário remontar ao fato de que, ao longo de sua existência, a UFPI vem qualificando profissionais e executando ações de ensino, pesquisa e extensão ligadas ao meio rural em suas múltiplas dimensões (insumos, produção agrícola, tecnologias alternativas, educação, desenvolvimento rural e relações sociais, entre outros aspectos), investindo na formação humana e tecnológica, consolidando um novo paradigma de desenvolvimento e de produção sustentável para essas comunidades, oferecendo uma formação crítica aos graduandos.

Este PPC se apresenta como mais um momento de consolidação de uma reflexão teórica a respeito da realidade do campo, de práticas pedagógicas autênticas e consistentes no que tange a esta mesma realidade, beneficiando os povos do campo, dentre eles os assentados da Reforma Agrária do Estado do Piauí e a população pertencente aos diversos movimentos sociais representados pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (FETAG), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Cáritas Brasileira, entre outros.

O Curso visa garantir, ao aluno, o domínio de conteúdos, de métodos e de abordagens relativos à docência e ao trabalho voltado para a Educação Básica, em escolas do campo buscando-se, assim, uma educação sintonizada com o seu tempo, concretizando-se com a ampliação das possibilidades educacionais ajustadas aos valores essenciais da convivência humana. Desse modo, as diferentes tendências filosófico-pedagógicas potencializarão o desenvolvimento da criticidade, valorizando-se a conformação de opções existenciais e profissionais, individuais e coletivas, voltadas para a construção de uma sociedade mais justa.

Considerando-se o esforço nacional do MEC, Movimentos Sociais, Secretarias e Universidades para a implementação da Política Nacional de Educação do Campo, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, é uma ação estratégica e

ímpar para assegurar a especificidade da formação na diversidade sociocultural, do direito universal dos povos do campo à educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (BRASIL, 2016), o Piauí tem 46.831 professores atuantes na Educação Básica. Destes, 18.955 lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental e 11.112 no Ensino Médio. Quanto ao diagnóstico da formação dos profissionais de Educação, pode-se afirmar, de acordo com esta fonte, que do total de professores do Estado do Piauí (46.831), 33.032 (70,5%) possuem formação superior, 13.530 (28,9%) possuem o Ensino Médio e 269 (0,6%) atuam apenas com o Ensino Fundamental. Dos professores com graduação, 31.144 (94,3%) são licenciados e 1.888 (5,7%) não são licenciados. Com relação à formação continuada, 14.216 possuem pós-graduação, com 13.556 (95,4%) possuindo especialização, 591 (4,2%) mestrado e 69 (0,5%) doutorado.

Quando a análise foca a questão da adequação entre formação e exercício docente, os dados apontam que 57,5% dos professores que ministram a disciplina de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental não possuem formação na área (OBSERVATÓRIO PNE, 2015). Ainda segundo essa fonte, na área de Física esse déficit é de 63,2% no Ensino Fundamental e 55% no Ensino Médio; em Química é 64,7% no primeiro nível e 32,9%, no segundo; e em Biologia, é de 37,4% e 22,9%, respectivamente, no Ensino Fundamental e Médio (Tabela. 1). Embora não existam dados específicos relativos a formação de professores que trabalham em escolas rurais, estimamos que no campo a situação seja ainda mais grave. Esse resultado é bastante desafiador considerando que a Meta 15 do PNE é que todos os professores da Educação Básica possuam a formação superior e atuem em suas respectivas áreas até 2024 (BRASIL, 2014).

Tabela 1 – Porcentagem (%) de professores que atuam na área da formação por nível de ensino.

DISCIPLINAS	NÍVEIS DE ENSINO	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Ciências	42,5	-
Química	35,3	55,4
Biologia	62,6	77,1
Física	36,8	45

Fonte: Observatório do PNE (2015).

Apesar do Estado do Piauí apresentar elevado número de professores com ensino superior, a tendência nacional dessa formação não ser na área de Ciências na Natureza é eminente. Esta realidade aponta para a necessidade urgente de formação de docentes nesta área de conhecimento, visto que os que atuam nela não possuem formação específica para o exercício pleno da profissão. Desse modo, torna-se imprescindível que a UFPI continue atuando na superação deste quadro, mais especificamente para o atendimento às escolas do e no campo, carentes de políticas próprias de formação de professores a partir e para o espaço no qual atuam, possibilitando-lhes não somente o acesso, mas a permanência na academia. Esse objetivo será alcançado pela implementação deste PPC e pelas possibilidades em ensino, pesquisa e extensão que se abrem a todos os docentes e discentes do Curso, fazendo com que a instituição assuma sua função de formadora de competências que possibilitem aos indivíduos o exercício efetivo da cidadania.

Sendo assim, devido ao público que o Curso atende desde a sua institucionalização, a estrutura disponível (quadro docente e servidores atual, o acervo bibliográfico disponível, apoio ao discente) e alterações em documentação legal de âmbito federal e institucional que regem os Cursos de Graduação (Resolução CNE/CP N° 01/2004, Resolução CNE/CP N° 02/2012, Resolução CNE/CP N° 01/2012, Lei N° 13.005/14, Resolução N° 035/2014 CEPEX/UFPI, Resolução N° 54/2017, CEPEX/UFPI, Portaria N° 330/2017 PREG/CAMEN², Resolução N° 220/2016 CEPEX/UFPI, Resolução N° 02/2019 CNE/CP, Resolução N° 53/2019 CEPEX/UFPI, o Plano Nacional da Educação 2014-2024 e o PDI 2020-2024 da UFPI), se fez necessária e urgente a readequação do PPC o qual deverá ser implementado logo após aprovação pelas instâncias superiores.

Dentre as alterações feitas estão as seguintes:

- a) Alteração do regime do Curso de blocos para créditos, para facilitar a oferta de componentes curriculares e lidar com as flutuações no quantitativo de discentes e docentes ativos;
- b) Aumento na carga horária total do curso de 3.260 horas para 3.320 horas, para se adequar à Resolução N° 02/2019 CNE/CP;

² Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN), da Universidade Federal do Piauí.

- c) Alteração na estrutura e nas seções do texto para se adequar ao novo *template* fornecido pela Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC), da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), da UFPI;
- d) Alteração nas disciplinas, para atualização da ementa, de pré-requisitos e da bibliografia, para atualização do conhecimento científico, melhor encadeamento das disciplinas e adequação ao acervo da biblioteca do *campus* e à legislação. Foram alteradas as disciplinas (entre parênteses estão os campos em que houve alterações): CPP001-Seminário de Introdução ao Curso (ementa e bibliografia), CPP008-Genética (ementa), CPP009-Química Básica (pré-requisito), CPP020-Metodologia do Ensino de Física (pré-requisito), CPP022-Metodologia do Ensino de Química (pré-requisito), CPP021-Metodologia do Ensino de Biologia (pré-requisito, ementa e bibliografia), CPP025-Avaliação da Aprendizagem (bibliografia), CPP023-Bioquímica para o Ensino de Ciências (pré-requisito), CPP026-Biologia Animal I (ementa e bibliografia), CPP027-Biologia Vegetal I (conteúdo e bibliografia), CPP033-Biologia Animal II (pré-requisito), CPP035-Biologia Vegetal II (pré-requisito, ementa e bibliografia), CPP028-Educação Ambiental (ementa e bibliografia), CPP030-Anatomia e Fisiologia Humana (pré-requisito, ementa e bibliografia), CPP039-Zoologia de Interesse Médico (pré-requisito), CPP054-Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ementa e bibliografia), CPP047-Evolução (pré-requisito), CPP040-Física para o Ensino Médio (pré-requisito), CPP041-Educação e Cultura Popular (pré-requisito), Sociologia Rural (pré-requisito), CPP043-Aspectos Teórico-Metodológicos da Educação do Campo (pré-requisito), CPP049-Química para o Ensino Médio (pré-requisito), CPP050-Educação, Estado e Direitos Humanos (pré-requisito), CPP051 – Embriologia e Histologia Comparada (pré-requisito e ementa), CPP016-Educação Especial (pré-requisito), CPP010-Física Básica (pré-requisito).
- e) Realocação de disciplinas entre os períodos, para atender à Resolução N° 02/2019 CNE/CP, ao encadeamento dos pré-requisitos entre componentes curriculares e para uma distribuição mais equânime das disciplinas de Física, Química e Biologia em cada nível. Desse modo, CPP004-Biologia Celular foi transferida do 1° para o 3° nível, CPP008-Genética foi transferida do 2° para o 4° nível, CPP009-Química Básica do 2° para o 3° nível, CPP011-Matemática para o Ensino de Ciências do 2° para o 3° nível, CPP014-Química Orgânica do 3° para o 4° nível, CPP015-Políticas Públicas de

Educação do Campo do 3º para o 2º nível, CPP018-Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo do 3º para o 1º nível, CPP019-Ética e Educação do 3º para o 2º nível, CPP020-Metodologia do Ensino da Física do 4º para o 5º nível, CPP021-Metodologia do Ensino da Biologia do 4º para o 5º nível, CPP022-Metodologia do Ensino da Química do 4º para o 5º nível, CPP023-Bioquímica para o Ensino de Ciências do 4º para o 7º nível, CPP024-LIBRAS do 4º para o 2º nível, CPP026-Biologia Animal I do 5º para o 6º nível, CPP029-Ecologia do 5º para o 7º nível, CPP032-Gestão e Organização da Escola do Campo do 6º para o 5º nível, CPP033-Biologia Animal II do 6º para o 7º nível, CPP036-Geociências do 6º para o 3º nível, CPP045-Teoria do Currículo e Sociedade do 7º para o 2º nível.

- f) Criação de novas disciplinas, de modo a aumentar o leque de opções formativas, em harmonia com o princípio da flexibilidade curricular e para promover uma formação mais equânime nos conteúdos específicos de Física, Química e Biologia. Foram criadas as seguintes disciplinas obrigatórias: “Didática Geral” (no lugar de Didática-CPP017), “Protoctistas e Fungos”, “Mecânica”, “Embriologia e Histologia Humana”, “Metodologia do Ensino de Ciências”, “Físico-Química Básica”, “Termodinâmica e Óptica”, “Astronomia Básica”, “Química Experimental” e “Eletromagnetismo”. Também foram criadas as seguintes disciplinas optativas: “História da Física”, “História da Química”, “Zoologia Econômica”, “Sistemática Filogenética”, “Manejo e Conservação de Recursos Genéticos Vegetais”, “Epistemologia, Filosofia e História da Ciência”, “Física Moderna e Contemporânea”, “Biofísica”, “Educação Científica”, “Formação de Professores de Ciências na Perspectiva CTSA”, “Métodos, Técnicas e Instrumentos de Pesquisa em Educação”, “Criação de Abelhas no Semiárido”, “Ensino de Ciências por Investigação”, “Transformações Químicas” e “Etnobiologia”.
- g) Mudança no quadro de disciplinas obrigatórias. Deixaram de ser obrigatórias as seguintes disciplinas: CPP010-Física Básica, CPP017-Didática, CPP016-Educação Especial, CPP034-Relações Étnico-Raciais, CPP038-Geografia Física e Matemática, CPP039-Zoologia de Interesse Médico, CPP054-Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Foram adicionadas as seguintes novas disciplinas ao quadro de obrigatórias: “Didática Geral”, “Protoctistas e Fungos”, “Embriologia e Histologia Humana”, “Mecânica”, “Metodologia do Ensino de Ciências”, “Físico-Química

- Básica”, “Termodinâmica e Óptica”, “Astronomia Básica”, “Química Experimental” e “Eletromagnetismo”.
- h) Mudança no quadro de disciplinas optativas. Foram adicionadas as seguintes disciplinas ao quadro de optativas: CPP010-Física Básica, CPP016-Educação Especial, CPP034-Relações Étnico-Raciais, CPP038-Geografia Física e Matemática, CPP039-Zoologia de Interesse Médico, CPP054-Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, além das novas disciplinas: “História da Física”, “História da Química”, “Zoologia Econômica”, “Sistemática Filogenética”, “Manejo e Conservação de Recursos Genéticos Vegetais”, “Epistemologia, Filosofia e História da Ciência”, “Física Moderna e Contemporânea”, “Biofísica”, “Educação Científica”, “Formação de Professores de Ciências na Perspectiva CTSA”, “Métodos, Técnicas e Instrumentos de Pesquisa em Educação”, “Criação de Abelhas no Semiárido”, “Ensino de Ciências por Investigação”, “Transformações Químicas” e “Etnobiologia”.
- i) Os componentes de Estágio Supervisionado I, II e III foram alterados quanto à ementa e carga horária, sendo alocados nos três últimos períodos como novos componentes, em substituição aos componentes CPP031-Estágio Supervisionado I, CPP037-Estágio Supervisionado II, CPP046-Estágio Supervisionado III e CPP055-Estágio Supervisionado IV;
- j) Os componentes CPP044-TCC I e CPP053-TCC II foram realocados, no 6º e 7º níveis, respectivamente;
- k) Inclusão de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), com o total de 360 horas, em eixos temáticos para cada período, correspondendo-as com o regime de alternância do Curso;
- l) Delimitação da carga horária para o tempo universidade (44 horas) e para o tempo comunidade (16 horas) entre as disciplinas obrigatórias e optativas com carga horária de 60 horas, para fins de aferição de frequência e avaliação no tempo comunidade;
- m) Alteração da distribuição da carga horária da Prática como Componente Curricular entre disciplinas, em conformidade com a Resolução Nº 02/2019 CNE/CP;

- n) Atualização dos dados institucionais e referências;
- o) Atualização da legislação referente à formação docente;
- p) Formulação e inclusão de Apêndices: Regulamento do Estágio Supervisionado Obrigatório (Apêndice A); do Manual de Trabalho de Conclusão de Curso (Apêndice B); do Regulamento para as Atividades Complementares de Graduação (Apêndice C); e do Regulamento do Regime de Alternância (Apêndice D).

1.2 Contexto regional e local

A UFPI é uma Instituição de Ensino Superior (IES) federal e multicampi, proveniente do Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI). O seu reconhecimento ocorreu por meio do Decreto Nº 17.551 de 09 de janeiro de 1945 e foi credenciada como Universidade pela Lei Nº 5.528, de 12/11/1968, sendo recredenciada através da Portaria MEC Nº 645 de 18 de maio de 2012, pelo prazo de dez anos. A missão da UFPI pode ser descrita da seguinte forma:

Segundo o seu Estatuto (Art. 3º) a UFPI tem por objetivo “cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado” e dentre as suas funções específicas, estão: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; incentivar a pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura; divulgar conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação; estimular o conhecimento dos problemas, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover extensão, aberta à participação da sociedade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (UFPI, 2015).

Tem sede na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, e com quatro outros Campi nas cidades de Picos, Bom Jesus e Floriano.

O *campus* da UFPI do município de Picos, denominado Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB) localiza-se no bairro Junco, e foi instalado em 1981. No ano de 2018, ofertava 11 cursos presenciais de graduação atendendo a 3.350 alunos; conta com um total de 261 servidores, dos quais, 62 são técnicos administrativos e 201 são docentes (UFPI, 2019). O CSHNB oferece como infraestrutura salas de aula, laboratórios, gabinetes de professores, restaurante universitário, biblioteca central, dentre outras.

O município de Picos integra a mesorregião do sudeste piauiense, que é composta ainda pelos municípios de Bocaina, Aroeira do Itaim, Dom Expedito Lopes, Geminiano, Itainópolis, Paquetá, Santana do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, São João da Canabrava, São José do Piauí, São Luís do Piauí, Sussuapara, Vera Mendes, Belém do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Francisco Macedo, Jaicós, Marcolândia, Massapê do Piauí, Padre Marcos, Simões, Acauã, Betânia do Piauí, Caridade do Piauí, Cural Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, Patos do Piauí, Paulistana, Queimada Nova, Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Campo Grande do Piauí, Francisco Santos, Fronteiras, Monsenhor Hipólito, Pio IX, São Julião e Vila Nova (IBGE, 1990). O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, pretende atender a demanda dos municípios dessa mesorregião que, com exceção de Picos, são caracterizados por pequeno índice de densidade demográfica e urbana e tem nas atividades agropecuárias e extrativistas sua maior fonte de geração de trabalho e de renda, além das bases culturais.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da Universidade Federal do Piauí³ e do Curso

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 14 de novembro de 1968. A instituição se originou da junção de algumas faculdades isoladas até então existentes no Piauí: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina do Piauí, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Enfermagem e Odontologia do Piauí, em Teresina; e Faculdade de Administração do Piauí, em Parnaíba.

Posteriormente, a formação do seu patrimônio foi regulamentada por intermédio do Decreto-Lei Federal Nº 656, de 27 de junho de 1969, por sua vez, publicado no DOU no dia 30 de junho do mesmo ano. Também teve sua institucionalização publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 209, em 22 de dezembro de 1969.

Após suprir as exigências legais para sua implantação, a instalação da UFPI se consolidou em 1º de março de 1971, no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em solenidade pública dirigida pelo então Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político de Reitor *Pro Tempore* e, presidida pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir de então começaram, de fato, as atividades acadêmico-administrativas de uma

³Texto constante no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2010-2014) da Universidade Federal do Piauí.

Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

Seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto Nº 66.651, de 01 de junho de 1970, tendo sido apenas “uma expressão de vontades”. O segundo Estatuto foi aprovado pelo Decreto Nº 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27 de abril de 1973 e sofreu posteriores alterações (Portaria Nº 453/78 MEC, publicada no DOU de 02 de junho de 1978; Portaria Nº 180 MEC, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU Nº 26, de 08 de fevereiro de 1993). A reformulação, objetivando a adaptação à LDBEN/1996 foi autorizada pela Resolução Nº 15/1999 CONSUN/UFPI e Parecer Nº 665/1995 CES/CNE, aprovado pela Portaria Nº 1.225 MEC, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU Nº 147-E, de 03 de agosto de 1999.

O Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBEN/1996 através da Resolução do Nº 45/99 CONSUN/UFPI e alterado posteriormente pela Resolução Nº 21/2000 CONSUN/UFPI. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria Nº 265/1978 MEC e alterado pela Portaria Nº 180/1993 MEC, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993.

De 1971 a 2005 a UFPI trabalhou apenas com ensino presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI 2005-2009, houve o credenciamento para ensino a distância e criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), após concorrer à Chamada Pública do Edital Nº 01/2005 MEC, cujos objetivos eram oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense, em seu respectivo domicílio; criar cursos que atendessem às necessidades socioeconômicas de cada região; e administrar as atividades técnicas e administrativas junto às devidas coordenações responsáveis pelo funcionamento do CEAD.

Inicialmente, foi criado o Curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental e, no segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade de Educação à Distância (EAD), sendo criadas oito novas graduações. A partir de 2006, houve a adesão da UFPI ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual teve por objetivo dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, de forma a consubstanciar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Lei Nº 10.172/2001. Esta estabelece o provimento de Educação Superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Considerando-se a insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de Ensino Superior, para atender à demanda educacional do Estado, a UFPI realizou estudos e debates internos e externos acerca do REUNI para possibilitar a expansão da oferta, sem prejudicar o patamar de excelência alcançado pelas universidades federais

brasileiras ao longo das últimas décadas. Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de graduação da UFPI, em 2009 foram oferecidas 5.706 vagas para 92 Cursos, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, incluindo-se neste número, em alguns casos, a repetição de uma mesma área em distintos *campi* ou mesmo de turno.

Em observância à Política de Inclusão Social, a UFPI destinou 20% das vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral e exclusivamente em Escolas Públicas. Para o ensino na modalidade a distância foram oferecidas em 2009 um total de 3.050 vagas para oito cursos, nas modalidades bacharelado e licenciatura, ministrados através do CEAD, tanto na sede dos *campi* como em outros municípios, perfazendo 31 polos situados em 31 diferentes cidades do Estado do Piauí.

Para ingresso nos cursos de pós-graduação ao longo de 2009, foram oferecidas aproximadamente 2.000 vagas, distribuídas entre os cursos de especialização, programas de residência médica e médico-veterinária, mestrado e doutorado. Para ingresso nos cursos de Educação Básica (Ensino Médio), foram oferecidas 448 vagas nos Colégios Agrícolas de Teresina, Floriano e Bom Jesus.

Como instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública federal do Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional.

São, portanto, décadas de uma jovem Instituição que faz história no cenário piauiense, nordestino e brasileiro ao equiparar-se a outras grandes instituições do país. A UFPI é constantemente repensada, revista, recriada, reestruturada nas várias dimensões de sua atuação: ensino, pesquisa e extensão. Tanto a graduação quanto a pós-graduação tem crescido em números e em qualidade e, em consonância com sua missão, contribuído para o desenvolvimento local e regional.

A estrutura organizacional da UFPI, segundo o seu Estatuto, é regida pelos seguintes princípios: a) unidade de patrimônio e administração; b) organicidade de estrutura, com base em Departamentos ou Chefias de Cursos, reunidos em unidades de ensino denominadas de Centros de Ciências, Centro de Tecnologia e Centro de Educação Aberta e a Distância, no *campus* sede e em *campi* localizados no interior do Estado; c) indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; d) racionalidade de organização, com utilização plena de recursos humanos e

materiais; e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos e de áreas técnico-profissionais; f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisa.

Na busca perene de seus objetivos, a UFPI goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pautando-se na utilização de recursos humanos e materiais, enfatizando a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade.

A sua administração central é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria e por sete pró-reitorias: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG); Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG); Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQI); Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC); Pró-Reitoria de Administração (PRAD); Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN); e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). Seus cursos e programas, vinculados às pró-reitorias já especificadas são ministrados no *campus* sede e em três *campi* sediados no interior do Piauí: Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), em Picos; Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), em Bom Jesus; e Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS), em Floriano.

No *campus* sede existem sete unidades de ensino convencionalmente denominadas de unidades acadêmicas, que são: o Centro de Ciências da Educação (CCE), Centro de Ciências da Natureza (CCN), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Tecnologia (CT) e mais um centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD: Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD). Integram também a estrutura da UFPI três Colégios Técnicos, que ministram cursos ligados à Educação Básica, sendo um localizado em Teresina e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE, respectivamente.

No ano de 2012, foi lançado o Edital Nº 02/2012 SESU/SETEC/SECADI/MEC que permitiu a criação de 40 cursos de Licenciatura em Educação do Campo em Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. Na UFPI foram criados, a partir deste edital, quatro cursos: três na área de Ciências da Natureza nos *campi* sede, CSHNB e CAFS; e um na área de Ciências Humanas e Sociais no CPCE. No CSHNB, o curso de Licenciatura em Educação do Campo foi implantado no ano de 2014, através da Resolução Nº 005/2014, publicada em 12 de fevereiro de 2014. O primeiro PPC foi formulado através do trabalho coletivo dos professores do Departamento de Fundamentos da Educação e do

Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, do *campus* sede da UFPI, entrando em vigência em 2014. Tal documento foi atualizado no ano de 2017.

Os primeiros sete professores do curso, das áreas de Filosofia, Ciências Biológicas, Química e Pedagogia, e uma Técnica de Nível Superior (Pedagoga) foram nomeados em 2014, para atender as demandas iniciais do curso, e as aulas tiveram início no segundo semestre desse ano, com 46 ingressantes. No ano seguinte, 2015, houve a nomeação de um Assistente em Administração para o curso e mais seis professores, das áreas de Pedagogia, Ciências Biológicas, Física e Química, além do ingresso de duas turmas, no primeiro e segundo semestre, com, respectivamente, 46 e 47 ingressantes. No ano de 2016, houve a nomeação de mais um professor de Física, e a entrada de 55 alunos no primeiro semestre e 59 no segundo. Em 2017 não houve a realização de Processo Seletivo para o ingresso de alunos. A partir desse ano, a oferta passou a ser de 60 vagas anuais, sempre no primeiro semestre. Em 2018 e em 2019 ingressaram, respectivamente, 57 e 60 estudantes. A primeira turma de egressos foi constituída por 16 alunos que colaram grau em agosto de 2018.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

Os cinco princípios curriculares norteadores do curso, em consonância com o PDI 2020-2024, são:

- a) **Articulação entre ensino, pesquisa e extensão:** através da transcendência da tradição disciplinar, especialmente no contexto do tempo comunidade e da valorização da prática como impulsionadora da problematização da realidade e como propulsora da produção de saberes. A dimensão prática do conhecimento alia-se à dimensão investigativa através da pesquisa e retorna à sociedade por meio da extensão. A pesquisa se faz presente no ensino e em projetos desenvolvidos e orientados pelos docentes do Curso. A extensão, por sua vez, se faz presente, integrada ao ensino e à pesquisa, no intercâmbio de saberes produzidos na Universidade e nas comunidades veiculados para atender as demandas sociais;
- b) **Articulação entre teoria e prática:** a conexão progressiva entre teoria e prática através da ação reflexiva, encaminhando para a *práxis*. Essa conexão se mostra nas

propostas metodológicas de cada disciplina, na inserção da prática como componente curricular, Atividades Curriculares de Extensão (ACE), durante o tempo universidade e o tempo comunidade, bem como nos estágios supervisionados e Trabalhos de Conclusão de Curso;

- c) **Interdisciplinaridade e transversalidade:** o Curso é multidisciplinar, mas busca a interdisciplinaridade através de temas, métodos e projetos que criam o diálogo entre diferentes áreas. A transversalidade diz respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade), o que está em sintonia com os princípios e fundamentos com o paradigma da Educação do Campo;
- d) **Flexibilização curricular:** por meio da revisão contínua do currículo, respeito à individualidade no processo formativo dos discentes, possibilidade do acompanhamento em regime de exercícios domiciliares, intercâmbio, transferência, mobilidade, incorporação de experiências extracurriculares, abertura a formas diferenciadas de organização curricular, e flexibilização das ações didático-pedagógicas.
- e) **Ética:** a ética é norteadora de toda a ação do Curso, em suas relações internas e externas com a sociedade. Deve estar também presente nos processos de ensino e aprendizagem, na condução de pesquisas e na produção e socialização do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade. O Curso nasceu no contexto da luta contra a desigualdade e, nesse sentido, o currículo orienta a construção de projetos coletivos, tanto no tempo universidade como no tempo comunidade, voltados para o respeito à dignidade e às diferenças, para o desenvolvimento sustentável local e regional e para a transformação da realidade, no sentido de reduzir as desigualdades sociais;

Com base nesses princípios, o PPC defende que a Educação do Campo deve configurar-se a partir de demandas do mundo objetivo dos sujeitos do campo em relação aos conhecimentos científicos. A educação desses sujeitos deve iniciar-se com o conhecimento, pelo professor, de seus modos de ver e fazer o seu lugar, a sua cultura. Os saberes da experiência

devem aliar-se aos conhecimentos científicos para a formação de um profissional capaz de desenvolver uma prática docente comprometida com a realidade do campo.

Ao aluno do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, deve-se ofertar parâmetros éticos que orientem a sua prática com vistas ao respeito à diversidade de povos, culturas e formas de sociabilidade; ao entendimento da complexidade, das contradições e das desigualdades que constituem o contexto social em que atuarão; e, ao diálogo na relação professor-aluno.

Na graduação é importante que haja um princípio educativo e uma metodologia que contemple o processo de produção do conhecimento e o desenvolvimento humano, por meio da dimensão investigativa e do contato com as diferentes realidades. Assim, o processo de formação no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, está centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando que estudantes e orientadores partilhem o complexo exercício da *práxis*.

Vale destacar ainda, em termos de pesquisa, a importância do TCC, que é uma atividade de integração curricular obrigatória sob orientação de um professor responsável. Seu objetivo é o de estimular a produção científica, oportunizando experiências de pesquisa, relacionando teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre as questões voltadas às áreas de conhecimento do curso.

Quanto ao ensino pretendido, este deverá ocorrer em sintonia com a questão científica, ao longo do curso, e, de maneira interdisciplinar, baseando-se sempre na Pedagogia da Alternância. Deve-se criar condições de ensino em função de relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas, os saberes dos povos do campo e as questões sociais próprias das realidades de que fazem parte os sujeitos implicados no processo.

A extensão apresenta-se com o propósito de buscar o diálogo entre as demandas socialmente exigidas pelos povos do campo e as produções acadêmicas. Considerando-se tal propósito, serão preparados programas, projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa e ofereçam uma educação continuada em meio aos momentos de alternância.

A condução da formação em Educação do Campo, na área de Ciências da Natureza, buscará integrar as diferentes áreas do conhecimento, de modo a entender os fenômenos em suas diversas dimensões, o que implica uma abordagem multirreferencial, em consonância com os conhecimentos científicos. Esses elementos devem articular-se em projetos coletivos que envolvem os sujeitos do campo e suas necessidades.

Essa formação proporcionará uma certa flexibilidade, expressa em disciplinas optativas, no desenvolvimento de programas, projetos e atividades de extensão e estágio supervisionado no tempo comunidade, na participação em projetos de pesquisa e em atividades complementares que proporcionem a incorporação de outras formas de ensino e aprendizagem.

Considera-se o campo como espaço em movimento, que se inventa e reinventa constantemente por meio das vivências dos sujeitos que o compõe. Nesse sentido, é preciso que os avanços tecnológicos também cheguem às práticas formativas de professores do campo.

As práticas avaliativas devem ser emancipatórias, superando a concepção quantitativa e classificatória de avaliação. A avaliação deve ser entendida como instrumento de aprendizagem, que conduzirá a prática educativa do professor para uma melhor formação do aluno, sem comprometer as necessidades de constituição da sua profissionalidade.

O currículo tem como um de seus princípios básicos a articulação entre teoria e prática, concretizado principalmente pela alternância. Disciplinas e outros componentes devem ter caráter teórico-prático, a fim de que os alunos apreendam criticamente os conteúdos a partir de um ensino problematizador considerando a realidade na qual os alunos estão inseridos.

Neste projeto, a base conceitual da Educação do Campo considera: os sujeitos do campo; a economia familiar sustentável e solidária; os povos tradicionais em seus respectivos territórios; os saberes da terra; o trabalho e a pesquisa como princípios educativos; a cultura como produção social da vida; a interdisciplinaridade como construção de conhecimento coletivo, engajado e sustentável; o cooperativismo e/ou associativismo como construção dialógica e política de participação.

Parte-se da concepção de campo como espaço de produção integrado à sociedade piauiense nos seus modos de produzir bens de consumo materiais e culturais. O campo não se constitui como ente geográfico ou cultural isolado do contexto nacional e internacional. Todavia, cabe destacar que os povos tradicionais do campo (indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, assentados etc.) diferenciam-se entre si, bem como em relação à outros espaços sociais e produtivos. Assim os povos tradicionais do campo constroem culturas e identidades próprias, o que não significa que estejam isolados ou que sejam autônomos em relação ao resto do mundo:

O campo compreendido a partir do conceito de territorialidade é o lugar marcado pelo humano e pela diversidade cultural, étnico-racial, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes, de conhecimentos que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade. É espaço emancipatório quando associado à construção da democracia e de solidariedade de lutas pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela

preservação da vida. Assim, o desenvolvimento humano e o fortalecimento do capital social, por meio dos vínculos sociais, culturais e de relações de pertencimento a um determinado lugar como um espaço vivido, são imprescindíveis para o desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2008, p. 27).

A palavra campo não é utilizada aqui em oposição à ideia de urbano. O termo campo deve ser tomado com sentido peculiar, diverso e em movimento, não mais como sinônimo de atraso. Há que se resgatar o campo como *locus* de produção da existência importante, presente ao longo de toda a história da humanidade, estabelecendo condições de vida para aqueles que cultivam e vivem do trabalho da terra.

A expressão “Educação do Campo” refere-se ao campo como espaço de possibilidades e de produção da vida em seus variados aspectos: culturais, sociais, econômicos, políticos e de resistência dos camponeses, que lutam para terem acesso e permanecerem na terra. A Educação do Campo foi envolvendo em seu processo diferentes sujeitos e hoje incorpora uma diversidade deles: comunidades negras rurais, quilombolas, boias-frias, assalariados rurais, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, atingidos por barragens, agricultores familiares, povos das florestas, indígenas, pescadores, ribeirinhos, entre outros que possuem vínculo com o campo.

A Pedagogia da Alternância é uma alternativa metodológica de formação profissional para jovens, filhos de camponeses ou profissionais do campo. As matrizes de alternância são as mais diversas (francesas, italianas e africanas), documentadas nos trabalhos de Chartier (1986), Silva (2003), Nosella (1977), além das experiências brasileiras de Casas Familiares Rurais (CFRs) e de Escolas Família Agrícola (EFAs), registradas por Nosella (1977), Pessotti (1978), Begnami (2003) e Estevam (2003).

Historicamente, a primeira experiência educativa baseada na alternância no Brasil se deu no Espírito Santo, em 1968, com a criação da Escola Família Agrícola de Olivânia, no município de Anchieta. A Pedagogia da Alternância despertou o interesse dos pesquisadores a partir do final dos anos 1970, como é o caso das obras de Nosella (1977) e Pessotti (1978) que realizaram pesquisas sobre as EFAs. Para esses autores, a alternância consiste em organizar o tempo de formação em períodos de vivência na escola e na família. Esse ritmo alternado rege toda a estrutura da escola e busca a conciliação entre a escola e a vida, não permitindo ao jovem desligar-se de sua família e, por conseguinte, do meio rural. A alternância busca articular universos considerados opostos ou insuficientemente interpenetrados – o mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, o abstrato e o concreto. Ela relaciona diferentes parceiros com identidades, preocupações e lógicas também diferentes.

As experiências de Pedagogia da Alternância, imbricadas nos movimentos sociais populares, sinalizam um novo projeto de sociedade e de educação. De acordo com Begnami (2003, p. 110), a Pedagogia da Alternância constitui-se como um dos princípios pedagógicos e educativos fundamentais para a Educação do Campo:

A alternância vai se definindo como um processo formativo contínuo entre dois espaços, interagindo educadores e educandos, escola e família, teoria e prática, estudo e trabalho, o pessoal e o coletivo, os saberes experienciais e os saberes científicos, os saberes pedagógicos com os saberes disciplinares. De forma que a experiência, ou seja, o contexto do aluno é tratado com prioridade, tornando-se ponto de partida e chegada, no processo ensino-aprendizagem.

Dias (2006) destaca que a formação por alternância se organiza em torno do “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver com os outros” e “aprender a ser”. Aprender a conhecer para que o jovem conheça, relacione e integre os elementos de sua cultura ao conhecimento técnico-científico. Aprender a fazer aponta para o desenvolvimento de habilidades para enfrentar problemas, solucionar conflitos e adquirir qualificação profissional. Aprender a viver com os outros para realizar projetos comuns, compreendendo o outro e fortalecendo as relações dentro da comunidade. Aprender a ser sujeito e cidadão, agindo com autonomia e responsabilidade, estabelecendo relações entre sujeito, escola, comunidade e propriedade.

A LDBEN contemplou o meio rural enquanto espaço específico e diferenciado, quando propôs medidas de adequação da escola à vida do campo, ao estabelecer no art. 28 que:

Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 16, 17).

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer N° 36/2001 CNE e Resolução N° 01/2002 CNE) são uma das primeiras políticas específicas para as escolas do campo e indicam o seguinte: garantir o respeito à diversidade do campo, nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia; garantir a autonomia institucional para elaboração das propostas pedagógicas das escolas do campo, sempre que orientadas para o desenvolvimento sustentável e desde que respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais; garantir a flexibilização da organização do calendário escolar e o desenvolvimento das atividades em diferentes espaços pedagógicos; e garantir a gestão

democrática das escolas, estimulando a autogestão, a autonomia e o fortalecimento da organização de conselhos que implementem um programa de desenvolvimento para as populações do campo.

No ano de 2019 foi publicada a Resolução Nº 02/2019 MEC/CNE/CP, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Este documento faz também referência à Educação do Campo, reconhecendo-a como um espaço de atuação que exige saberes específicos e práticas contextualizadas.

Em termos legais, o Brasil conta com significativos dispositivos, que podem fundamentar implementação de políticas públicas diferenciadas de Educação do Campo. Destacamos os seguintes instrumentos legais que servem de base para a construção de projeto diferenciado de Educação do Campo: **Constituição de 1988**; **Lei Nº 9.394/1996** - Define Diretrizes e Bases da Educação Nacional; **Lei Nº 10.172/2001** - Plano Nacional de Educação; **Parecer Nº 36/2001 CNE** - Diretrizes Operacionais à Educação Básica nas Escolas do Campo, que faz importante estudo do tratamento recebido pela educação do campo nas Constituições Brasileiras produzido pela Prof. Edla Araújo Lira Soares; **Resolução Nº 01/2002** - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; **Lei Nº 10.639/2003** – Estabelece Inclusão de Temas da Cultura Afro-brasileira no Currículo Escola; **Parecer Nº 03/2004 CNE**– Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; **Resolução Nº 01/2004** – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; **Parecer Nº 01/2006 CEB/CNE** - Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escolas do Campo; **Decreto Nº 6.040/2007** – Institui Política Nacional Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; **Parecer Nº 3/2008 CNE** - Reexame do Parecer Nº 23/2007 CNE/CEB, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo; **Resolução Nº 2/2008** - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; **Lei Nº 11.947/2009** - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis Nº 10.880/2004, 11.273/2006, 11.507/2007; revoga dispositivos da Medida Provisória Nº 2.178-36/2001, e a Lei Nº 8.913/1994; e dá outras providências; **Decreto Nº 6.755/2009** - Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências, revogado pelo **Decreto Nº 8.752/2016** - Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica; **Decreto Nº 7.352/2010** - Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA; **Lei Nº 12.695/2012** - Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei Nº 11.947/2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei Nº 11.494/2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei Nº 10.880/2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; altera a Lei Nº 8.405/1992; e dá outras providências; **Nota Técnica Conjunta Nº 3/2016/GAB/SECADI/SECADI** – Trata das especificidades da Licenciatura em Educação do Campo; **Lei Nº 13.415/2017** - Altera as Leis n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; **Lei Nº 13.632/2018** - Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.

Um dispositivo importante na construção de uma educação de qualidade no campo é o **Decreto Nº 5.154/2004**, na medida em que regulamenta os artigos 39 a 41 da LDBEN. Trata da formação profissional através de cursos e programas de qualificação inicial e continuada por meio de programas de atualização de curta duração, aperfeiçoamento e especialização, cujos itinerários formativos despertam e estimulam desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Nessa mesma perspectiva, visando fortalecer e consolidar o aparato legal que normatiza a Educação do Campo em nosso país, no dia 4 de novembro de 2010, foi assinado o Decreto Nº 7.352, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), os quais integram a Política de Educação do Campo do país, e explicitam, com maior detalhamento, seus objetivos, beneficiários, natureza dos projetos a serem apoiados, referências para a gestão do programa e fontes de financiamento, sendo por isso, considerado um passo muito importante em direção à consolidação do programa enquanto política pública.

2.2 Objetivos do Curso

2.2.1 Objetivo geral

Promover a formação de educadores do campo para atuarem nas escolas do e no campo⁴ na área de Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia), assegurando o acesso e permanência desses sujeitos em curso de nível superior, com vistas a atender à demanda social e pedagógica das comunidades camponesas.

2.2.2 Objetivos específicos

- Formar os sujeitos do campo para a docência multidisciplinar e para a gestão de processos de Educação Básica em escolas do e no campo;
- Habilitar profissionais em exercício na Educação Básica (nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio), que ainda não possuam a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor;
- Ampliar e consolidar o diálogo com os Movimentos Sociais presentes no campo piauiense, com vistas a refletir e atender às demandas de formação apresentadas por eles;
- Desenvolver estratégias de formação para a docência em uma organização curricular por áreas de conhecimento nas escolas do e no campo;
- Viabilizar um processo de formação participativa de educadores do campo para que estes possam desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos humanos, autônomos e criativos capazes de problematizar sua realidade;
- Criar estratégias formativas, em nível superior, no espaço territorial de convivência dos povos do campo, tornando-os aptos a trabalharem estratégias para desenvolvimento social, histórico, cultural, ambiental, econômico, político e ético;
- Oferecer condições metodológicas e práticas para que os educadores em formação possam tornar-se agentes efetivos na reflexão e construção dos projetos pedagógicos das escolas do e no campo onde atuam; e,
- Estimular a construção de estratégias de ensino para facilitar a apreensão, pelos alunos, dos conhecimentos relativos à formação humana.

2.3 Perfil do egresso

⁴ Segundo o Decreto Nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, Art. 1º, § 1º, inciso I define escola do campo como “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente às populações do campo” (BRASIL, 2010).

A LEDOC do CSHNB prepara educadores do campo para atuarem nas escolas do e no campo, que ofertam o Ensino Fundamental e/ou Médio, na área de Ciências da Natureza, nas disciplinas de Física, Química e Biologia, proporcionando ao aluno o conhecimento necessário para uma visão multidisciplinar da realidade.

De acordo com a Resolução N° 02/2019 CNE/CP, as competências dos egressos de cursos de licenciatura devem abranger três dimensões, descritas da seguinte forma em seu Artigo 4°:

Art. 4° As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas:

- I - conhecimento profissional;
- II - prática profissional; e
- III - engajamento profissional.

§ 1° As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

- I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
- IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2° As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:

- I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
- IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3° As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:

- I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
- IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Além do desenvolvimento de competências docentes, a preocupação do Curso também é a de oferecer ao acadêmico bases sólidas para entender a dinamicidade do campo em seus aspectos social, histórico, cultural, ambiental, econômico, político e ético. Este conhecimento possibilitará o desenvolvimento do trabalho pedagógico comprometido com a oferta de educação de qualidade às populações do campo.

2.4 Competências e habilidades

Os professores formados pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da área de Ciências da Natureza serão profissionais capazes de:

1. Ter domínio das teorias e métodos básicos, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre diferentes saberes e compromisso social;
2. Problematicar os diversos campos do conhecimento;
3. Desenvolver consciência crítica sobre a realidade sócio-histórica e política;
4. Compreender a importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;
5. Perceber a relação entre a produção científica da área de Ciências da Natureza e o agir pessoal e político;
6. Relacionar o exercício da crítica com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;
7. Dominar as diferentes concepções metodológicas, de ensino e de pesquisa, que referenciem a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
8. Adquirir conhecimento de informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua inter-relação;
9. Problematicar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações entre tempo e espaço;
10. Desenvolver pesquisas, produzir e difundir conhecimentos;
11. Dominar os conteúdos da área de Ciências da Natureza para os níveis de Ensino Fundamental e Médio;
12. Dominar os métodos e técnicas pedagógicos que permitem a mediação do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
13. Identificar e explicar as especificidades do campo, dos sujeitos e da escola;
14. Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação nas áreas de Educação do Campo e Ciências da Natureza.

2.5 Perfil do corpo docente

Os docentes envolvidos nas ações educativas do Curso possuem formação compatível com os conteúdos a serem ministrados e com a prática pedagógica necessária para a formação do futuro educador do campo, fornecendo subsídios pedagógicos para associar os conteúdos programáticos à necessidade e realidade do campo.

Para isso, possuímos em nosso quadro docente 15 professores efetivos (Quadro 1). Do total de efetivos, 13 são doutores e dois encontram-se cursando o doutorado.

Quadro 1 – Descrição do quadro de professores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, CSHNB.

NOME DO DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO NO CURSO		REGIME DE TRABALHO	ADMISSÃO
			Específico*	Colaborador**		
Alexandre Leite dos Santos Silva	034.877.656-08	Doutor em Educação	X		DE	13/09/2016
Edneide Maria Ferreira da Silva	706.288.313-15	Doutora em Educação	X		DE	29/04/2015
Fabília de Castro Silva	038.163.323-31	Doutora em Ciências dos Materiais	X		DE	22/04/2015
Fábio Soares da Paz	867.342.613-87	Doutor em Educação	X		DE	29/05/2015
Gardner de Andrade Arrais	794.324.843-00	Doutor em Educação	X		DE	23/04/2015
Jânio Ribeiro dos Santos	007.466.685-11	Mestre em Educação Doutorando em Educação	X		DE	27/04/2015
Juliana do Nascimento Bendini	278.454.078-28	Doutora em Zootecnia	X		DE	31/03/2015
Lauro Araújo Mota	913.628.573-00	Doutor em Educação	X		DE	21/07/2014
Maurício Fernandes da Silva	076.273.957-63	Doutor em Filosofia	X		DE	07/07/2014
Melise Pessoa Araújo Meireles	007.910.433-98	Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Doutoranda em Botânica	X		DE	23/04/2015
Michelli Ferreira dos Santos	937.745.163-91	Doutora em Biotecnologia (RENORBIO)	X		DE	01/12/2014
Patrícia Sara Lopes Melo	014.672.143.88	Doutora em Educação	X		DE	21/07/2014
Simone Vieira Batista	031.999.844-44	Doutora em Educação	X		DE	05/08/2014
Suzana Gomes Lopes	014.471.293-85	Doutora em Biotecnologia (RENORBIO)	X		DE	01/12/2014
Tamaris Gimenez Pinheiro	000.724.391.06	Doutora em Ciências Biológicas - Zoologia	X		DE	07/07/2014

2.6 Perfil dos servidores técnico-administrativos

A LEDOC pela prática do regime de alternância apresenta várias particularidades que exigem da instituição um regime de funcionamento diferenciado, se comparado aos outros cursos regulares ofertados. Portanto, considerando as especificidades do curso, temos à disposição um Assistente em Administração, uma Pedagoga e um Técnico em Laboratório (Quadro 2).

Quadro 2 – Descrição do quadro de servidores técnico-administrativo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, CSHNB.

NOME DO TÉCNICO	CPF	TITULAÇÃO	CARGO	REGIME	ADMISSÃO
				DE TRABALHO	
Daniela Rosa Alves da Silva Pereira	676.836.064-72	Especialização em Educação	Pedagoga	40 horas	14/04/2014
Elizeth Leal de Sousa	933.414.903-53	Especialização em Gestão de Instituições de Ensino	Técnico administrativo	40 horas	22/04/2015
João Fernandes Duarte Neto	048.868.754-32	Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais	Técnico em laboratório	40 horas	28/05/2019

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área de Ciências da Natureza caracteriza-se por ter uma formação específica para professores que atuam/atuarão em escolas do campo. Assim, existem disciplinas voltadas para Ciências da Natureza com foco na realidade campesina, para que se evidencie o modo de viver do povo do campo, destacando-se, prioritariamente, suas organizações sociais; além de um eixo de disciplinas de formação básica em Filosofia, História, Sociologia e Psicologia da Educação.

A Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área de Ciências da Natureza encontra-se em conformidade com a Resolução N° 177/12 CEPEX/UFPI e com a Resolução N° 2/2019 CNE/CP. De forma que a organização curricular está estruturada em três grupos nos quais se distribui a carga horária de 3.320 horas:

Grupo I. Contempla as disciplinas com dimensão pedagógica e científica, fundamentais para a formação de educadores, com carga horária de 840 horas, não computando as 315 horas de prática como componente curricular. Inclui as seguintes 20 disciplinas da matriz curricular: Seminário de Introdução ao Curso; Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo; História, Identidade e Memória dos Povos do Campo; Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo; Filosofia da Educação; História da Educação; Psicologia da Educação; Sociologia da Educação, Ética e Educação; Teoria do Currículo e Sociedade; Legislação e Organização da Educação Básica; Didática Geral; Libras; Avaliação da Aprendizagem; Gestão e Organização da Escola do Campo; Políticas Públicas de Educação do Campo; Educação e Movimentos Sociais do Campo; Metodologia do Ensino de Ciências; Metodologia do Ensino de Biologia; Metodologia do Ensino de Química; Metodologia do Ensino de Física;

Grupo II. Compreende os conteúdos específicos de Ciências da Natureza, vinculados às unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC e necessários para o domínio pedagógico do conteúdo, perfazendo um total de 1.670 horas, não computando as 90 horas de prática como componente curricular. Abrange 21 disciplinas da matriz curricular, além de duas optativas, as quais são: Matemática para o Ensino de Ciências; Biologia Celular; Química Básica; Mecânica; Genética; Química Orgânica; Termodinâmica e Óptica; Eletromagnetismo; Bioquímica para o Ensino de Ciências; Geociências; Embriologia e Histologia Humana; Biologia Animal I; Astronomia Básica; Físico-Química Básica; Química Experimental; Biologia Animal II; Biologia Vegetal I; Anatomia e Fisiologia Humana; Ecologia; Evolução; Biologia Vegetal II; Protoctistas e Fungos; Optativa I; Optativa II. Nesse grupo também incluímos o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), já que o seu objetivo é estimular a produção científica, oportunizando experiências de pesquisa, relacionando teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre as questões voltadas à área de conhecimento do Curso, com uma carga horária de 120 horas. Ainda incluímos nesse grupo as Atividades Complementares, que envolvem a participação em eventos científicos, cursos, publicações, atividades culturais, entre outras, em harmonia com a área de conhecimento e realizadas durante o Curso, cuja carga horária mínima a ser integralizada é de 200 horas (6 % da carga horária total).

Grupo III. Abrange tanto do estágio supervisionado (405 horas na matriz curricular) como a prática como componente curricular (405 horas da matriz curricular), somando um total de 810 horas.

A Tabela 2 a seguir apresenta uma síntese dessa distribuição da carga horária na matriz curricular do Curso por grupos de componentes curriculares:

Tabela 2 – Distribuição da carga horária do Curso, conforme a Resolução Nº 2/2019 CNE/CP

Grupo	Quantidade de componentes curriculares	Carga Horária
I	20	840
II	27	1670
III	2	810
Total	49	3320

Com isso exposto, o Curso é composto por 41 disciplinas obrigatórias (161 créditos) e duas disciplinas optativas (8 créditos), três estágios supervisionados (27 créditos) e dois componentes referentes ao TCC (8 créditos), distribuídos ao longo de oito períodos. As 405 horas de prática como componente curricular foram distribuídas entre 20 disciplinas dos Grupos I e II, conforme a Resolução Nº 2/2019 CNE/CP. Da carga horária total, 1.995 horas (133 créditos) são de natureza teórica e 795 horas (53 créditos) possuem natureza prática.

3.1.1 Matriz curricular

1º PERÍODO

Eixo Temático: Reconhecimento da realidade campesina: educação, história, terra, território, etnia e identidade.

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	
LEDOC	Disciplina	CPP001	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-
LEDOC	Disciplina	CPP002	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP003	História, Identidade e Memória dos Povos do Campo	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP018	Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP005	Filosofia da Educação	3.1.0	60	-

LEDOC	Disciplina	CPP006	História da Educação	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP007	Sociologia da Educação	3.1.0	60	-
Total				19.6.0	375	

2º PERÍODO

Eixo Temático: Educação do Campo: sociedade, ética, políticas públicas, aprendizagem e inclusão.

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	
LEDOC	Disciplina	CPP012	Psicologia da Educação	3.1.0	60	-
LEDOC/LETRAS	Disciplina	CPP024	Libras	2.2.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP045	Teoria do Currículo e Sociedade	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP015	Políticas Públicas de Educação do Campo	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP019	Legislação e Organização da Educação Básica	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP019	Ética e Educação	3.1.0	60	-
Total				17.7.0	360	

3º PERÍODO

Eixo Temático: Educação do Campo e Ciências da Natureza: conhecimento e ensino.

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	
LEDOC	Disciplina	CPP011	Matemática para o Ensino de Ciências	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP048	Geociências	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	novo cód	Protoctistas e Fungos	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP004	Biologia Celular	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP009	Química Básica	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	novo cód	Didática Geral	2.2.0	60	CPP012 - Psicologia da Educação
Total				17.7.0	360	

4º PERÍODO

Eixo Temático: Educação do Campo e Ciências da Natureza: conhecimento, metodologia de ensino e avaliação.

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	
LEDOC	Disciplina	CPP008	Genética	3.1.0	60	CPP004 - Biologia Celular

LEDOC	Disciplina	novo cód	Embriologia e Histologia Humana	3.1.0	60	CPP004 - Biologia Celular
LEDOC	Disciplina	CPP025	Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	60	NOVO – Didática Geral
LEDOC	Disciplina	novo cód	Mecânica	3.1.0	60	CPP011 - Matemática para o Ensino de Ciências
LEDOC	Disciplina	CPP014	Química Orgânica	3.1.0	60	CPP009 - Química Básica
LEDOC	Disciplina	novo cód	Metodologia do Ensino de Ciências	3.1.0	60	NOVO – Didática Geral
Total				18.6.0	360	

5º PERÍODO

Eixo Temático: Pesquisa como princípio educativo na Educação do Campo.

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	
LEDOC	Disciplina	CPP021	Metodologia do Ensino de Biologia	3.1.0	60	NOVO - Didática Geral
LEDOC	Disciplina	CPP022	Metodologia do Ensino de Química	3.1.0	60	NOVO - Didática Geral
LEDOC	Disciplina	CPP020	Metodologia do Ensino de Física	3.1.0	60	NOVO - Didática Geral
LEDOC	Disciplina	CPP032	Gestão e Organização da Escola do Campo	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP027	Biologia Vegetal I	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP030	Anatomia e Fisiologia Humana	3.1.0	60	novo cód – Embriologia e Histologia Humana
Total				18.6.0	360	

6º PERÍODO

Eixo Temático: Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Fundamental e o ensino de Ciências.

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	
LEDOC	Disciplina	CPP026	Biologia Animal I	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	CPP035	Biologia Vegetal II	3.1.0	60	CPP027 – Biologia Vegetal I
LEDOC	Disciplina	novo cód	Termodinâmica e Óptica	3.1.0	60	CPP011 - Matemática para o Ensino de Ciências
LEDOC	Disciplina	novo cód	Físico-Química Básica	3.1.0	60	CPP009 - Química Básica
LEDOC	Atividade	novo cód	Estágio Supervisionado I	0.0.9	135	-
LEDOC	Atividade	CPP044	TCC I	3.1.0	60	CPP002 - Metodologia

						Científica e da Pesquisa em Educação do Campo
Total				15.5.9	435	

7º PERÍODO

Eixo Temático: Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Física.

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	
LEDOC	Disciplina	CPP033	Biologia Animal II	3.1.0	60	CPP026 - Biologia Animal I
LEDOC	Disciplina	novo cód	Astronomia Básica	3.1.0	60	
LEDOC	Disciplina	CPP023	Bioquímica para o Ensino de Ciências	3.1.0	60	CPP014 - Química Orgânica
LEDOC	Disciplina	CPP029	Ecologia	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	-	Optativa I	3.1.0	60	-
LEDOC	Atividade	novo cód	Estágio Supervisionado II	0.0.9	135	novo cód - Estágio Supervisionado I
LEDOC	Atividade	CPP053	TCC II	1.3.0	60	TCC I
Total				16.8.9	435	

8º PERÍODO

Eixo Temático: Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Química.

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	
LEDOC	Disciplina	CPP047	Evolução	3.1.0	60	CPP008 - Genética
LEDOC	Disciplina	novo cód	Química Experimental	1.3.0	60	CPP009 - Química Básica
LEDOC	Disciplina	novo cód	Eletromagnetismo	3.1.0	60	CPP011 - Matemática para o Ensino de Ciências
LEDOC	Disciplina	CPP048	Educação e Movimentos Sociais do Campo	3.1.0	60	-
LEDOC	Disciplina	-	Optativa II	3.1.0	60	-
LEDOC	Atividade	novo cód	Estágio Supervisionado III	0.0.9	135	novo cód - Estágio Supervisionado II
Total				13.7.9	435	

OPTATIVAS

COMPONENTES CURRICULARES						PRÉ-REQUISITOS	PERÍODO
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO	CÓDIGO	NOME	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA		

LEDOC	Disciplina	CPP040	Física para o Ensino Médio	3.1.0	60	novo cód – Didática Geral CPP011 - Matemática para o Ensino de Ciências	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP041	Educação e Cultura Popular	3.1.0	60	CPP018 - Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP042	Sociologia Rural	3.1.0	60	CPP007 - Sociologia da Educação	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP043	Aspectos teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	3.1.0	60	CPP018 - Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP049	Química para o Ensino Médio	3.1.0	60	CPP009 - Química Básica	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP050	Educação, Estado e Direitos Humanos	3.1.0	60	CPP007 - Sociologia da Educação; CPP005 - Filosofia da Educação; CPP015 - Políticas Públicas de Educação do Campo	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP052	Informática na Educação	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP051	Embriologia e Histologia Comparada	3.1.0	60	CPP004 - Biologia Celular	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP039	Zoologia de Interesse Médico	3.1.0	60	CPP026 – Biologia Animal I novo cód – Protoctistas e Fungos	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP016	Educação Especial	3.1.0	60	CPP012 - Psicologia da Educação; novo cód - Didática Geral	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP038	Geografia Física e Matemática	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP028	Educação Ambiental	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP054	Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP034	Relações Etnico-Raciais	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	CPP010	Física Básica	3.1.0	60	CPP011 - Matemática para o Ensino de Ciências	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	História da Física	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	História da Química	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Zoologia Econômica	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Sistemática Filogenética	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Manejo e Conservação de Recursos Genéticos Vegetais	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Epistemologia, Filosofia e História da Ciência	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Física Moderna e Contemporânea	3.1.0	60	CPP011 - Matemática para o Ensino de Ciências novo cód -Termodinâmica e Óptica novo cód - Eletromagnetismo	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Biofísica	3.1.0	60	CPP011 - Matemática para o Ensino de Ciências NOVA - Mecânica	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Educação Científica	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Formação de Professores de Ciências na Perspectiva CTSA	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Métodos, Técnicas e Instrumentos de Pesquisa em Educação	3.1.0	60	CPP002 - Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Criação de Abelhas no Semiárido	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Ensino de Ciências por Investigação	3.1.0	60	-	7º, 8º
LEDOC	Disciplina	novo cód	Transformações Químicas	3.1.0	60	-	7º, 8º

LEDOC	Disciplina	novo cód	Etnobiologia	3.1.0	60	-	7º, 8º
-------	------------	----------	--------------	-------	----	---	--------

3.1.2 Prática como componente curricular⁵

A prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso.

As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. Por exemplo, disciplinas de caráter prático em Química, cujo objetivo seja prover a formação básica em Química, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição.

A prática como componente curricular a ser efetivada ao longo do processo formativo não se confunde com o estágio supervisionado, o qual é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhadas por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. O Parecer N° 28/2001 CNE/CP distingue a prática como componente curricular do estágio supervisionado:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente [...] de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

⁵Texto baseado no Parecer N° 09/2001 CNE/CP; Parecer N° 28/2001 CNE/CP; Resolução N° 2/2002 CNE/CP; Parecer N° 15/2005 CNE/CES; Parecer N° 02/2019 CNE/CP.

Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do *ethos* dos alunos. (BRASIL, 2001, p. 9).

Dito isto, é exposta na Tabela 3 a seguir a carga horária de prática como componente curricular por disciplinas obrigatórias do curso:

Tabela 3 – Carga Horária da Prática como Componente Curricular nas disciplinas do Curso de licenciatura em Educação do Campo, CSHNB.

Disciplina	Carga Horária (horas)
Avaliação da Aprendizagem	15
Didática Geral	30
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	15
Gestão e Organização da Escola do Campo	15
História, Identidade e Memória dos Povos do Campo	15
Legislação e Organização da Educação Básica	15
LIBRAS	30
Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo	30
Metodologia do Ensino de Biologia	30
Metodologia do Ensino de Ciências	30
Metodologia do Ensino de Física	30
Metodologia do Ensino de Química	30
Políticas Públicas de Educação do Campo	15
Teoria do Currículo e Sociedade	15
Astronomia Básica	15
Biologia Animal I	15
Biologia Celular	15
Físico-Química Básica	15
Mecânica	15
Química Básica	15
TOTAL	405

3.2 Fluxograma

1º PERÍODO		2º PERÍODO		3º PERÍODO		4º PERÍODO		5º PERÍODO		6º PERÍODO		7º PERÍODO		8º PERÍODO	
Filosofia da Educação		Ética e Educação		Química Básica		Química Orgânica		Metodologia do Ensino de Química		Físico-Química Básica		Bioquímica para o Ensino de Ciências		Química Experimental	
60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	1.3.0
Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo		LIBRAS		Matemática para o Ensino de Ciências		Mecânica		Metodologia do Ensino de Física		Termodinâmica e Óptica		Astronomia Básica		Eletromagnetismo	
60	3.1.0	60	2.2.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0
História, Identidade e Memória dos Povos do Campo		Legislação e Organização da Educação Básica		Biologia Celular		Embriologia e Histologia Humana		Metodologia do Ensino de Biologia		Biologia Animal I		Biologia Animal II		Evolução	
60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo		Políticas Públicas de Educação do Campo		Geociências		Metodologia do Ensino de Ciências		Biologia Vegetal I		Biologia Vegetal II		Ecologia		Educação e Movimentos Sociais do Campo	
60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0
Sociologia da Educação		Psicologia da Educação		Protoctistas e Fungos		Genética		Anatomia e Fisiologia Humana		Estágio Supervisionado I		Estágio Supervisionado II		Estágio Supervisionado III	
60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	135	0.0.9	135	0.0.9	135	0.0.9
História da Educação		Teoria do Currículo e Sociedade		Didática Geral		Avaliação da Aprendizagem		Gestão e Organização da Escola do Campo		TCC I		Optativa I		Optativa II	
60	3.1.0	60	3.1.0	60	2.2.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0	60	3.1.0
Seminário de Introdução ao Curso												TCC II			
15	1.0.0											60	1.3.0		

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.475	165
Disciplinas Optativas	120	8
Trabalho de Conclusão de Curso	120	8
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	405	27
Atividades Complementares	200	-
TOTAL	3.320	208

3.3 Estágio, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares e Extensão

3.3.1 Estágio Supervisionado Obrigatório

O Estágio Supervisionado, para os cursos de Licenciatura da UFPI, constitui componente curricular obrigatório de formação de recursos humanos para o magistério, para integralização curricular, conforme determinado pela legislação que disciplina o funcionamento do estágio curricular nos cursos de licenciatura plena (Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Resolução Nº 02/2019 CNE/CP e Resolução Nº 220/2016 CEPEX/UFPI). O Estágio Supervisionado objetiva: a) Garantir a formação acadêmica com a conclusão do processo de ensino-aprendizagem; b) Vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem com experiências para o alcance dos objetivos educacionais tendo em vista a interdisciplinaridade; c) Desenvolver atividades que possibilitem ao estudante o conhecimento da sala de aula em todos os aspectos do seu funcionamento; d) Vivenciar a prática docente envolvendo a dimensão técnica, social e política e, a descoberta de si mesmo como agente social e construtor da cidadania, cujo trabalho só terá sentido se tiver como finalidade a realização da pessoa humana.

O Estágio Supervisionado da LEDOC, antes de ser uma exigência legal, deve ser parte integrante da formação de professores, articulando a teoria com a prática. Assim, o currículo de Licenciatura deve propiciar, permanentemente, a articulação entre o conteúdo da formação com o exercício da docência, de modo a configurar uma visão mais integrada do conhecimento profissional. Esse componente deve possibilitar aos acadêmicos a construção de conhecimentos necessários para o trabalho nas escolas do e no campo.

Para que ele ocorra, deve-se formalizar termos de cooperação entre as instituições da educação básica e a UFPI, representada pela Coordenadoria Geral de Estágio (CGE), vinculada à PREG, para que os discentes desenvolvam as atividades deste momento de formação tanto nas escolas Estaduais como Municipais das localidades atendidas. Em nível de curso, o Estágio Supervisionado é normatizado pelo Regulamento do Estágio Supervisionado, disponível no Apêndice A deste PPC. O encaminhamento ao campo de estágio se dará por meio de documento oficial providenciado pela Coordenação de Estágio do Curso.

A carga horária total de 405 horas destinada ao Estágio Supervisionado Obrigatório será distribuída em três estágios com carga horária de 135h cada, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades: a) Observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno; b) Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem,

contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; c) Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio; d) Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem a melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

No caso da Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, esse componente curricular será ofertado nos VI, VII e VIII semestres e desenvolvido em momento pedagógico posterior ao tempo universidade, em consonância com o período letivo da rede Municipal e Estadual de ensino da região atendida pelo Curso. Para a execução de cada um dos estágios ficará a cargo do professor orientador o estabelecimento dos métodos e ferramentas para condução e avaliação das atividades deste componente curricular, de modo que o cumprimento da carga horária estabelecida para observação e regência contemple os objetivos do curso.

3.3.2 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

De acordo com a Resolução N° 177/2012 CEPEX/UFPI e com a Portaria N° 330/2017 PREG/CAMEN, que institui as Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado pelo Fórum das Licenciaturas da UFPI (FORLIC), o TCC corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação. Com base nessas normativas, foi estruturado o Manual e o Regulamento do TCC do curso, disponível no Apêndice B deste PPC. A Coordenação do Curso disponibilizará também para os alunos, com o apoio do Sistema de Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFPI, um repositório institucional próprio para o arquivo dos TCC na página curso (https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=6389457&lc=pt_BR), possibilitando que os trabalhos dos discentes sejam compartilhados.

3.3.3 Atividades Complementares

As atividades complementares de aprofundamento em áreas específicas de interesse da LEDOC devem perfazer 200 horas e são de natureza acadêmico-científico-culturais, seguindo a Resolução N° 02/2019 CNE/CP. A UFPI, visando organizar a realização e o registro dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei N° 9.394/1996,

incluiu na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Seção VI, disposições sobre as atividades complementares em seus cursos de graduação.

De acordo com essa última resolução, as atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, constituindo um conjunto de estratégias didático-pedagógicas. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso, considerando as que são relevantes para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

São consideradas atividades integrantes da formação do aluno da LEDOC, além das disciplinas e do estágio supervisionado, participação em: eventos, discussões temáticas, projetos de pesquisa e extensão, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do Curso e previstas na Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e no Apêndice C deste PPC. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados. Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – realizadas a partir do ingresso do aluno no Curso;

II – compatíveis com o PPC da LEDOC;

III – variadas em pelo menos duas categorias entre os critérios estabelecidos no Apêndice C deste PPC.

No calendário acadêmico é estipulado o período para solicitação de registro de atividades complementares de graduação junto à Coordenação do Curso. Cabe ao Coordenador avaliar o desempenho do aluno nas atividades complementares de graduação, de acordo com os prazos estipulados no calendário acadêmico, emitindo a decisão do deferimento ou não.

Os casos de alunos ingressos no curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares de graduação, serão avaliados pela coordenação do curso, que poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem. Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pela LEDOC. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à PREG para serem homologados pela CAMEN e CEPEX.

3.3.4 Extensão

O Capítulo VI do Regimento Geral da UFPI, em seu Artigo 123, define que a “extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa

de forma indissociável [que] viabiliza a integração da Universidade com setores da comunidade local ou regional” (UFPI, 1999).

Em nível nacional as ACE são regulamentadas pela Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 MEC/CNE/CES, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei Nº 13.005/2014 PNE, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências (BRASIL, 2018).

De acordo com a estratégia 12.7, referente a meta 12 da Lei do PNE, deve-se “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”. (BRASIL, 2014).

No âmbito da UFPI, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), componente obrigatório nos cursos de graduação, são regulamentadas pela Resolução Nº 53/2019 CEPEX/UFPI, de 12 de abril de 2019. Em seu artigo 4º compreende as ACE como as atividades cadastradas na PREXC, nas seguintes modalidades: programas de extensão; projetos de extensão; cursos de extensão; eventos de extensão; prestação de serviços à comunidade externa; atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas como ACE. Todas estas modalidades de atividade serão consideradas ACE para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza.

As ACE serão desenvolvidas presencialmente, envolvendo pessoas de comunidades externas à universidade, ofertadas por semestre ao longo de todo o Curso e os alunos atuarão como executores ou organizadores das atividades. As ACE devem estar vinculadas à formação do estudante no Curso. A carga horária a ser integralizada no histórico escolar do aluno equivale a 10% da carga horária total do curso (conforme Art. 2º, da Resolução 053/2019 – CEPEX/UFPI), que é de 360 horas.

Nesse sentido, o Curso oferece atividades extensionistas, tanto no tempo universidade quanto no tempo comunidade. Assim, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) serão desenvolvidas e fundamentadas nos seguintes eixos temáticos, equivalentes a cada um dos períodos letivos, respectivamente: 1º período - Reconhecimento da realidade campesina: educação, história, terra, território, etnia e identidade; 2º período - Educação do Campo: sociedade, ética, políticas públicas, aprendizagem e inclusão; 3º período - Educação do Campo e Ciências da Natureza: conhecimento e ensino; 4º período - Educação do Campo e Ciências da Natureza: conhecimento, metodologia de ensino e avaliação; 5º período - Pesquisa como

princípio educativo na escola do campo; 6º período - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Fundamental e o ensino de Ciências; 7º período - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Física; 8º período - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Química. Além disso, reforça-se a necessidade de entender a educação além dos limites da sala de aula e, mais ainda, a participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida.

O gerenciamento das ACE será realizado pelo Coordenador de Extensão de Curso. Esta função será ocupada por professores que atuam no quadro docente da LEDOC, escolhidos por meio de Assembleia Docente e oficializados por portaria emitida pela Coordenação do Curso. As atribuições do Coordenador de Extensão estão descritas no § 3º, artigo 2º, da Resolução N° 053/2019 CEPEX/UFPI.

A LEDOC deverá obrigatoriamente oferecer, no mínimo, uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI. A cada semestre o Coordenador de ACE do Curso, elegerá, em reunião com os docentes e técnico-administrativos do Curso, um coordenador e um coordenador adjunto da atividade de extensão a ser obrigatoriamente ofertada no semestre seguinte, conforme item I, § 3º, artigo 2º, da Resolução N° 053/2019 CEPEX/UFPI. Prevê-se a oferta de uma atividade de extensão para cada eixo temático, equivalentes aos períodos letivos em que houver estudantes matriculados.

Tais atividades entrarão em vigor juntamente com este PPC, a ser implementado no ano de 2021. As ACE iniciarão desde o primeiro período do curso.

Os alunos poderão participar de ACEs ofertadas por outros cursos ou unidades da UFPI, desde que cadastradas na PREXC. Estas atividades podem ter até 100% da carga horária integralizada ao histórico do estudante. As ACE devem estar vinculadas à área de formação do estudante na LEDOC.

Além disso, os alunos poderão participar de ações de extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior. Nesse caso, os discentes poderão requerer, junto ao Coordenador de Extensão do Curso, o aproveitamento das atividades de extensão desenvolvidas, desde que a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso. O processo deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso, que o enviará ao Coordenador de ACE, e deve estar instruído com relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável da IES e com certificado ou declaração de conclusão da atividade. Estas atividades podem ter até 100% da carga horária integralizada ao histórico. As ACE devem estar vinculadas à área de formação do estudante na LEDOC.

Em caso de transferência interna de curso ou mudança de curso o aluno poderá solicitar, junto ao Coordenador de Extensão do Curso, o aproveitamento das atividades curriculares de extensão já integralizadas, ou não, no currículo do curso de origem. O processo deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso, que o enviará ao Coordenador de ACE.

A realização das ACE é obrigatória para todos os estudantes do curso, sendo a integralização curricular da carga horária prevista no PPC, para este componente, condição para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza.

3.4 Metodologia

O curso tem caráter regular e apoia-se em duas dimensões de alternância formativa integradas: o tempo universidade e o tempo comunidade, conforme o Regulamento da Alternância (Apêndice D). O **tempo universidade** acontece quando o aluno permanece na universidade, nos turnos matutino e vespertino, para cursar as disciplinas em aulas presenciais. As atividades dessa dimensão ocorrem preferencialmente nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, abrangendo 44 horas da carga horária de cada uma das disciplinas obrigatórias e optativas do Curso com carga horária total de 60 horas. Já o **tempo comunidade** é realizado no decorrer do semestre letivo, no espaço socioprofissional e familiar do aluno para que ele possa refletir sobre o cenário camponês no qual está inserido, abrangendo 16 horas da carga horária de cada uma das disciplinas obrigatórias e optativas do Curso com carga horária total de 60 horas. Esta dimensão se concretiza por meio do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas múltiplas áreas de atuação dos estudantes, sob acompanhamento e orientação dos professores do Curso, que culmina na socialização dos resultados obtidos.

A LEDOC prevê a possibilidade de utilização de metodologia de ensino a distância. Em cada disciplina, até o máximo de 20% (vinte por cento) da carga horária poderá ser ministrada e contabilizada por meio de atividades a distância ou outras formas não presenciais de ensino, desde que esta possibilidade esteja prevista no programa do componente curricular. O programa deverá conter a descrição das atividades a serem realizadas a distância, com detalhamento das plataformas, dos materiais e dos métodos de ensino utilizados. O mesmo deverá ser aprovado, a cada período letivo, pelo Colegiado do Curso. Os componentes do Grupo III (Ver item 3.1 deste PPC) não poderão ser ofertados na modalidade a distância.

As atividades do tempo universidade e do tempo comunidade serão desenvolvidas a partir dos seguintes eixos temáticos por períodos: 1º período - Reconhecimento da realidade camponesa: educação, história, terra, território, etnia e identidade; 2º período - Educação do

Campo: sociedade, ética, políticas públicas, aprendizagem e inclusão; 3º período - Educação do Campo e Ciências da Natureza: conhecimento e ensino; 4º período - Educação do Campo e Ciências da Natureza: conhecimento, metodologia de ensino e avaliação; 5º período - Pesquisa como princípio educativo na escola do campo; 6º período - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Fundamental e o ensino de Ciências; 7º período - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Física; 8º período - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Química. Durante todo o processo de formação haverá a preocupação de colocar os discentes constantemente em contato com as tecnologias de informação e comunicação (TICs). Esta demanda é algo natural tendo em vista que, atualmente, a Universidade Federal do Piauí conta com um sistema *online* para interação da comunidade acadêmica.

Por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e outras plataformas espera-se que discentes e docentes interajam desenvolvendo discussões, reflexões, textos, dentre outras possibilidades de atividades, que contribuam para a formação discente. Espera-se que os alunos se apropriem e desenvolvam metodologias ativas de trabalho com recursos tecnológicos e mídias e as utilizem como recurso pedagógico durante suas aulas.

3.4.1 Caracterização do tempo universidade

a) Disciplinas (44 horas da carga horária de cada disciplina optativa e obrigatória de 60 horas): configuram-se como aulas expositivas e dialogadas, práticas de laboratório e práticas como componente curricular, além da realização de aulas de campo e visitas técnicas, em diálogo com a realidade do campo e do exercício da docência.

b) Estudos individuais e em grupo: estes estudos serão orientados pelos professores a fim de aprofundar os conteúdos trabalhados em sala de aula.

c) Oficinas: as oficinas priorizarão a atenção aos processos de socialização e de produção coletiva do conhecimento, enfatizando a criação de materiais pedagógicos que congreguem as tecnologias educacionais disponíveis.

d) Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): Neste momento, o aluno escolherá o professor orientador e, em conjunto, definirão o tema a ser pesquisado, a

metodologia para a coleta dos dados e fará o levantamento bibliográfico para a construção do TCC.

3.4.2 Caracterização do tempo comunidade

a) Disciplinas (16 horas da carga horária de cada disciplina optativa e obrigatória de 60 horas): configuram-se em atividades práticas e teóricas, definidas em Cadernos de Atividades para cada Período, desenvolvidas nas comunidades e em escolas do campo, em diálogo com a realidade do campo e do exercício da docência. As atividades serão desenvolvidas agregando o ensino, a pesquisa e a extensão, podendo ser articuladas a projetos integradores.

b) Estágio Curricular Supervisionado: do sexto ao oitavo semestre o foco do tempo comunidade será a preparação dos alunos para a atuação docente e para a articulação dos conhecimentos científicos com a realidade do campo. Isso será realizado por meio das práticas de Estágio Supervisionado em escolas do campo, de modo a oportunizar a vivência *in loco* e o conhecimento de situações reais da Educação do Campo, naquilo que se refere às práticas pedagógicas nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

c) Produção de dados para elaboração do TCC: os estudantes realizarão pesquisas de campo e atividades que darão suporte à elaboração do TCC. As comunidades serão envolvidas de acordo com as necessidades e demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos.

d) Apresentação dos resultados do tempo comunidade: o resultado das atividades desenvolvidas no tempo comunidade será socializado nas comunidades de origem dos alunos ou na academia.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

As políticas institucionais, segundo o PDI 2020-2024, são voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão.

4.1.1 Políticas Institucionais para o ensino de graduação

As políticas institucionais para o ensino de graduação buscam i) avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas em todos os níveis e modalidades; ii) a contínua articulação entre as áreas de conhecimento e os níveis de ensino oferecidos, bem como sua vinculação com a pesquisa e a extensão, garantindo a interdisciplinaridade; iii) a internacionalização; iv) a excelência do processo ensino-aprendizagem; e v) tratar da questão ambiental de forma transversal e interdisciplinar (UFPI, 2020).

4.1.2 Políticas Institucionais para a pesquisa

As políticas institucionais para a pesquisa da UFPI devem i) envolver servidores e estudantes em associação com estratégias metodológicas adequadas para que haja uma produção de conhecimento consistente; ii) estimular a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais, além de fortalecer os grupos já existentes; iii) conceber os trabalhos de conclusão de curso na forma de pesquisa, para que o aluno vivencie os aspectos relacionados à pesquisa, com o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos, o que poderá influenciar na sua vida profissional; iv) estar articuladas com a gestão universitária, no tocante ao planejamento, busca de recursos e execução de ações voltadas para a pesquisa; v) promover a iniciação científica (UFPI, 2020).

4.1.3 Políticas Institucionais para a extensão

Com relação as atividades de extensão, estas se estruturam em: i) uma formação integral do estudante, na direção da sua formação como cidadão crítico e responsável; ii) no estabelecimento de diálogo com os demais setores da sociedade brasileira e até de outros países, em prol da interculturalidade; iii) na promoção de iniciativas que reflitam o seu compromisso social em todos os segmentos sociais, em especial àqueles de vulnerabilidade social e em todas as áreas, privilegiando a comunicação, a cultura, os direitos humanos, a justiça, a educação, o meio ambiente, a saúde, a tecnologia e produção, e o trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; iv) na promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da

pesquisa; v) no incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; vi) na atuação na produção e na construção de conhecimentos voltados para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Pacto da Agenda 2030 (UFPI, 2020).

4.2 Apoio ao discente

A existência de ações de apoio aos discentes tem como finalidade promover ações afirmativas de acesso e inclusão social que buscam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, através da promoção das condições básicas para sua permanência com qualidade na instituição. Por meio de recursos próprios oriundos do Edital N° 02/2012 SESU/SETEC/SECADI/MEC, administrados pela Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão (FADEX), a Coordenação do Curso oferece aos seus alunos uma rede de apoio acadêmico e social importante para a sua formação pessoal e profissional.

Os discentes da LEDOC, CSHNB, dispõem também de serviços oferecidos pelo Núcleo de Assistência Estudantil (NAE) o qual foi criado pela Resolução N° 29/2014 Conselho de Administração - CAD/UFPI e está vinculado à PRAEC, por meio da Coordenadoria de Assistência Comunitária. Sua gestão administrativa é compartilhada com a diretoria do *campus*.

Serão tomadas as providências cabíveis para facilitar a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais através do uso de recursos didático-pedagógicos adequados ou adaptados, nos termos da Resolução N° 54/2017 CEPEX/UFPI. Além disso, prover-se-á o encaminhamento dos estudantes aos serviços de apoio especializado do Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU). Além disso, quanto à avaliação, para estes estudantes serão concedidas, após solicitação junto aos órgãos competentes, medidas inclusivas, tais como a adaptação ou formas alternativas de atividades avaliativas e tempo adicional de 01 (uma) hora para a sua realização, adaptação de recursos instrucionais e físicos para a realização dessas atividades e apoio especializado conforme a necessidade educacional especial apresentada, de acordo com a Resolução N° 54/2017 CEPEX/UFPI.

O Curso possui ainda uma Pedagoga exclusiva que tem a função de realizar o acompanhamento pedagógico dos alunos bem como auxiliar à Coordenação e os docentes na organização pedagógica do curso e das disciplinas. Além disso, diante das necessidades formativas apresentadas pelos alunos, o *campus* oferece aulas de nivelamento nas diversas áreas de conhecimento.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da aprendizagem

Versando mais propriamente sobre a avaliação naquilo que tange aos processos de ensino e de aprendizagem, utiliza-se de instrumentos de caráter diagnóstico, formativo e somativo, além do registro de assiduidade durante o tempo universidade e o tempo comunidade. As avaliações fundamentam-se na Resolução N° 177/2012 CEPEX/UFPI e serão realizadas por componente curricular, semestralmente. No início do Curso é fornecido ao aluno esta Resolução e, no primeiro dia de aula do período letivo, o professor responsável é obrigado a apresentar aos alunos o plano de ensino do componente, previamente aprovado pelo Colegiado de Curso, em que consta a forma como será realizada a avaliação.

O registro de frequência e a avaliação do processo formativo no tempo universidade é feita no decorrer das aulas presenciais na Universidade. Durante o tempo universidade deverá ocorrer em cada disciplina, no mínimo, duas avaliações do educando a fim de compor a avaliação global ao término do semestre, nos termos da Resolução N.º 177/2012. A frequência dos/as discentes nas ações desenvolvidas no tempo comunidade deve ser registrada e uma avaliação do/a educando/a deverá ser desenvolvida para composição da média de cada disciplina no período letivo.

Segundo o Artigo 110 da Resolução N° 177/2012 CEPEX/UFPI, será considerado aprovado o aluno que obtiver média final, igual ou superior a 7,0 (sete) desde que os requisitos de assiduidade previstos no Artigo 117 da referida Resolução sejam satisfeitos. Complementando esta decisão, são seguidos também os seguintes artigos:

Art. 111 Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que:

I – Obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular e média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete) nas avaliações parciais;

II – Submetido ao exame final, obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 112 Será considerado reprovado o aluno que se incluir em um dos três itens:

I – Obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular;

II – Obtiver média aritmética inferior a 4,0 (quatro) nas avaliações parciais;

III – Obtiver média aritmética inferior a 6,0 (seis) resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Art. 113 É reprovado no componente curricular o aluno cuja média final for menor que 4,0 (quatro). Neste caso o aluno não poderá se submeter ao exame final.

Art. 114 A presença do aluno é registrada por sua frequência em cada 60 minutos de aula.

Art. 115 É reprovado no componente curricular o aluno que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades no período letivo, ressalvados os casos previstos em lei.

Art. 116 O aluno cuja média parcial for maior ou igual a 4,0 (quatro) e menor que 7,0 (sete) e que satisfaça os requisitos de assiduidade definidos no Artigo 117 terá direito à realização do exame final.

Parágrafo único. O prazo para realização do exame final é de, no mínimo, 03 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação da média parcial do aluno.

Art. 117 O rendimento acadêmico final (média final) é obtido pela média aritmética simples entre a média parcial e o resultado do exame final.

§ 1º O valor da média final será igual ao da média parcial para os alunos que se encontrarem na situação dos Artigos 114.

§ 2º Ao aluno reprovado por falta será atribuída a média final igual a zero.

Art. 118 A média final mínima para aprovação, depois de realizado o cálculo definido no Artigo 117, é 6,0 (seis).

É obrigatório, ao término de cada disciplina, os alunos formalizarem sua avaliação acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Curso via módulo de Avaliação Docente, no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), contribuindo significativamente para a detecção de eventuais necessidades de mudança e adequação.

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação consiste em uma reflexão que redireciona a ação. O acompanhamento e avaliação do PPC, sob a responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE), baseia-se numa ação contínua e dinâmica, em que todo o corpo docente, discente e técnico-administrativo participam ativamente. Tem como objetivo gerar dados para a realização de ajustes necessários e o planejamento de ações que favoreçam o aperfeiçoamento do Projeto.

A avaliação é realizada por questionário interno bianual com vários itens como: currículo, disciplinas, professores, atividades do curso, coordenação, secretaria, aluno, estrutura física do *campus*, dificuldades, entre outros que se julguem necessários. O Coordenador do

Curso é responsável por tratar os dados colhidos destes formulários, complementá-los em reunião com os professores do curso, alunos e servidores, articulando-os com os demais órgãos deliberativos do Curso (Assembleia e Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante), os quais deverão, coletivamente, apreciá-los e adotar medidas para melhoria do ensino e do Curso.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas obrigatórias

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Seminário de Introdução ao Curso	CPP001	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
1.0.0	15h	---	
EMENTA:			
Informações sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e a Legislação da UFPI e Regimento interno do <i>campus</i> Senador Helvídio Nunes de Barros			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. UFPI. Resolução CONSUN\UFPI Nº21 de 2000. Regimento Interno da UFPI , 2000. 2. UFPI. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo , 2013. 3. UFPI. Resolução CEPEX Nº 177 de 2012. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí , de 05 de novembro de 2013. Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX . 4. UFPI. Resolução Conjunta CONSUN Nº 020 de 2020, de 1º de julho de 2020. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020 a 2024 . Disponível em:< https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDI_2020_2024_UFPI.pdf >			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nº 9394/96 . Brasília: 1996. 2. UFPI. Resolução CONSUN\UFPI Nº 032 de 2005. Estatuto da Universidade Federal do Piauí . Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/estatuto_e_regimentoUFPI > 3. UFPI. Resolução CEPEX Nº 017 de 2011. Guia acadêmico do aluno 2011 . Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/guia > 4. UFPI. Relatório de auto avaliação da UFPI, 2012 . Disponível em: < http://www.ufpi.br/arquivos/cpa >			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo	CPP002	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
O conhecimento científico. Conceitos de ciência. A ciência como construção humana. Metodologia do Trabalho Científico. Pré-requisitos do Trabalho Científico. Visão Geral do Trabalho Científico. Elaboração do Trabalho Científico. O Processo do conhecimento científico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. (Colab.). Metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 159 p. 2. DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 118 p. 3. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia . 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p. 2. FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 405 p.			

3. GOLDENBERG, M. **Arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 107 p.
4. KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.
5. LAVILLE, C.; DIONNE, J. (Org.). **Construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 340 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código	Tipo	LEDOC
História, Identidade e Memória dos Povos do Campo	CPP003	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
O Brasil Campesino: a multiplicidade dos sujeitos e da cultura (produção, <i>modus vivendi</i>) do Campo. O desenvolvimento do campo: colônia, império, república. Reforma agrária. Resistência no campo: as Ligas Camponesas, as Organizações sociais de Trabalhadores Rurais. O papel dos movimentos sociais rurais e urbanos no processo de democratização do Brasil. A importância histórica dos movimentos sociais na luta pelos direitos sociais: o caráter histórico desses movimentos no século XXI. Histórico das políticas educacionais para o Campo. Cultura e memória; construções imaginárias e identidades. Memória, identidade e história de vida. História das políticas educacionais para o campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. FERNANDES, B. M. (Org.). Lutas camponesas contemporâneas : condições, dilemas e conquistas.... São Paulo: UNESP, 2009. 326 p.			
2. GOHN, M. G. M. Movimentos sociais e educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 117 p. (Questão da Nossa Época, 5)			
3. MOTTA, M. (Org.). Formas de resistência camponesa : visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: UNESP, 2008. 350 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. GODOI, E. P. (Org.). Diversidade do campesinato : expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: UNESP, 2009. 336 p.			
2. NEVES, D. P. (Org.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil : formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: UNESP, 2008. 271 p.			
3. NOSELLA, P. Origens da pedagogia da alternância no Brasil . Vitória: EDUFES, 2012. 288 p.			
4. SANTOS, G.; KRUEL, K. (Colab.). História do Piauí . Teresina: Zodíaco, 2009. 538 p.			
5. WELCH, C. A. Camponeses brasileiros : leituras e interpretações clássicas. São Paulo: UNESP, 2009. 335 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	CPP018	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Estado, Sociedade, Movimentos Sociais do Campo e Educação. Políticas Públicas para educação no campo no Brasil. Currículo e Escola Rural. História, Princípios e Identidade da Educação do Campo. Educação do Campo, Currículo Integrado, Trabalho e Pesquisa como Princípios Educativos. Institucionalização da Educação do Campo e Projetos Pedagógicos em Educação do Campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Org.). Educação do campo : identidades e políticas públicas. Brasília: Articulação nacional por uma educação do campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, 4). Disponível em: < http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf >			
2. GHEDIN, E. (Org.). Educação do campo : epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012. 448 p.			
3. MUNARIM, A.; SCHMIDT, W.; PEIXER, Z. I. (Org.). Educação do campo : políticas e práticas em Santa Catarina. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. 304 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). Por uma educação do campo . 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 214 p.			
2. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 184 p.			
3. LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública : a pedagogia crítico-social. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1995. 149 p. (Coleção Educar, 1)			
4. PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Colab.). Professor reflexivo no Brasil : gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 224 p.			
5. ZAMBERLAN, S. Pedagogia da alternância . Vitória: Mepes, 1996.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Filosofia da Educação	CPP005	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Filosofia e Filosofia da Educação: concepções e especificidades da Filosofia; concepções de Educação; tarefas da Filosofia da Educação. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da Educação e a formação do professor do campo. As novas racionalidades da pós-modernidade e educação do campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. DELEUZE, G. Que é filosofia? 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. 279 p.			
2. KNELLER, G. F. Introdução a filosofia da educação . 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. 133 p.			
3. LUCKESI, C. C. Filosofia da educação . São Paulo: Cortez, 1992. 183 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 1982. 214 p.			
2. GHIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Que é filosofia da educação? 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 326 p.			
3. LUCKESI, C.C.; PASSOS, E. S. (Colab.). Introdução à filosofia : aprendendo a pensar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 271 p.			
4. SEVERINO, A. J. Filosofia . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 211 p.			
5. SEVERINO, A. J. Filosofia contemporânea no Brasil : conhecimento, política e educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 255 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
História da Educação	CPP006	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
História da Educação: fundamentos teórico-metodológicos e importância na formação do educador. Principais teorias e práticas educacionais desenvolvidas na história da humanidade. Visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período. A escola do campo na história da educação do Brasil e do Piauí.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. ARANHA, M. L. A. História da educação . São Paulo: Moderna, 1994. 288 p. 2. FREITAS, G. B. Escola, estado e sociedade . 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986. 142 p. 3. LOPES, E. M. T. Perspectivas históricas da educação . 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. 80 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. GUIRALDELLI JUNIOR, P. História da educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 240 p. 2. LUZURIAGA, L. História da educação e da pedagogia . 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990. 292 p. (Atualidades Pedagógicas, 59) 3. MANACORDA, M. A. História da educação: da Antiguidade aos nossos dias . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 382 p. 4. ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil (1930/1973) . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 267 p. 5. SAVIANI, D.; RAMA, G.; GREGÓRIO, W. (Org.). Para uma história da educação latino-americana . Campinas: Autores Associados, 1996. 79 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 52)			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Sociologia da Educação	CPP007	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
O campo da Sociologia da Educação: surgimento e correntes teóricas. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos. Os sujeitos e os modos de produção e organização no campo. As formas de organização e resistência camponesa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. DEMO, P. Sociologia: uma introdução crítica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 159 p. 2. KRUPPA, S. M. P. Sociologia da educação . São Paulo: Cortez, 2002. 155 p. 3. MANNHEIM, K.; STEWART, W. A. C. (Coord.). Introdução à sociologia da educação . 4. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. 202 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. DURKHEIM, E. Educação e sociologia . 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 90 p. 2. MARTINS, C. B. Que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 2006. 104 p. (Coleção Primeiros Passos, 57) 3. NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. (Colab.). Bourdieu & a educação . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 126 p. 4. NOGUEIRA, M. A. Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 183 p. 5. TORRES, C. A. Sociologia política da educação . São Paulo: Cortez, 1993. 104 p.			

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Políticas Públicas de Educação do Campo	CPP015	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Definições e concepções acerca das políticas públicas. A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A política educacional no contexto das políticas sociais, com ênfase para as destinadas ao campo.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
1. BRASIL. CNE. diretrizes operacionais para a Educação Básica das escolas do campo (Parecer Nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf>.
2. SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 162 p.
3. SHIROMA, E. O. Política educacional . 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. Caderno Cedes , v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>.
2. FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos . 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 149 p. (Mundo Hoje, 10)
3. FREIRE, P. Política e educação . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 119 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 23)
4. GUIMARÃES, S. J.; BARROS JUNIOR, F. O.; SILVA, M. R. F. (Colab.). Políticas públicas em tempos de diversidade . Teresina: EDUFPI, 2006. 284 p.
5. MUNARIM, A. Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. Em Aberto , v. 24, n. 85, p. 51-63, 2011. Disponível em: <emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2485/2442>

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Psicologia da Educação	CPP012	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
A ciência psicológica e a Psicologia da Educação. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem: aspectos psicossociais (motivação, auto-conceito e auto-estima). Dificuldades de aprendizagem das subjetividades dos sujeitos do campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. (Colab.). Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia . 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 368 p.			
2. BRAGHIROLI, E. M.; BISI, G. P. (Colab.). Psicologia geral . 31. ed. Porto Alegre: Vozes, 2012. 235 p.			
3. SALVADOR, C. C. (Org.). Psicologia da educação . Porto Alegre: ArtMed, 1999. 209 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BOCK, A. M. B.; GONCALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Colab.). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 224 p.			
2. DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia . 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006. 798 p.			
3. FONTANA, R. A. C.; CRUZ, M. N. (Colab.). Psicologia e trabalho pedagógico . São Paulo: Atual, 1997. 232 p.			
4. LUSTOSA, A. V. M. F.; CARVALHO, M. V. C. (Org.). Psicologia da educação: saberes e vivências . Teresina: EDUFPI, 2004. 213 p.			
5. MOREIRA, P. R. Psicologia da educação: interação e identidade . 2. ed. São Paulo: FTD, 1996. 103 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Ética e Educação	CPP019	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Conceito de ética. Noções sobre Ética, Moral e Direito. Ética e Cidadania. Formação do sujeito moral. Teorias éticas. Ética na profissão docente. Formação ética e política do educador. Conceito e Princípios filosóficos da Bioética. Temas atuais da bioética. Ética do cuidar e da solidariedade do campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 95 p. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 79)			
2. PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. (Colab.). Problemas atuais de bioética . 7. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 584 p.			
3. RIOS, T. A. Ética e competência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 86 p.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos . 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 134 p.		
2. IMBERT, F. Questão da ética no campo educativo . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 142 p.		
3. INCONTRI, D. Pestalozzi: educação e ética . São Paulo: Scipione, 1996. 183 p.		
4. RIBEIRO, R. M. B. et al. (Org.). Ética, sociabilidade e educação . 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2015. 238 p.		
5. VÁSQUEZ, A. S. Ética . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 304 p.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LETRAS/LEDOC
LIBRAS	CPP024	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
2.2.0	60h	---	
EMENTA:			
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: Conceituação. História da educação dos surdos. Abordagens educacionais, legislação, identidades e cultura da comunidade surda. Aspectos Linguísticos da Libras e o uso da língua. Pedagogia surda.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo dos surdos em libras . São Paulo: Vitae: Fapesp: Capes: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.			
2. GESSER, A. Libras?: Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo: Párbola Editorial, 2009. 88 p.			
3. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos . Editora Autentica. Minas Gerais. 712. 1998			
2. FERNANDES, E. (Org.). Surdez e bilinguismo . Porto Alegre: Mediação, 2005. 103 p.			
3. LIMA, M. S. C. Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito . Campinas: IEL/UNICAMP, 2004. 261 p. (Tese de Doutorado).			
4. SACKS, O. W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 200 p.			
5. SKLIAR, C. (ORG). A surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Ed. Meidação, 2010.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Teoria do Currículo e Sociedade	CPPO45	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
4.0.0	60h	---	
EMENTA:			
Fundamentos teórico-metodológicos e legais do currículo. Teorias curriculares, concepções, tendências, avaliação e planejamento curricular. Relações Étnico-Raciais e educação. Experiências curriculares formais e não formais. Produção de saberes e fazeres nas escolas do campo. Currículo das escolas do campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. GIROUX, H. Currículo, cultura e sociedade . 2. ed. São Paulo: Artmed, 2000.			
2. MOREIRA, A. F. (Org.). Currículo, cultura e sociedade . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 154 p.			
3. ZABALA, A. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar . Porto Alegre: Artmed, 2002. 248 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. CANEN, A. (Org.). Ênfase e omissões no currículo . Campinas: Papyrus, 2001. 240 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)			
2. GIROUX, H. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 1997. 270 p.			
3. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. (Org.). Organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio . 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. 199 p.			
4. LOPES, A. C. (Org.). Disciplinas e integração curricular: história e políticas . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 220 p.			
5. VEIGA, I. P. A.; CARDOSO, M. H. F. (Org.). Escola fundamental: currículo e ensino . Campinas: Papyrus, 1995. 216 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Legislação e Organização da Educação Básica	CPP019	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). Diretrizes operacionais para a Educação do Campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BRZEZINSKI, I. (Org.). LDB interpretada : diversos olhares se entrecruzam. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 308 p.			
2. DEMO, P. Nova LDB : ranços e avanços. 23. ed. Campinas: Papirus, 2012. 109 p.			
3. SAVIANI, D. Política e educação no Brasil : o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 162 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. CURY, C. R. J. Ideologia e educação brasileira : católicos e liberais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 201 p.			
2. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira : a organização escolar. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. 207 p.			
3. SHIROMA, E. O. Política educacional . 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. 126 p.			
4. SILVA, E. B. (Org.). Educação Básica pós-LDB . São Paulo: Thomson, 2003. 223 p.			
5. SOUZA, P. N. P.; SILVA, E. B. (Colab.). Como entender e aplicar a nova LDB : lei 9.394/96. São Paulo: Pioneira, 1997. 140 p.			

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Química Básica	CPP009	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	-	
EMENTA:			
Classificação macroscópica de substâncias químicas. Organização dos elementos conhecidos e suas propriedades. Representação das transformações químicas; conceitos fundamentais para a compreensão de transformações químicas em nível de atômico e molecular; normas de segurança e manipulações básicas em laboratório. Ligações e reações Químicas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BROWN, T. L. Química, a ciência central . 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 972 p.			
2. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M. (Colab.). Química geral e reações químicas . 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2005. 672 p.			
3. ROZENBERG, I. M. Química geral . 3. ed. São Paulo: Nobel, 1981. s.p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de química : questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2001. 1030 p.			
2. BRITO, M. A.; PIRES, A. T. M. Química básica : teoria e experimentos. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. 231 p.			
3. FEITOSA, A. C.; FERRAZ, F. C. Segurança em laboratório . Bauru: UNESP, 2000.			
4. LENZI, E. et al. Química geral experimental . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004. 360 p.			
5. OLIVEIRA, E. A. Aulas práticas de química . São Paulo: Moderna, 1993. 81 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Matemática para o Ensino de Ciências	CPP011	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Equações do 1º e do 2º graus; Funções Elementares e suas aplicações; Estatística elementar e suas aplicações.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
1. BARBANTI, L.; MALACRIDA JUNIOR, S. A. (Colab.). Matemática superior : um primeiro curso de cálculo. São Paulo: Pioneira, 1999. 247 p.
2. MORGADO, A. C.; CESAR, B. (Colab.). Matemática básica : teoria e mais de 750 questões resolvidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 180 p.
3. SCHEINERMAN, E. R. Matemática discreta : uma introdução. São Paulo: Thomson, 2006. 532 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. BOLDRINI, J. L.; COSTA, S. I. R. (Colab.). Álgebra linear . 3. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1980. 411 p.
2. CARACA, B. J. Conceitos fundamentais da matemática . 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2003. 324 p.
3. CONTADOR, P. R. M. Matemática : uma breve história. 3. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2008.
4. DIENES, Z. P. Seis etapas do processo de aprendizagem em matemática . São Paulo: EPU, 1986. 72 p.
5. SPIVAK, M. Cálculo em variedades . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003. 168 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Biologia Celular	CPP004	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Estrutura e evolução das células. Células procariotas e eucariotas. Os vírus e suas relações com as células. Métodos de estudo da célula e uso do microscópio. Células: Estrutura, composição química e funções dos componentes celulares. Membranas. Citoplasma. Núcleo. Citoesqueleto. Matriz extracelular. Divisão, Controle e Morte Celular. Mecanismos de diferenciação celular. Noções de sinalização celular.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BRAY, D.; ALBERTS, B.; HOPKIN, K. (Colab.). Fundamentos da biologia celular . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p.			
2. COOPER, G. M.; HAUSMAN, R. E. (Colab.). Célula : uma abordagem molecular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 718 p.			
3. JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. (Colab.). Biologia celular e molecular . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 332 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ALBERTS, B. Biologia molecular da célula . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1268p.			
2. DE ROBERTIS, E.; HIB, J. (Colab.). De Robertis : bases da biologia celular e molecular. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 389 p.			
3. LODISH, H. et al. Biologia celular e molecular . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 1054 p.			
4. TURNER, P. C. et al. Biologia molecular . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 287 p.			
5. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. Bioquímica celular e biologia molecular . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 360 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Didática Geral ⁶	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
2.2.0	60h	Psicologia da Educação – CPP012	
EMENTA:			
Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BEHRENS, M. A. O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica . Curitiba: Champagnat, 2010.			
2. CUNHA, M. I. A docência como ação complexa: o papel da didática na formação de professores. In: MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. (Orgs.) Conhecimento Local e Conhecimento Universal : pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004.			
3. LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 2008.			

⁶ O título da disciplina e a bibliografia foram elaborados de acordo com a Portaria Nº 471/2016 PREG/CAMEN, de 06 de setembro de 2016. As publicações não presentes no acervo local foram solicitadas pela Coordenação do Curso à Biblioteca José Albano de Macedo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
1. CANDAU, V. M. Didática em questão . 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 127 p.		
2. HYDT, R. C. C. Curso de Didática Geral . 8 ed. São Paulo: Ática, 2006		
3. MARTINS, P. L. O. As formas e práticas de interação entre professor e alunos. In: VEIGA, L. P. A. Lições de didática . Campinas: SP: Papyrus. 2006.		
4. VEIGA, I. P. A. As dimensões do processo didático na ação docente. In: A aventura de formar professores. Campinas, SP: Papyrus, 2009		
5. ZABALA, A. Prática educativa: como ensinar . Porto Alegre, ArtMed, 1998.		

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Geociências	CPP048	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Conceitos gerais em geologia. Características físicas e composicionais da Terra. A escala do tempo geológico. Tectônica global. Os principais grupos de rochas. Introdução à mineralogia. Geologia do Brasil. Introdução à paleontologia. Águas subterrâneas. Introdução à geologia ambiental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. GROTZINGER, J. Para entender a terra . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 738 p.			
2. POMEROL, C. Princípios de geologia: técnicas, modelos e teorias . 14. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 1017 p.			
3. SUGUIO, K.; SUZUKI, U. (Colab.). Evolução geológica da terra e a fragilidade da vida . São Paulo: Blücher, 2003. 152 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. CARNEIRO, C. D. R. et al. Dez motivos para a inclusão de temas de geologia na educação básica. Revista Brasileira de Geociências , v. 34, n. 4, p. 553-560, dez 2004. Disponível em: < http://ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/view/9787 >			
2. CARVALHO, I. S. (Ed.). Paleontologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 756 p.			
3. GEOLOGIA USP. Publicação Especial , vol. 03, 2005. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/gusppe/issue/view/3718 >			
4. PFALTZGRAFF, P. A. S.; TORRES, F. S. M.; BRANDÃO, R. L. Geodiversidade do Estado do Piauí . Recife: CPRM, 2010. 260 p. Disponível em: < http://www.cprm.gov.br/publique/media/Geodiversidade_PI.pdf >			
5. TOSATTO, P. Orville A. Derby: o pai da geologia do Brasil . Rio de Janeiro: CPRM, 2001. 111 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Protoctistas e Fungos	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Caracterização, morfologia, biologia, importância, ecologia e sistemática dos principais grupos de Protoctistas e Fungos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. RAVEN, P.H.; EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. Biologia Vegetal . 6. ed. Guanabara Koogan, 2001.			
2. MARGULIS, L. Cinco reinos: um guia ilustrado dos filós da Vida na Terra . 3. ed. Guanabara Koogan, 2013.			
3. RUPPERT, E.E.; FOX, R.S.; BARNES, R.D. Zoologia dos Invertebrados: Uma Abordagem Funcional-evolutiva . 7. ed. Roca, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BRUSCA, R.C.; BRUSCA, G.J. Invertebrados . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.			
2. ESPOSITO, E.; AZEVEDO, J. L. Fungos: uma introdução à biologia, bioquímica e biotecnologia . EDUCS, Caxias do Sul. 2004. 510 p.			
3. GUERRERO, R.T.; DA SILVEIRA, R.M.B. Glossário Ilustrado de Fungos: termos e conceitos aplicados à micologia . 1. ed. UFRGS, 2003.			
4. PUTZKE, JAIR; PUTZKE, MARISA, T.L. Os reinos dos fungos . Santa Catarina: EDUNISC, 2002. (Vol. 1 e 2)			
5. TORTORA, G.J. et al. Microbiologia . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 934 p.			

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Genética	CPP008	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Biologia Celular – CPP004	
EMENTA:			
Bases Cromossômicas da hereditariedade. Leis de Mendel. Herança Ligada ao Sexo. Interação Gênica; Ligação, recombinação e mapeamento genético. Estrutura dos ácidos nucleicos. Replicação do DNA. Transcrição e processamento do RNA. Código genético e tradução do DNA. Controle da Expressão Gênica; Mutação e Reparo do DNA.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BURNS, G. W.; BOTTINO, P. J. Genética . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 381 p.			
2. LEWONTIN, R. C.; GRIFFITHS, A. J. F.; WESSLER, S. Introdução à genética . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 742 p.			
3. NUSSBAUM, R. L.; WILLARD, H. F.; MCINNES, R. R. (Colab.). Thompson & Thompson genética médica . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 385 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ALBERTS, B. Biologia molecular da célula . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1268 p.			
2. BORGES-OSORIO, M. R.; ROBINSON, W. M. Genética humana . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 459 p.			
3. BRAY, D.; ALBERTS, B.; HOPKIN, K. (Colab.). Fundamentos da biologia celular . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p.			
4. MALUF, S. W.; RIEGEL, M. Citogenética humana . 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 334 p.			
5. VIEIRA, E. C.; GAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. Bioquímica celular e biologia molecular . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. 360 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Química Orgânica	CPP014	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Química Básica – CPP009	
EMENTA:			
Conceitos fundamentais. Funções orgânicas. Estereoquímica. Lipídios. Carboidratos. Proteínas. Métodos de separação de compostos orgânicos. Alguns compostos orgânicos do metabolismo secundário dos seres vivos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. ALLINGER, N. L. et al. Química orgânica . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1976. 961 p.			
2. MCMURRY, J. Química orgânica . 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 614 p.			
3. SOLOMONS, G. T.W.; FRYHLE, C. B. (Colab.). Química orgânica . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BRUCE, P. Y. Química orgânica . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 641 p.			
2. FERREIRA, M.; MORAES, L. (Colab.). Química orgânica . Porto Alegre: Artmed, 2007. 150 p.			
3. MORRISON, R. T.; BOYD, R. N. Química orgânica . 13. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 1510 p.			
4. PAVANELLI, L. C. Química orgânica: funções e isomeria . São Paulo: Saraiva. 2014. 128 p.			
5. VOLLHARDT, K. P. C.; SCHORE, N. E. (Colab.). Química orgânica: estrutura e função . 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004. 1112 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Mecânica	CPP0	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências – CPP011	
EMENTA:			
Medições. Cinemática. Leis de Newton. Gravitação. Trabalho e Energia. Estática dos Fluidos. Conservação do Movimento Linear.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K.S. Física . 5. ed. v. 1. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 2013.			
2. OKUNO, E.; CALDAS, I. L.; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas . São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1982.			

3. YOUNGH. D.; FREEDMAN R.A. FÍSICA I - MECÂNICA. 14. ed. v. 1. São Paulo: <i>Pearson Education</i> do Brasil, 2016.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. HELOU, D.; GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B. Tópicos de Física . 2. ed. v 1. São Paulo, Editora Saraiva, 2008.
2. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física . 8. ed. v. 1. São Paulo, Editora Moderna, 2003.
3. ALBERTO, G. Física . 1. ed. v. 1, 2, 3. São Paulo: Ática, 2007.
4. PENTEADO, P. C. M.; TORRES, C. M. Física – Ciência e Tecnologia . 1ª edição, v. 1. São Paulo, Editora Moderna, 2005.
5. DURÁN, J.E.R. Biofísica: Fundamentos e Aplicações . São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Metodologia do Ensino de Ciências	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Didática Geral - novo cód	
EMENTA:			
Aspectos históricos e tendências atuais do ensino de Ciências. Métodos e técnicas adequadas ao ensino de Ciências. Abordagem dos conteúdos no ensino de Ciências: seleção, sequência e metodologia. Materiais didáticos e paradidáticos para o ensino de Ciências. Construção de materiais didáticos para o ensino de Ciências. Avaliação da aprendizagem em Ciências.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CACHAPUZ, A. et al. Necessária renovação do ensino das ciências . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p.			
2. CARVALHO, A. M. P.; GIL-PEREZ, D. (Colab.). Formação de professores de ciências: tendências e inovações . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 120 p.			
3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do ensino de ciências . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BELTRAN, M. H. R.; TRINDADE, L. S. P. (Org.). Histórias da ciência e ensino: abordagens interdisciplinares . São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017. Série Temas em História da Ciência.			
2. BYNUM, William. Uma breve história da ciência. Porto Alegre: L&PM, 2018. 5 ex			
3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p.			
4. MENDES SOBRINHO, J. A. C. (Org.). Ensino de ciências naturais: saberes e práticas docentes . Teresina: EDUFPI, 2013. 190 p.			
5. POZO, J. I. Aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 296 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Avaliação da Aprendizagem ⁷	CPP025	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Didática Geral – novo cód	
EMENTA:			
Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico . São Paulo: Cortez, 2011			
2. LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições . 20. ed. São Paulo: Cortez, 2009.			
3. HOFFMANN, J. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação . 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 152p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

⁷ A bibliografia foi ajustada de acordo com a Portaria Nº 471/2016 PREG/CAMEN, de 06 de setembro de 2016. As publicações não presentes no acervo local foram solicitadas pela Coordenação do Curso à Biblioteca José Albano de Macedo.

1. DALBEN, A. I. L. F. Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
2. DEPRESBITERIS, L. Avaliação educacional em três atos. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
3. HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 160 p.
4. MELCHIOR, M. C. Sucesso escolar através da avaliação e da recuperação. Porto Alegre: Premier, 2001. 101p.
5. MORETTO, V. P. Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Embriologia e Histologia Humana	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Biologia Celular - CPP004	
EMENTA:			
Métodos de estudo em embriologia. Formação dos gametas, processos de divisão, migração, crescimento e diferenciação celular, a partir do ovócito fertilizado, que ocorrem durante o desenvolvimento embrionário e fetal. Morfologia e fisiologia dos tecidos básicos: Tecido Epitelial (Revestimento e Glandular), Tecido conjuntivo (Propriamente dito, Frouxo, Denso, Adiposo, Cartilaginoso, Sanguíneo, Ósseo), Tecido Muscular, Tecido Nervoso. Diagnóstico diferencial dos órgãos dos sistemas do corpo humano.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CORMACK, D. H; NARCISO, M. S. (Trad.). Fundamentos de Histologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 371 p.			
2. GARCIA, S. M. L.; FERNÁNDEZ, C. G. Embriologia. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 416 p.			
3. JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. (Colab.). Histologia básica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 488 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. DI FIORE, M. S. H. Atlas de histologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 229 p.			
2. MAIA, G. D. Embriologia humana. São Paulo: Atheneu, 2007. 115 p.			
3. ROMERO, M. E. C. et al. Embriologia: biologia do desenvolvimento. São Paulo: Iatria, 2005. 190.			
4. MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. (Colab.). Embriologia clínica. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 609 p.			
5. ROSS, M. H.; PAWLINA, W. (Colab.). Histologia: texto e atlas em correlação com biologia celular e molecular. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 987 p.			

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Metodologia do Ensino de Biologia	CPP021	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Didática Geral – novo cód	
EMENTA:			
Aspectos históricos e tendências atuais do ensino de Biologia. Temas Atuais e tecnologias na prática de ensino de Biologia. Métodos e técnicas adequadas ao ensino de Biologia. Abordagem dos conteúdos no ensino de Biologia: seleção, sequência e metodologia. Materiais didáticos e paradidáticos para o ensino de Biologia. Construção de materiais didáticos para o ensino de Biologia. Avaliação da aprendizagem em Biologia.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. ARMSTRONG, D. L. P.; BARBOZA, L. M. V. Metodologia do ensino de ciências biológicas e da natureza. Curitiba: InterSaberes. 2012. 232 p.			
2. CALDEIRA, A. M. A.; ARAUJO, E. S. N. N. (Orgs.). Introdução à didática da Biologia. São Paulo: Escrituras, 2009.			
3. KRASILCHIK, M. Prática de ensino de biologia. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. 199 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BELTRAN, M. H. R.; TRINDADE, L. S. P. (Org.). Histórias da ciência e ensino: abordagens interdisciplinares. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017. Série Temas em História da Ciência.			
2. BIZZO, N. Metodologia do Ensino de Biologia e Estágio Supervisionado. São Paulo: Ática Educadores, 2012.			
3. FRIGOTTO, G. (Org.) Ensino médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC/SEMTEC. 2004.			

4. MARIOTTO, L.M.; VAZ, G.D. Teoria e Prática: Diferentes Abordagens no Ensino de Biologia. Ribeirão Preto: JLM, 2017. 226 p.
5. MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. **Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos.** São Paulo: Cortez, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Biologia Vegetal I	CPP027	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
<p>Importância dos estudos na botânica; Diversidade e reprodução das plantas: Criptogamas e Fanerogamas; Desenvolvimento e morfologia de fanerógamas; formação de tecidos e principais órgãos - folha, caule, raiz, flor, fruto e semente. Conceitos e métodos taxonômicos. Código internacional de nomenclatura botânica. Categorias taxonômicas. Relações filogenéticas de ordens e famílias de plantas vasculares. Sistemas de classificação. Coleta e identificação.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>1. APPEZZATO-DA-GLORIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. (Colab.). Anatomia vegetal. 3. ed. Viçosa: UFV, 2012. 404 p.</p> <p>2. DONOGHUE, M. J. et al. (Colab.). Sistemática vegetal: um enfoque filogenético. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009. 623 p.</p> <p>3. RAVEN, P. H.; EICHHORN, S. E.; EVERT, R. F. Biologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 830 p.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>1. ESAU, K. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: Blucher, 1974. 293 p.</p> <p>2. GIULIETTI, A.M. et al. Diagnóstico da vegetação nativa do Bioma Caatinga. In: SILVA, J. D. et al. Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para conservação. Brasília: MMA, 2014. p 48-90. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/18267/1/Biodiversidade_Caatinga_parte2.pdf></p> <p>3. GUREVITCH, J. Ecologia vegetal. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 592 p.</p> <p>4. NABORS, M. W. Introdução à botânica. 4. ed. São Paulo: Rocca, 2012. 646 p.</p> <p>5. VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. (Colab.). Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos. 4. ed. Viçosa: UFV, 2003. 124p.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Metodologia do Ensino de Química	CPP022	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Didática Geral – novo cód	
EMENTA:			
<p>Contextualização histórica do ensino de Química. Tendências do ensino de Química. Organização do trabalho pedagógico em Química. Técnicas em ensino de Química s. Diretrizes curriculares para o ensino de Química. Materiais didáticos e paradidáticos de ensino de Química. Conteúdos e metodologias de Química para o Ensino Fundamental e Médio: seleção, sequência e abordagens. Avaliação da aprendizagem em Química.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 1998.</p> <p>2. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. P. Metodologia do ensino de ciências. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.</p> <p>3. CARVALHO, A. M. P. de (org.) et al. Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>1. FROTA-PESSOA, O.; GEVERTZ, R.; SILVA, A. G. Como ensinar ciências. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1985.</p> <p>2. NARDI, R. (org.) Educação em ciências: da pesquisa à prática docente. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2001. (Coleção Educação para a ciência).</p> <p>3. CADERNO BRASILEIRO DE ENSINO DE FÍSICA. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984- Quadrimestral. Textos escolhidos.</p> <p>4. INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS. Porto Alegre: IF-UFRGS. Quadrimestral. Textos escolhidos.</p>			

5. REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA. São Paulo: SBF, 1979- . Trimestral. Textos escolhidos.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Metodologia do Ensino de Física	CPP020	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Didática Geral – novo cód	
EMENTA:			
Laboratório e oficinas de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das Novas Tecnologias em Educação (Internet/TV Escola). Estratégias do ensino de Física. Organização do trabalho pedagógico no ensino de Física. Diretrizes curriculares para o ensino de Física. Avaliação da aprendizagem em Física.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CARVALHO, A. M. P. Prática de ensino : os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.			
2. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. (Coord.). Metodologia do ensino de ciências . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207 p.			
3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. (Colab.). Ensino de ciências : fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BORGES, O. Formação inicial de professores de Física: Formar mais! Formar melhor! Revista Brasileira de Ensino de Física , v. 28, n. 2, p. 135-142, 2006. Disponível em: < https://www.google.com.br/#q=forma%C3%A7%C3%A3o+inicial+de+professores+de+f%C3%ADsica+formar+mais+formar+melhor >			
2. KAWAMURA, M. R. D.; HOSOUME, Y. A Contribuição da Física para um Novo Ensino Médio. Física na Escola , v. 4, n. 2, 2003. Disponível em: < http://www.sbfisica.org.br/fne/Vol4/Num2/v4n2a09.pdf >			
3. MENDES SOBRINHO, J. A. C.; RODRIGUES, C. A. F. O ensino de física na escola média: tendências contemporâneas. In: III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2004, Teresina. Atas do III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI . Teresina: EDUFPI, 2004. p. 1-12. Disponível em: < http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT14/GT8.PDF >			
4. ROSA, C. W.; DARROZ, M. L.; MARCANTE, T. E. A avaliação no ensino de Física: práticas e concepções dos professores. Revista Electrónica de Investigación em Educación em Ciências , v. 7, n. 2, dez. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-66662012000200005 >			
5. SOUZA, N. A.; BORUCHOVITCH, E. Mapas conceituais: estratégia de ensino. Educação em Revista , v. 26, n. 3, p. 195-218, dez. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000300010 >			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Gestão e Organização da Escola do Campo	CPP032	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Gestão de Sistemas e Unidades Educacionais. Organização e função da escola. Organização e planejamento do Trabalho Pedagógico nas escolas do campo. Coordenação Pedagógica. O currículo e a avaliação da escola do campo. O Projeto Pedagógico das escolas do campo. Formas de organização e participação democrática nas escolas do campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BRASIL. CNE. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Parecer Nº36 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: CNE, 2002. Disponível em: < portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf >			
2. GADOTTI, M. Organização do trabalho na escola : alguns pressupostos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 100 p.			
3. GANDIN, D. Prática do planejamento participativo : na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 182 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. KUENZER, A. Z. Planejamento e educação no Brasil . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 88 p. (Questões da Nossa Época, 21)			

2. LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 544 p.
3. MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 154 p.
4. RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1993. 207 p.
5. SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. 104 p. (Polêmica do Nosso Tempo, 5)

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Anatomia e Fisiologia Humana	CPP030	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Embriologia e Histologia Humana - novo cód	
EMENTA:			
Introdução ao estudo da anatomia humana. Organização do corpo humano: anatomia e fisiologia dos sistemas orgânicos esquelético, articular, muscular, nervoso, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital masculino e genital feminino.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CASTRO, S. V. Anatomia fundamental . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2005. 586 p.			
2. THIBODEAU, G. A.; PATTON, K. T. (Colab.). Estrutura e funções do corpo humano . 11. ed. Barueri: Manole, 2002. 525 p.			
3. TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. Corpo humano: fundamentos da anatomia e fisiologia . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 684 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. (Colab.). Anatomia humana básica . 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 757 p.			
2. GARDNER, E.; GRAY, D. J. (Colab.). Anatomia: estudo regional do corpo humano . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 815 p.			
3. SOBBOTA, J.; PUTZ, R.; PABST, R. (Ed.). Sobotta: atlas de anatomia humana . 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 416 p.			
4. SPENCE, A. P. Anatomia humana básica . 2. ed. Barueri: Manole, 1991. 713 p.			
5. VAN DE GRAAFF, K. M. Anatomia humana . 6. ed. Barueri: Manole, 2003. 840 p.			

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Termodinâmica e Óptica	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências – CPP011	
EMENTA:			
Medições de temperatura. Calor. Dilatação térmica. Gás ideal. Leis da Termodinâmica. Ondas. Reflexão. Refração. Natureza da Luz.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K.S., Física . 5. ed. v. 2, 4. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 2013.			
2. OKUNO, E; CALDAS, I. L; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas . São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1982.			
3. YOUNGH. D.; FREEDMAN R.A. Física . 14. ed. v. 2, 4. São Paulo: <i>Pearson Education</i> do Brasil, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. NEWTON, V. B.; HELOU, D.; GUALTER, J. B. Tópicos de Física . 2. ed. v. 2. São Paulo, Editora Saraiva, 2008.			
2. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física . 8. ed. v. 2. São Paulo, Editora Moderna, 2003.			
3. ALBERTO, G. Física . 1. ed. v. 1, 2, 3. São Paulo: Ática, 2007.			
4. PENTEADO, P. C. M.; TORRES, C. M. Física – Ciência e Tecnologia . 1. ed. v. 2. São Paulo, Editora Moderna, 2005.			
5. DURÁN, J.E.R. Biofísica: Fundamentos e Aplicações . São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2003.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Biologia Animal I	CPP026	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
<p>Importância da Zoologia. Características da Zoologia. Regras de nomenclatura zoológica. Características gerais, classificação e fisiologia dos filos: Porifera, Cnidaria, Platyhelminthes, Nematoda, Mollusca, Annelida, Arthropoda e Chinodermata. Hipóteses de relacionamento entre os grupos “basais” de invertebrados. Relacionamento entre os principais de grupos de artrópodes (Hipótese Ecdysozoa vs. Articulata).</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>1. BARNES, R. S. K. et al. (Colab.). Invertebrados: uma síntese. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 495 p. 2. BRUSCA, R. C.; BRUSCA, G. J. Invertebrados. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 1092 p. 3. RUPPERT, E. E.; FOX, R. S.; BARNES, R. D. (Colab.). Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva. 7. ed. São Paulo: Roca, 2005. 1145 p.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>1. AZEVEDO, A. C. P.; HENNIG, G. J. Zoologia. 6. ed. Porto Alegre: Sagra, 1983. 318 p. 2. FRANSOZO, A.; NEGREIROS-FRANSOZO, M.L. Zoologia dos invertebrados. São Paulo: Roca. 2016. 716p. 3. PAPAVERO, N. Fundamentos Práticos de Taxonomia Zoológica. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. 285 p. 4. RIBEIRO-COSTA, C. S.; ROCHA, R. M. (Colab.). Invertebrados: manual de aulas práticas. 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 271 p. 5. STORER, T. I. et al. Zoologia geral. 6. ed. São Paulo: Nacional, 2000. 816 p.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Biologia Vegetal II	CPP035	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Biologia Vegetal I - CPP027	
EMENTA:			
<p>Fisiologia Vegetal. Célula vegetal. Fotossíntese. Fotorrespiração. Respiração. Limitações fisiológicas da produção vegetal. Dinâmica do crescimento e do desenvolvimento: Fitohormônios, efeitos fisiológicos e modo de ação. Fotoperíodo. Relações água-planta-</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>1. KERBAURY, G. B. Fisiologia vegetal. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 431 p. 2. RAVEN, P. H.; EICHHORN, S. E.; EVERT, R. F. Biologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 830 p. 3. TAIZ, L.; ZEIGER, E. (Colab.). Fisiologia vegetal. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 918 p.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>1. APPEZZATO-DA-GLORIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S. M. (Colab.). Anatomia vegetal. 3. ed. Viçosa: UFV, 2012. 404 p. 2. DONOGHUE, M. J. et al. (Colab.). Sistemática vegetal: um enfoque filogenético. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009. 623 p. 3. GUREVITCH, J. Ecologia vegetal. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 592 p. 4. NABORS, M. W. Introdução à botânica. 4. ed. São Paulo: Rocca, 2012. 646 p. 5. VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. (Colab.). Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos. 4. ed. Viçosa: UFV, 2003. 124p.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Físico-Química Básica	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Química Básica - CPP009	
EMENTA:			
<p>Propriedades dos gases. A primeira lei da termodinâmica. A segunda lei da termodinâmica. Transformações físicas. Misturas simples. Diagramas de fases. Equilíbrio químico. Movimento das moléculas. Velocidade das reações químicas. Processos nas superfícies sólidas. Experimentos relacionados com os seguintes temas: propriedades físico-químicas das substâncias; termoquímica; cinética química; equilíbrio químico; eletroquímica e físico-química das superfícies.</p>			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
1. ATKINS, P.W.; DE PAULA, J. Físico-Química , v. 1 e 2. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008.
2. CASTELLAN, G.W. Físico-Química , v. 1. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1984.
3. SOUZA, E. Fundamentos de Termodinâmica e Cinética Química . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. ATKINS, P.W.; DE PAULA, J. Físico-Química Biológica . Rio de Janeiro: LTC Editora, 2008.
2. NETZ, P.A.; ORTEGA, G.G. Fundamentos de Físico-Química: uma abordagem conceitual para as Ciências Farmacêuticas . Porto Alegre: Artmed Ed., 2002.
3. CASTELLAN, G.W. Fundamentos de Físico-Química . Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
4. MOORE, W.J. Físico-Química . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.
5. CHAGAS, A.P. Termodinâmica Química . Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Estágio Supervisionado I	novo cód	Atividade	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
0.0.9	135h	---	
EMENTA:			
Estágio de observação e regência (coparticipação, autônoma e/ou com pesquisa) no Ensino Fundamental, com carga horária distribuída da seguinte maneira: observação do funcionamento escolar (35h) e dos processos didáticos pedagógicos utilizados por professores de Ciências do Ensino Fundamental (35h), regência na área de Ciências (65h).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BRASIL. Ministério da Educação. Lei que regulamenta o Estágio Supervisionado – 11. 788/2008. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil >.			
2. PIMENTA, S. G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.			
3. UFPI. Resolução CEPEX ° 177\12. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, de 05 de novembro de 2013. Disponível em: http://ufpi.br/arquivos/normas/CEPEX .			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BIANCHI, A. C. M.; BIANCHI, R.; ALVARENGA, M. (Colab.). Estágio supervisionado: manual de orientação . 3. ed. São Paulo: Thomson, 2003. 98 p.			
2. CARVALHO, A.M.P. Os estágios nos cursos de licenciatura. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2012.			
3. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor . São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.			
4. PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado . 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. 128 p.			
5. PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Colab.). Professor reflexivo no Brasil: gene e crítica de um conceito . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 224 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Trabalho de Conclusão de Curso I	CPP044	Atividade	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo - CPP002	
EMENTA:			
A pesquisa em educação do campo e ensino de ciências. Pesquisas bibliográficas. Projetos de pesquisa: elaboração e desenvolvimento. Elaboração de instrumentos de pesquisa. Elaboração e aprovação do projeto relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p.			
2. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.			
3. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico . 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 127 p.			

2. KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.
3. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). Elaboração e divulgação do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1993. 92 p.
4. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p.
5. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p.

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Astronomia Básica	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Aspectos Históricos da Astronomia: os mitos da criação do universo, o modelo geocêntrico e geostático de Ptolomeu, o universo aristotélico, a cosmogonia Newtoniana. Gravitação universal e suas aplicações nas Ciências da Natureza: Lei da Gravitação Universal e Leis de Kepler. Organização e dinâmica do sistema solar: esfera celeste e sistemas de coordenadas, estrelas, constelações, a Via Láctea e o universo conhecido. Fenômenos astronômicos básicos: eclipses, fases da lua, marés e estações do ano.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BOCZKO, R. Conceitos de Astronomia. 3.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1995.			
2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. Vol. 2. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2002.			
3. ROCHA, J. F. Origens e Evolução da Ideias da Física. Salvador: Editora da UFBA, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Física. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2009.			
2. SERWAY, R. A.; JEWETT, J. W. Princípios de Física. Vol. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2009.			
3. MACIEL, W. J. Astronomia e astrofísica. São Paulo: IAG/USP, 1991.			
4. HAWKING, S. O Universo numa Casca de Noz. São Paulo: ARX, 2002			
5. Revista Latino Americana de Educação em Astronomia - http://www.relea.ufscar.br/ .			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Bioquímica para o Ensino de Ciências	CPP023	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Química Orgânica - CPP014	
EMENTA:			
Introdução à Bioquímica, biologia celular, água, biomoléculas, enzimas, bioenergética, introdução ao metabolismo celular, metabolismo das macromoléculas, fotossíntese, ácidos nucleicos. Estudo das enzimas, incluindo cinética, inibição, regulação, coenzimas e vitaminas. Princípios de bioenergética. Transmissão da informação do código genético. Noções de Biologia Molecular e Biotecnologia.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. DOSE, K. Bioquímica. São Paulo: Entrelinhas, 1982. 296 p.			
2. MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. (Colab.). Bioquímica básica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 386 p.			
3. NELSON, D. L., COX, M. M., LEHNINGER, A. L. (Colab.). Lehninger: princípios de bioquímica. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2011. 1273 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. CAMPBELL, M. K. Bioquímica. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000. 752 p.			
2. PRATT, C. W.; CORNELLY, K. (Colab.). Bioquímica essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 716 p.			
3. REMIÃO, J. O. R.; SIQUEIRA, A. J. S.; AZEVEDO, A. M. P. Bioquímica: guia de aulas práticas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 214 p.			
4. TAKEMURA, M.; SAWA, O. Guia mangá de bioquímica. São Paulo: NOVATEC, 2012. 272 p.			
5. VOET, D.; VOET, J. G., PRATT, C. W. (Colab.). Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008. 1241 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Biologia Animal II	CPP033	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Biologia Animal I - CPP026	
EMENTA:			
Característica gerais e fisiologia dos grupos: Filo Hemichordata, Filo Chordata (Sub-filos Cephalochordata, Urochordata e Vertebrata), Chondrichthyes, Actinopterygii, Sarcopterygii, Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia. Nutrição, metabolismo energético, crescimento e desenvolvimento, princípios gerais de circulação, regulação da temperatura, excreção, movimento de Hemichordata, Cephalochordata, Urochordata, Agnatha, Chondrichthyes, Actinopterygii e Sarcopterygii. Nutrição, metabolismo energético, crescimento e desenvolvimento, princípios gerais de circulação, regulação da temperatura, excreção, movimento de Amphibia, Reptilia, Aves e Mammalia. Evolução das linhagens de vertebrados: Anapsida, Synapsida, Euriapsida, Diapsida (Infraclasse Ichthyosauria, Infraclasse Lepidosauromorpha e Infraclasse Archosauromorpha), Parareptilia. Origem e evolução dos Tetrapoda.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. HILDEBRAND, M.; GOSLOW, G. (Colab.). Análise da estrutura dos vertebrados . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006. 637 p.			
2. ORR, R. T. Biologia dos vertebrados . 5. ed. São Paulo: Roca, 1986. 508 p.			
3. POUGH, F. H. Vida dos vertebrados . 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 684 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BENEDITO, E. Biologia e Ecologia de Vertebrados . São Paulo: Roca. 2015. 244 p.			
2. BRADSHAW, D. Ecofisiologia Dos Vertebrados - Uma introdução aos seus Princípios e aplicações . Curitiba: Santos. 2007. 286 p.			
3. HICKMAN JR., C. P. et al. Princípios integrados de zoologia . 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 1405 p.			
4. KARDONG, K. V. Vertebrados - Anatomia Comparada, Função e Evolução . São Paulo: Roca. 2016. 824 p.			
5. STORER, T. I. et al. Zoologia geral . 6. ed. São Paulo: Nacional, 2000. 816 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Ecologia	CPP029	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Introdução a Ecologia: Conceitos básicos. A energia nos sistemas ecológicos. Ciclagem de nutrientes. Fatores limitantes e o ambiente físico. Dinâmica de populações. Interações intra e interespecíficas. Sucessão ecológica. Padrões de diversidade. Conceito de bioma e principais ecossistemas terrestres.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. DAJOZ, R. Princípios de ecologia . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 519 p.			
2. RICKLEFS, R. E. A economia da natureza . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 543 p.			
3. TOWNSEND, C. R., BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos da ecologia . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 592 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BEGON, M.; TOWNSEND, C. R (Colab.). Ecologia: de indivíduos à ecossistemas . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 752 p.			
2. CAIM, M. L. Ecologia . Porto Alegre: ArtMed, 2011. 640 p.			
3. LAGO, A.; PADUA, J. A. (Coord.). Que é ecologia . São Paulo: Abril Cultural, 1985. 108 p.			
4. ODUM, E. P. Ecologia . Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434 p.			
5. PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em ecologia . Porto Alegre: ArtMed. 2000. 252 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Estágio Supervisionado II	novo cód	Atividade	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
0.0.9	135h	Estágio Supervisionado I – novo cód	
EMENTA:			
Estágio de observação e regência (coparticipação, autônoma e/ou com pesquisa) no Ensino Médio, com carga horária distribuída da seguinte maneira: observação dos processos didáticos pedagógicos utilizados por professores de Biologia (15h) e Física (30h), regência na área de Biologia (30h) e regência na Área de Física (60h).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 138 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf >			
2. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino: os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.			
3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do Ensino de Ciências. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 207			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Meio Ambiente). Brasília: MEC/SEF, 1997. 76 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf >			
2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Pluralidade Cultural). Brasília: MEC/SEF, 1997. 52 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf >			
3. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Saúde). Brasília: MEC/SEF, 1997. 42 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf >			
4. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais (Orientação Sexual). Brasília: MEC/SEF, 1997. 52 p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf >			
5. PIMENTA, S.G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Trabalho de Conclusão de Curso II	CPP053	Atividade	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
1.3.0	60h	TCC I - CPP044	
EMENTA:			
Coleta de dados de pesquisa. Tratamento e análise de dados. Desenvolvimento do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração e apresentação de monografia relativa ao Trabalho de Conclusão de Curso.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. ALVEZ, M. Como escrever teses e monografias: um roteiro passo-a-passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 114 p.			
2. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 225 p.			
3. MARTINS, G. A. Manual para elaboração de monografias. São Paulo: Atlas, 1992. 90 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. KOCH, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.			
2. MARCANTONIO, A. T.; LEHFELD, N. A. S.; SANTOS, M. M. (Colab.). Elaboração e divulgação do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1993. 92 p.			
3. MARTINS, G. A.; LINTZ, A. (Colab.). Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 118 p.			
4. OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 2001. 320 p.			
5. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 425 p.			

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Eletromagnetismo	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Matemática para o Ensino de Ciências - CPP011	
EMENTA:			
Carga elétrica. Potencial elétrico. Corrente elétrica. Circuito elétrico. Magnetismo. Eletromagnetismo. Campo elétrico			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K.S. Física . 5. ed. v. 3. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 2012.			
2. YOUNG H. D.; FREEDMAN R.A. FÍSICA III - ELETROMAGNETISMO . 14. ed. v. 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.			
3. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física . 8 ed. v. 3. São Paulo, Editora Moderna, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B.; HELOU, D. Tópicos de Física . 1. ed. v. 3. São Paulo, Editora Saraiva, 2007.			
2. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física . 8 ed. v. 3. São Paulo, Editora Moderna, 2003.			
3. ALBERTO, G. Física . 1. ed. v. 1, 2, 3. São Paulo: Ática, 2007.			
4. GONÇALVES, D. Física: Eletricidade, Eletromagnetismo, Corrente alternada . 3. ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1978.			
5. PENTEADO, P. C. M.; TORRES, C. M. Física – Ciência e Tecnologia . 1. ed. v. 3. São Paulo, Editora Moderna, 2005.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Evolução	CPP047	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Genética – CPP008	
EMENTA:			
Teorias da evolução. Métodos de estudo da evolução. Sistemas adaptativos. Seleção natural e artificial. Fontes de variação. Processo de especiação. Mecanismo de isolamento. Modos de especiação. Tendências evolutivas. Evolução molecular.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. FREEMAN, S.; HERRON, J. C. Análise evolutiva . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 848 p.			
2. FUTUYMA, D. J. Biologia evolutiva . 2. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002. 631 p.			
3. RIDLEY, M. Evolução . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 752 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. DAWKINS, R. Gene egoísta . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 544 p.			
2. DAWKINS, R. A grande história da evolução: na trilha dos nossos ancestrais . São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 760 p.			
3. LEWIN, R. Evolução humana . São Paulo: Atheneu Editora, 1999. 526 p.			
4. MATIOLI, S. R. (Ed.). Biologia molecular e evolução . Ribeirão Preto: Holos Editora, 2012. 256 p.			
5. MEYER, D. Evolução . O Sentido da Biologia. São Paulo: UNESP. 2005. 132 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Química Experimental	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
1.3.0	60h	Química Básica - CPP009	
EMENTA:			
Segurança no Laboratório Químico. Materiais de laboratório. Operações com vidrarias e equipamentos. Montagem de aparelhagens. Equipamentos de segurança coletivos e individuais. Produtos químicos perigosos, classificação, manuseio e estocagem. FISPQ (Ficha de informação de segurança de produtos químicos). Simbologia de risco para produtos perigosos. Diamante de Hommel. Estocagem e descarte de resíduos de laboratório químico.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
1. GOLGHER, M. Segurança em Laboratório . Belo Horizonte: Editora Lutador (CRQ-MG), 2006.
2. OLIVEIRA, E.A. Aulas Práticas de Química . 3. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
3. FERRAZ, F.C.; FEITOZA, A.C. Técnicas de Segurança em Laboratórios : Regras e Práticas. Editora Hemus, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. OLIVEIRA, E.A. Aulas Práticas de Química . 3. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
2. BESSLER, K.E; NEDER, A.V.F. Química em Tubos de Ensaio . São Paulo: Edgard Blucher, 2004.
3. CHRISPINO, A.; FARIA, P. Manual de Química Experimental . Campinas: Editora Átomo, 2010.
4. LEITE, F. Amostragem Fora e Dentro do Laboratório . Campinas: Editora Átomo, 2005.
5. ZUBRICK, J.W. Manual de Sobrevivência no Laboratório de Química Orgânica . 6ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Educação e Movimentos Sociais do Campo	CPP048	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
<p>Protagonismo da sociedade civil. Movimentos sociais no campo. Mobilização social. Políticas educacionais no campo e o papel das organizações sociais. Conquistas históricas dos movimentos sociais do campo.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; KOLLING, E. J. (Org.). Por uma Educação do campo : identidades e políticas públicas. Brasília: Articulação nacional por uma educação do campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo, 4). Disponível em: < http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf >			
2. GOHN, M. G. M. Teoria dos movimentos sociais : paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 383 p.			
3. SOUZA, M. A. Educação do Campo : propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006. 135 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BATALHA, C. O movimento operário na primeira república . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 80 p.			
2. FERNANDES, B. M. (Org.). Lutas camponesas contemporâneas : condições, dilemas e conquistas.... São Paulo: UNESP, 2009. 326 p.			
3. GOHN, M. G. M. Movimentos sociais e educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 177 p.			
4. MEJIA, M. R. Transformação social : educação popular e movimentos sociais no fim do século. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 88 p.			
5. MOTTA, M. (Org.). Formas de resistência camponesa : visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: UNESP, 2008. 350 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Estágio Supervisionado III	novo cód	Atividade	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
0.0.9	135h	Estágio Supervisionado II - novo cód	
EMENTA:			
<p>Estágio de observação e regência (coparticipação, autônoma e/ou com pesquisa) no Ensino Médio, com carga horária distribuída da seguinte maneira: observação dos processos didáticos pedagógicos utilizados por professores de Biologia (15h) e Química (30h), regência na área de Biologia (30h) e regência na Área de Química (60h).</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio): Parte III – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf >			
2. CARVALHO, A. M. P. Práticas de ensino : os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985. 106 p.			

3. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do Ensino de Ciências . 2. ed. São Paulo. Cortez, 1997. 207 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+) - Ciências da Natureza e suas Tecnologias . Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf .
2. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica . Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file >
3. CUNHA, M. I. Bom professor e sua prática . Campinas: Papyrus, 1997. 182 p.
4. MENDES SOBRINHO, J.A.C. (Org.). Formação e prática pedagógica: diferentes contextos de análises . Teresina: EDUFPI, 2007. 255 p.
5. PIMENTA, S. G. Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p.

6.2 Disciplinas optativas

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Física para o Ensino Médio	CPP040	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	CPP017 – novo cód; CPP011 - Matemática para o Ensino de Ciências	
EMENTA:			
Teoria e Prática do Ensino de Física no Ensino Médio. A Física como Ciência Experimental. Evolução e Importância da Química. Física Elementar. Cinemática. Força e Movimento. Energia e Potência. Introdução e Aplicações da Física Moderna. Termometria e Termodinâmica. Óptica. Eletricidade e Eletrostática. Teoria da Relatividade. Teoria Quântica. Particular Elementares.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 3.			
2. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 4.			
3. TIPLER, P. A.; MOSCA, G. (Colab.) Física . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. Vol. 1.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BORJORN, J. R.; BORJORN, R. F. S. A. (Coord.). Física . São Paulo: FTD, s.d.			
2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica . São Paulo: Edgard Blücher, 1981. Vol. 1.			
3. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 1.			
4. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 2.			
5. SCHAUM, D. Física geral . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979. 430p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Educação e Cultura Popular	CPP041	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	CPP018 - Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	
EMENTA:			
Educação Escolar e Não Escolar: os espaços de Educação. Educação de qualidade e a qualidade da educação das classes populares. Relação entre a ausência de Educação e crescimento das desigualdades sociais. Educação e Cultura Popular e Movimentos Sociais. A luta pela Educação no Brasil. A luta pelo direito da educação no campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
1. BRANDÃO, C.R. O que é Educação Popular . São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).			
2. OLIVEIRA, A.C. Educação Popular: Prática Plural . São Paulo: Nova, 2000.			
3. PALUDO, C. Educação Popular: em busca de alternativas . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
1. ALMEIDA, A.W.B. A segurança e o Revigoramento do Poder Regional. Reforma Agrária , Campinas, vol.11, n. 02, março/abril, 1981, p. 4-41.			

2. ARROYO, M.G. (Org.). **Da Escola Carente à Escola Possível**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
3. AYALA, M.I.N.; AYALA, M. **A cultura popular no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1995.
4. FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
5. MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Sociologia Rural	CPP042	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	CPP007 - Sociologia da Educação	
EMENTA:			
Objeto da sociologia rural, contexto histórico e principais abordagens. As relações entre o rural e o urbano. Capitalismo e agricultura. Relações de trabalho no campo. Histórico da questão agrária, agrícola e social no Brasil. Estrutura fundiária e estrutura de classes. Os movimentos sociais no campo. Agricultura familiar. Novas ruralidades e a reconstrução dos espaços rurais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. FREYRE, G. Sobrados e mucambos : decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 891 p.			
2. FROELICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). Desenvolvimento rural : tendências e debates contemporâneos. Ijuí: UNIJUÍ, 2006. 192 p.			
3. MARTINS, J. S. (Org.). Introdução crítica à sociologia rural . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 224 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec/ANPOCS/ UNICAMP, 1992. 275 p.			
2. CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza : estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.			
3. DEMO, P. Introdução a sociologia : complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2010. 382 p.			
4. DUARTE, R. Emprego rural e migração na América Latina . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1986. 204 p.			
5. VEIGA, J. E. Cidades imaginárias : o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados. 2002. 304 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Aspectos Teórico- Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	CPP043	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	CPP018 - Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação do Campo	
EMENTA:			
A educação de jovens e adultos como direito. Concepções teórico-metodológicas de educação de jovens e adultos. A diversidade da educação de jovens e adultos. Os fundamentos legais da educação de jovens e adultos como modalidade de educação. A história da Educação de Jovens e Adultos. As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. As políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Piauí no campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BARRETO, V. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos . Brasília: MEC/SEF/COEJA, 2000. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf > Consulta em: 15-abr-2016.			
2. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 184 p.			
3. PAIVA, V. P. Educação popular e educação de adultos . São Paulo: Edições Loyola, 1987. 368 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos . 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 149 p.			
2. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 158 p.			
3. GADOTTI, M; ROMÃO, E. J. (Org.). Educação de jovens e adultos : teoria, prática e proposta. 2. ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.			
4. PINTO, A. V. Sete lições sobre educação de adultos . 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 118 p.			

5. SANTO ANDRÉ. Secretaria Municipal de Educação e Formação Profissional. **Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: SEFP, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Química para o Ensino Médio	CPP049	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	CPP009 - Química Básica	
Ementa:			
Teoria e Prática do Ensino de Química no Ensino Médio. Matéria e Sua Natureza: estrutura da matéria, substância, mistura, métodos de separação, fenômenos físicos, estrutura atômica, distribuição eletrônica, tabela periódica, ligações químicas, funções químicas, reações químicas, eletroquímica e radioatividade. Química Sintética: química do carbono e hidrocarbonetos. Biogeoquímica: soluções, estudo dos gases, termoquímica, cinética química e equilíbrio químico.			
Bibliografia Básica:			
1. BROWN, T. L. Química, a ciência central . 9 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 972 p.			
2. LEMBO, A.; SARDELLA, A. (Coord.). Química . 12. ed. São Paulo: Ática, 1992. Vol. 3.			
3. MAIA, D. J. Química geral: fundamentos . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 436 p.			
Bibliografia Complementar:			
1. BAIRD, C. Química ambiental . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 622 p.			
2. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M. Química geral e reações químicas . 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2005. 672 p.			
3. LEMBO, A.; SARDELLA, A. (Coord.). Química . 12. ed. São Paulo: Ática, 1992. Vol. 1.			
4. ROZENBERG, I. M. Química Geral . 3. ed. São Paulo: Nobel, 1981. s.p.			
5. SOLOMONS, G. T.W.; FRYHLE, C. B. (Colab.). Química Orgânica . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Educação, Estado e Direitos Humanos	CPP050	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	CPP007 - Sociologia da Educação; CPP005 - Filosofia da Educação; CPP015 - Políticas Públicas de Educação do Campo	
EMENTA:			
Teorias Políticas do Estado. As circunstâncias da Modernidade. Os direitos fundamentais do homem. Os direitos humanos no plano das relações internacionais. Educação, Estado e Direitos humanos no Brasil. Educação no Campo enquanto direito humano fundamental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. ADORNO, T. W. Educação e emancipação . 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 190 p.			
2. GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 95 p.			
3. SAVIANI, D. Escola e democracia . 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995. 104 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Colab.). Juventude, juventudes: o que une e o que separa . Brasília: UNESCO, 2006. 744 p.			
2. BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política . 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 173 p.			
3. CRANSTON, M. Que são os direitos humanos? São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979. 173 p.			
4. DEMO, P. Política social, educação e cidadania . 2. ed. Campinas: Papirus, 1996. 124 p.			
5. MARX, K.; ENGELS, F. (Colab.). Manifesto do partido comunista . São Paulo: Global, 2006. 123 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Informática na Educação	CPP052	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Importância da informática na educação. Utilização da Informática na Escola. A utilização de aplicativos e base de dados para pesquisa e ensino em Educação e Ciências. Ambientes de Aprendizagem Informatizados.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

1. BARRETO, R. G. (Coord.). Educação e tecnologia (1996-2002) . Brasília: MEC, 2006. (Série Estado do Conhecimento, 9)
2. NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson Makron Books, 1996. 619 p.
3. SANMYA, F. T. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade . São Paulo: Érica, 2002. 143 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. COSTA, R. M. E. M. A nova demanda das licenciaturas: informática 10 na educação. In: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA, 1999, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SBC, 1999. p 645-654.
2. LUCENA, C.; FUKS, H. A educação na era da internet . Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000. 160 p.
3. PAPERT, S. LOGO: computadores e educação . São Paulo: Brasiliense, 1988.
4. SANCHO, J. (Org.). Para uma tecnologia educacional . Porto Alegre: Artmed, 1998.
5. TAJRA, S. F. Projeto em sala de aula: Windows 98, Word 97 e Excel 97 , São Paulo, Editora Érica, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Embriologia e Histologia Comparada	CPP051	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Biologia Celular - CPP004	
EMENTA:			
Métodos de estudo em embriologia. Formação dos gametas, processos de divisão, migração, crescimento e diferenciação celular, a partir do ovócito fertilizado, que ocorrem durante o desenvolvimento embrionário e fetal. Morfologia e fisiologia dos tecidos básicos: Tecido Epitelial (Revestimento e Glandular), Tecido conjuntivo (Propriamente dito, Frouxo, Denso, Adiposo, Cartilaginoso, Sanguíneo, Ósseo), Tecido Muscular, Tecido Nervoso. Diagnóstico diferencial dos órgãos dos sistemas do corpo humano.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CORMACK, D. H; NARCISO, M. S. (Trad.). Fundamentos de Histologia . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 371 p.			
2. GARCIA, S. M. L.; FERNÁNDEZ, C. G. Embriologia . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 416 p.			
3. JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. (Colab.). Histologia básica . 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 488 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. DI FIORE, M. S. H. Atlas de histologia . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 229 p.			
2. MAIA, G. D. Embriologia humana . São Paulo: Atheneu, 2007. 115 p.			
3. ROMERO, M. E. C. et al. Embriologia: biologia do desenvolvimento . São Paulo: Iatria, 2005. 190.			
4. MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N. (Colab.). Embriologia clínica . 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 609 p.			
5. ROSS, M. H.; PAWLINA, W. (Colab.). Histologia: texto e atlas em correlação com biologia celular e molecular . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 987 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Zoologia de Interesse Médico	CPP039	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	Biologia Animal I e Protozoários e fungos	
EMENTA:			
Conceitos Gerais de Parasitologia, Relação Parasito-Hospedeiro e Epidemiologia. Estudo dos principais grupos zoológicos de Interesse Médico: Protozoários, Helmintos e Artrópodes. Controle de insetos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. HINRICHSSEN, S. L. DIP: Doenças infecciosas e parasitárias . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 1098 p.			
2. NEVES, D. P. Parasitologia humana . 12. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 546 p.			
3. REY, L. Parasitologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 856 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. CIMERMAN, B.; FRANCO, M. A. (Colab.). Atlas de Parasitologia: artrópodes, protozoários e helmintos . São Paulo: Atheneu, 2005. 105 p.			
2. CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. (Colab.). Parasitologia humana e seus fundamentos gerais . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. 390 p.			

3. DE CARLI, G. A. Parasitologia clínica : seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humana. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. 906 p.
4. NEVES, D. P. Parasitologia dinâmica . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006. 495 p.
5. NEVES, D. P.; BITTENCOURT-NETO, J. B. (Colab.). Atlas didáticos de parasitologia . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009. 101 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Educação Especial	CPP016	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	CPP012 - Psicologia da Educação; novo cód - Didática Geral	
EMENTA:			
Educação Especial: aspectos históricos e legais. LDB e Educação Especial. Políticas Públicas para a Educação Especial. Atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Educação especial: integração e inclusão. Educação Especial na escola do campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. JANNUZZI, G. S. M. Educação do deficiente no Brasil : dos promórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 243 p. (Coleção Educação Contemporânea)			
2. MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil : história e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 208 p.			
3. NERI, M.; COSTILLA, H.; PINTO, A.; SOARES, W. (Colab.). Retratos da deficiência no Brasil . Rio de Janeiro: FGV, 2003. 200 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BRASIL. Ministério da Educação. Portal de ajudas técnicas para educação : equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física. Brasília: MEC, 2007.			
2. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCACAO ESPECIAL. Terceiro congresso ibero-americano de educacao especial : anais do congresso. Curitiba, 1998.			
3. EDLER, R. C. A nova LDB e a educação especial . Rio de Janeiro: WWA, 1997. 136 p.			
4. MANTOAN, M. T. E.. Compreendendo a deficiência mental : novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1989. 167 p.			
5. MOTA, L. A.; SANTOS, G. C. S. Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: aspectos históricos e filosóficos. ID on line. Revista de Psicologia , v. 1, p. 61-71, 2010. Disponível em: < http://www.idonline.no.comunidades.net/index.php?pagina=1368019070 >.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Geografia Física e Matemática	CPP038	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Introdução à Geografia. Definição de Geografia Física e Matemática. Elementos de Cartografia. Representações da Terra, Coordenadas, Fusos, Mapas e Cartas, Escalas, Projeções, Leitura e Interpretação de Mapas e uso de GPS. Noções de Topografia, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento. Noções básicas sobre a origem, idade, evolução, principais minerais e rochas constituintes de crosta terrestre. Definição e perspectiva da Geomorfologia. Sistema Geomorfológico Controle Estrutura e Climático. Noções de Meteorologia e Climatologia. Aspectos físicos e ambientais do Brasil: rocha, relevo, solos, coberturas vegetais e redes hidrográficas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. ANDRADE, M. C. Geografia ciência da sociedade : uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. 143 p.			
2. MORAES, A. C. R. Geografia : pequena história crítica. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.			
3. MOREIRA, R. O que é geografia . 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 113 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. CÂMARA, C.; DAVIS, C. Fundamentos de Geoprocessamento . 1996. Disponível em: < http://www.dpi.inpe.br >			

2. CARVALHO, M. S.; PINA, M. F.; SANTOS, S. M. Conceitos básicos de sistemas de informação geográfica e cartografia aplicados à saúde . Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2000. 117 p.
3. FERREIRA, C. C.; SIMÕES, N. N. A evolução do pensamento geográfico . Lisboa: Gadiva, 1986. 142 p.
4. GOMES, P. C. C. Geografia e modernidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366 p.
5. MORAES, A. C. R. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil . São Paulo: Hucitec, 1987.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Educação Ambiental	CPP028	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Conceito de meio ambiente. Histórico da Educação Ambiental. Correntes da Educação Ambiental. Legislação sobre Educação Ambiental no Brasil. Educação Ambiental formal e não formal. Pesquisas e projetos em Educação Ambiental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. ABÍLIO, F. J. P. (Org.). Educação ambiental: do currículo da Educação Básica às vivências educativas no contexto do semiárido paraibano . João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. 492 p.			
2. GUIMARÃES, M. Dimensão ambiental na educação . 11. ed. Campinas: Papirus, 2012. 128 p.			
3. MENESES, L. S. B. S. Educação ambiental na escola: a construção do cidadão ecológico nos anos iniciais do ensino fundamental . Picos: s.n., 2011. 49 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 255 p.			
2. DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas . 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.			
3. DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental . 2. ed. São Paulo: Gaia, 2006. 224 p.			
4. LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). Repensar a educação ambiental: um olhar crítico . São Paulo: Cortez, 2009.			
5. LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania . 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	CPP054	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Introdução à questão ambiental. A Questão Ambiental - Problemas (As Ações Impactantes da Atividade Humana; Atividades agropecuárias (agrotóxicos) e florestais. Centros Urbanos; Atividades Industrial, Comercial e de Serviços; Residências, Clubes, Áreas Públicas); Consequências da Atividade Humana (Lixo; Poluição do Solo, da Água, do Ar; Redução da Diversidade Biológica; Degradação do Solo; Esgotos Doméstico, Hospitalar e Industrial); Soluções e Alternativas Existentes (Ações Específicas; Educação; Educação Ambiental; Gestão Ambiental; Tecnologias sociais para a convivência com o semiárido, Agroecologia). Desenvolvimento Sustentável: Conceitos Básicos. A Relação Meio Ambiente X Desenvolvimento Sustentável e a integração de conhecimentos de diferentes áreas profissionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 429 p.			
2. LOPES, W. G. R. (Org.). Sustentabilidade do semiárido . Teresina: EDUFPI, 2009. 436 p.			
3. VERNIER, J. Meio ambiente . 7. ed. Campinas: Papirus, 2005. 132 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores . Brasília: Marco Zero, 2005. 359 p.			
2. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Inter-relações entre biodiversidade e mudanças climáticas - recomendações para a integração das considerações sobre a biodiversidade na implementação da Convenção-Quadro..... Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. 219 p.			
3. LEMOS, G. N.; MARANHÃO, R. R. (Colab.). Viveiros educadores: plantando vida . Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. 88 p.			

4. PHILIPPI-JUNIOR, A. (Ed.). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Barueri: Manole, 2005. 842 p.
5. SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 310 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Relações Étnico-Raciais	CPP034	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Relações raciais e construção da identidade. Diversidade étnico-racial, LDB, teorias de currículo e educação escolar. Pesquisa educacional e relações étnico-raciais. A questão étnico-racial no projeto pedagógico e nos planos de ensino. Diversidade no contexto da educação no campo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana . Brasília: CNE, 2004. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf >			
2. FERNANDES, F. Integração do negro na sociedade de classes . 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.			
3. THEODORO, M.; GERREIRO, L. J. R.; SOARES, O. S. (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição . Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf >			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. FICHTNER, B.; FOERSTE, E.; LIMA, M. (Org.). Cultura, dialética e hegemonia: pesquisas em educação . Vitória: EDUFES, 2013. 322 p.			
2. FREYRE, G. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal . 51. ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p.			
3. HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 220 p.			
4. MCLAREN, P. Multiculturalismo crítico . São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1997. 239 p.			
5. MOURA, C. Sociologia do negro			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Física Básica	CPP010	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	CPP011 - Matemática para o Ensino de Ciências	
EMENTA:			
Física: definição. Grandezas e unidades em Ciências Naturais. Importância da conservação de grandezas fundamentais no estudo dos fenômenos naturais. Movimentos de translação e rotação, envolvendo suas causas e consequências. Energia como base para o estudo de movimentos. Movimento de fluidos. Transformações de energia: calor e formas de energia em trânsito.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 1.			
2. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 2.			
3. TIPLER, P. A.; MOSCA, G. (Colab.). Física . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. Vol. 1.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BORJORN, J. R.; BORJORN, R. F. S. A. (Coord.). Física . São Paulo: FTD, s.d.			
2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica . São Paulo: Edgard Blücher, 1981. Vol. 1.			
3. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 3.			
4. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 4.			
5. SCHAUM, D. Física geral . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979. 430 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
História da Física	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			

Origem da Física. Surgimento da Física Moderna. A Física e a Revolução industrial. A Física na Atualidade. A Física no Brasil.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
1. BEN-DOV, Y. Convite à Física . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. 2. ROCHA, J. F. et al. Origens e Evolução das Ideias da Física . Salvador: EDUFBA, 2002. 3. VIDEIRA, A. A. P.; VIEIRA, C. L. Reflexões sobre Historiografia e História da Física no Brasil . 1.ed. Editora Livraria da Física: 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. LOPES, J. L. Uma história da Física no Brasil . 1 ed. Editora livraria da física, 2004. 2. AZEVEDO, F. As Ciências no Brasil . Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994. 3. ALFONSO-GOLDFARB, A. M. O que é história da ciência . São Paulo: Brasiliense, 1994. 4. EINSTEIN, A.; INFELD, L. A evolução da física . Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 5. BACHELARD, G. A formação do espírito científico . Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
História da Química	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Química na Pré-história e o surgimento do conhecimento sistemático; A civilização grega e a estruturação do conhecimento; Idade Média da Alquimia à Ciência Química e as universidades; A Revolução Industrial; A virada do século XX; A Pequena História da Química no Brasil e no Piauí; Atividades de prática como componente curricular.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CHASSOT, A. A Ciência Através dos Tempos . 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004. 2. GREENBERG, A. Uma breve História da Química: da alquimia às ciências moleculares modernas . São Paulo: Edgard Blucher, 2009. 377 p. 3. VANIN, J. A. Alquimistas e químicos: o passado, o presente e o futuro . 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005. 119 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. OLIVEIRA, L. H. M.; CARVALHO, R. S. Um olhar sobre a história da Química no Brasil. Revista Ponto de Vista , v. 03, p. 27-37, 2006. 2. HUTIN, S. Histoire de l'alchimie: de la science archaïque à la philosophie occulte . Verviers: Gérard, 1971. 286 p. 3. ANDERY, M. A. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica . Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 436 p. 4. FILGUEIRAS, C. A. L. Origens da Ciência no Brasil. Química Nova , v. 13, n. 03, p. 222 - 229, 1990. Disponível em: < http://quimicanova.sbq.org.br/imagebank/pdf/Vol13No3_222_v13_n3_%20%2812%29.pdf > 5. NEVES, L. S.; FARIAS, R. F. História da Química: um livro texto para a graduação . 2. ed. Campinas: Átomo, 2011, 136 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Zoologia Econômica	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Origem da pecuária: a domesticação dos animais. Principais espécies animais de importância econômica para o Bioma Caatinga; Características históricas, sociais e ambientais das criações animais, com ênfase em apicultura, ovinocaprinocultura e avicultura.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. POPESKO, P. Atlas de anatomia topográfica dos animais domésticos . São Paulo: Manole, 1997. 2. STORER, T.I. et al. Zoologia geral . 6.ed. São Paulo: Nacional, 1991. 3. CARTHY, J. D. Comportamento animal . EPU, 1980.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ALBINO, L.F.T.; VARGAS JÚNIOR, J.G.; SILVA, J.H.V. Criação de frango e galinha caipira – avicultura sustentável . Viçosa. Ed Aprenda Fácil. 2001.			

2. MENDES, B. V. **Plantas e animais do nordeste**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
3. SOUZA, D.C. **APICULTURA - Manual do agente de desenvolvimento rural (org.)**. Brasília: SEBRAE, 2004. Disponível em: <
http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1FB6C578922890F8325739200634514/\$File/NT000372DA.pdf>
4. HICKMAN JR., ROBERTS, L.S.; LARSON, A. **Princípios Integrados de Zoologia**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
5. **MANUAL DE CRIAÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS**. Brasília, DF: CODEVASF, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Sistemática Filogenética	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Princípios e métodos das escolas contemporâneas da sistemática. Princípios de Sistemática Filogenética. Anagênese e Cladogênese. Sinapomorfia, plesiomorfia e apomorfia. Homologia e Homoplasia. Princípio da Parcimônia. Construção de Árvores Filogenéticas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. AMORIM, D. S. Fundamentos de Sistemática Filogenética . Ribeirão Preto: Holos, 2002. 154 p.			
2. DINIZ-FILHO, J.A.F. Métodos Filogenéticos Comparativos . Ribeirão Preto: Holos, 2000.			
3. PANTOJA, S. Filogenética: Primeiros Passos . São Paulo: Technical. 2016. 88p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. AMORIM, D. S. et al. Diversidade biológica e evolução: uma nova concepção para o ensino . Aulas de ciências: projeto LEC-PEC de Ensino de Ciências [S.l: s.n.], 1999.			
2. DONOGHUE, M. J. et al. Sistemática Vegetal: Um enfoque filogenético . Porto Alegre: Artmed, 2009.			
3. HICKMAN JR., ROBERTS, L.S.; LARSON, A. Princípios Integrados de Zoologia . 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.			
4. MAYR, E. O desenvolvimento do pensamento biológico. Brasília: UNB, 1998.			
5. SCHNEIDER, H. Métodos de Análise Filogenética . São Paulo: Chiado, 2018.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Manejo e Conservação de Recursos Genéticos Vegetais	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Centros de origem. Domesticação das plantas. Base genética e diversidade. Conservação <i>in situ</i> , <i>ex situ</i> . Métodos e técnicas de coleta de germoplasma. Coleção nuclear. Intercâmbio, quarentena, patentes, leis de proteção. Plantas transgênicas e biossegurança.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. BORÉM, A.; MIRANDA, G.V. Melhoramento de plantas . 4.ed. Viçosa: UFV, 2005. 525 p.			
2. NASS, L.L.; VALOIS, A.C.C.; MELO, I.S.; VALADARES-INGLIS, I.S. (Colab.). Recursos genéticos e melhoramento- plantas . Rondonópolis, 2001. 1183 p.			
3. RAMALHO, M.A.P., SANTOS, J.B.; PINTO, C.A.B.P. Genética na Agropecuária . 3. ed. Lavras: UFLA, 2004, 472p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. FERREIRA, F.R. (Ed). Recursos genéticos de espécies frutíferas no Brasil . Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 1999. 190p.			
2. MORALES, E.A.V.; VALOIS, A.C.C.; NASS, L.L. Recursos genéticos vegetales . Brasília: Embrapa-CENARGEN/SPI, 1997. 78p.			
3. NASS, L.L. Recursos genéticos vegetais . Brasília: Embrapa Recursos genéticos e Biotecnologia, 2007. 858p.			
4. QUEVOL, D. Recursos genéticos, nosso tesouro esquecido – abordagem técnica e sócio-econômica . Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993. 196p.			
5. WALTER, B.M.T.; CAVALCANTI, T.B. Coleta de germoplasma vegetal: teoria e prática . Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 1996. 86p.			

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE RESPONSÁVEL:
-----------------------	----------------------

Nome		Código	Tipo	LEDOC
Epistemologia, Filosofia e História da Ciência		novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:		
3.1.0	60h	---		
EMENTA:				
Os problemas da origem e da justificação do conhecimento: dos antigos gregos à atualidade. A epistemologia empirista – indutivista. Entendimento do desenvolvimento da Filosofia da Ciência do século XX enquanto rejeição do indutivismo. A relação entre Ciência e Filosofia a partir do curso histórico do desenvolvimento da Química. A análise das concepções de mundo na produção de teorias científicas e seu papel na construção do conhecimento. O entendimento das teorias científicas como reflexo do momento histórico e a compreensão da importância dos conceitos filosóficos para o pensamento científico. Atividades de prática como componente curricular.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
1. ANDERY, M. A. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.				
2. CARRILHO, M. M. A filosofia das ciências: (de Bacon a Feyerabend). Lisboa: Presença, 1994.				
3. OLIVA, A. Filosofia da Ciência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Coleção Passo-a-passo, 31)				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
1. BACHELARD, G. A. Formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.				
2. CHALMERS, A. F. O que é ciência, afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.				
3. CHRÉTIEN, C. A. Ciência em ação: mitos e limites. Campinas, SP: Papirus, 1994.				
4. FREIRE-MAIA, N. A ciência por dentro. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997 53				
5. HALL, A. R. A Revolução na ciência 1500-1750. Coimbra: Edições 70, 1988. 496 p.				

COMPONENTE CURRICULAR				UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome		Código	Tipo	LEDOC
Física Moderna e Contemporânea		novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:		
3.1.0	60h	CPP011 - Matemática para o Ensino de Ciências; NOVA - Termodinâmica e Óptica; NOVA - Eletromagnetismo		
EMENTA:				
Teoria da Relatividade Restrita. Física Nuclear. Efeito fotoelétrico. Natureza da Matéria.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:				
1. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K.S. Física. 5. ed. v. 4. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 2012.				
2. OKUNO, E; CALDAS, I. L; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1982.				
3. YOUNG H. D.; FREEDMAN R.A. Física IV - Óptica e Física Moderna. 14. ed. v. 2. São Paulo: <i>Pearson Education</i> do Brasil, 2016.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:				
1. NEWTON, V. B.; HELOU, D.; GUALTER, J. B. Tópicos de Física. 2. ed. v. 2. São Paulo, Editora Saraiva, 2008.				
2. GUALTER, J. B.; NEWTON, V. B.; HELOU, D. Tópicos de Física. 1. ed. v. 3. São Paulo, Editora Saraiva, 2007.				
3. RAMALHO, F.; NICOLAU, G. F.; TOLEDO, P. A. Os Fundamentos da Física. 8. ed. v. 2, 3. São Paulo, Editora Moderna, 2003.				
4. ALBERTO, G. Física. 1. ed. v. 1, 2, 3. São Paulo: Ática, 2007.				
5. PENTEADO, P. C. M; TORRES, C. M. Física – Ciência e Tecnologia. 1. ed. v. 2, 3. São Paulo, Editora Moderna, 2005.				

COMPONENTE CURRICULAR				UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome		Código	Tipo	LEDOC
Biofísica		novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:		
3.1.0	60h	CPP011 - Matemática para o Ensino de Ciências; NOVA - Mecânica		
EMENTA:				
Introdução à Biofísica; Biofísica celular e molecular; Biofísica das radiações e radiologia; Métodos biofísicos de investigações.				

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
1. OKUNO, E; CALDAS, I. L; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas . São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1982.
2. DURAN, J. H. R. Biofísica: Fundamentos e Aplicações . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003. 318p.
3. HENEINE, I. F. Biofísica Básica . São Paulo: Atheneu, 2010. 391p
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. BORJORNO, J. R.; BORJORNO, R. F. S. A. (Coord.). Física . São Paulo: FTD, s.d.
2. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica . São Paulo: Edgard Blücher, 1981. Vol. 1.
3. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 3.
4. RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. (Colab.). Física . 5 ed Rio de Janeiro: LTC, 2003. Vol. 4.
5. SCHAUUM, D. Física geral . São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979. 430 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Educação científica	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Possibilidades de atuação do educador e a educação científica na sociedade atual. Percepção pública da ciência e tecnologia. Divulgação e popularização científica. Alfabetização científica: articulações com a cultura e a construção da cidadania. Cultura científica no contexto local e global. Conexões entre arte e ciências. A Ciência na sociedade e na cultura: espaços formais, não formais e informais de educação científica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CASA DA CIÊNCIA. Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil . Rio de Janeiro: UFRJ-Casa da Ciência, 2002.			
2. KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. Ensino de Ciências e Cidadania . São Paulo: Moderna, 2004.			
3. SILVA, H. C. O que é educação científica? Ciência & Ensino , v.1, n.1, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ARAÚJO, K. S. S. Educação científica: outras vertentes do conhecimento . 1ed. Curitiba: Appris, 2017			
2. CHASSOT, A. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação . Ijuí: Unijuí, 2001.			
3. CUNHA, M. B. GIORDAN, M. Divulgação científica na sala de aula: perspectivas e possibilidades . Ijuí: Ed. Unijuí, 2015			
4. SASSERON, L. H. Alfabetização científica no ensino fundamental: estrutura e indicadores deste processo em sala de aula . 2008. 265f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.			
5. VALLE, M. G. SOARES, K. J. C. B. SÁ-SILVA, J. R. A alfabetização científica na formação cidadã: perspectivas e desafios no Ensino de Ciências . 1ed. Curitiba: Appris, 2020.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Formação de professores de ciências na perspectiva CTSA	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
O movimento Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA) no contexto nacional e internacional. Tendências das pesquisas sobre formação de professores de ciências na perspectiva CTSA. Contribuições teórico-metodológicas da abordagem CTSA para o processo de ensino e aprendizagem em ciências.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CACHAPUZ, A. et al. (Orgs.). Necessária renovação do ensino das Ciências . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 264 p. 6 ex. 3 ed. 5 ex.			
2. CARVALHO, A. M. P.; GIL-PEREZ, D. Formação de professores de Ciências . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 120p. 9 ed. 3 ex.			
3. SANTOS, W. L. P. D. Significados da Educação científica com enfoque CTS. In: SANTOS, W. L. P. D.; AULER, D. CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisa . Brasília: Editora UNB, 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. AULER, D. Enfoques Ciência-Tecnologia-Sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro. Ciência e Ensino , v. 1, n. especial, 2007.			

2. AULER, D.; BAZZO, W. A. Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional brasileiro. **Ciência & Educação**, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2001.
3. SANTOS, W. L. P. Contextualização no ensino de ciências por meio de temas CTS em uma perspectiva crítica. **Ciência e Ensino**, v.1, n. especial, 2007.
4. STRIEDER, R. B. **Abordagem CTS na educação científica no Brasil: sentidos e perspectivas**. 2012. 283 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
5. VIEIRA, C. T.; VIEIRA, R. M. Construção de práticas didático-pedagógicas com orientação CTS: impacto de um programa de formação continuada de professores de Ciências do Ensino Básico. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 2, p. 191-211, 2005

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Métodos, Técnicas e Instrumentos de Pesquisa em Educação	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	CPP002 - Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do Campo	
EMENTA:			
Métodos de pesquisa em Educação. Entrevista na pesquisa educacional. Questionário na pesquisa educacional. Observação na pesquisa educacional. Memorial na pesquisa educacional. Análise de Conteúdo na pesquisa educacional. Análise do Discurso.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica fundamentos e técnicas . 22. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2010. 224 p. 3 ed. 1 ex. 24 ed. 6 ex.			
2. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica . São Paulo: Atlas, 1982. 231p. 1 ex. 4 ed. 12 ex. 6 ed. 6 ex.			
3. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304p. 20 ed. 2 ex. 22 ed. 21 ex. 23 ed. 10 ex.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 127 p.19.			
2. DEMO, P. Pesquisa e construção de conhecimentos: metodologia científica no caminho de Habermas . 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 125p.			
3. NIDELCOFF, M. T. Escola e a compreensão da realidade: ensaios sobre a metodologia das ciências sociais . São Paulo: Brasiliense, 1998. 101p.			
4. RUIZ, J. A. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 180 p.			
5. SANTOS, A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento . 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 139p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Ensino de ciências por investigação	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
As contribuições da Experimentação para o Ensino de Ciências. Teoria da Aprendizagem Significativa (TAS) x Epistemologia de Thomas Kuhn (EKT). A atividade experimental problematizadora (AEP).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. CARVALHO, A. M. P. Ensino de Ciências Por Investigação - Condições Para Implementação em Sala de Aula ; São Paulo: Cengage Learning, 2013			
2. SILVA, A. L. MOURA, P.R.G. Ensino experimental de Ciências-uma proposta: ATIVIDADE EXPERIMENTAL PROBLEMATIZADORA (AEP) . 1ed. Livraria da Física, 2018.			
3. SILVA, A. L. NOGARA, P. A. Atividade Experimental problematizadora (AEP) . 1ed. Curitiba: Appris, 2018.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BORGES, A. T. Novos Rumos para o laboratório escolar de ciências , Caderno Brasileiro de Ensino de Física v. 19, n. 3, pp. 291-313; sl: sed, 2012.			

2. GALIAZZI, M.C. [et al.]. **Objetivos das atividades experimentais no ensino médio: a pesquisa coletiva como modo de formação de professores de ciências.** Ciência & Educação v.7, n.2, p.249-263; sl: sed, 2001.
3. ZÔMPERO, A. F.; LABURÚ, C. E. **Atividades Investigativas No Ensino De Ciências: Aspectos Históricos E Diferentes Abordagens.** Rev. Ensaio. Belo Horizonte. v.13. n.03. p.67-80. set-dez 2011.
4. JÚNIOR, W. E. F.; FERREIRA, L. H.; HARTWI, D. R. **Experimentação Problematizadora: Fundamentos Teóricos e Práticos para a Aplicação em Salas de Aula de Ciências.** QNesc. N° 30, NOVEMBRO 2008.
5. GONÇALVES, F. P. **A problematização das atividades experimentais no desenvolvimento profissional e na docência dos formadores de professores de Química.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica. Florianópolis, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Criação de abelhas no semiárido	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Apicultura: Histórico da criação de abelhas; importância ecológica e social; aspectos gerais da apicultura no Brasil e no mundo; principais raças; biologia das abelhas; o material apícola e suas instalações; o manejo básico de manutenção e produtivo das colmeias; os produtos das abelhas e seus processamentos. Meliponicultura: principais espécies criadas na região semiárida, modelos de colmeias racionais, manejo, produção, extração e beneficiamento de mel.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. SOUZA, D.C. (Org.). Apicultura: Manual do agente de desenvolvimento Rural. Brasília: Sebrae, 2007. 86p.			
2. TAUTZ, J. O fenômeno das abelhas. Porto Alegre: Artmed, 2010. 288p.			
3. SEELEY, T. Ecologia das abelhas: um estudo de adaptação na vida social. Porto Alegre: Paixão, 2006. 256 p.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. BENDINI, JN., ARRAIS, G.A. Pesquisas e ações do grupo de estudos sobre abelhas do semiárido piauiense. Teresina: EDUFPI, 2017. 169 p. Disponível em: < https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/EDUFPI/Livro-Pesquisas_e_a%C3%A7%C3%B5es_do_grupo_de_estudos_sobre_abelhas_do_semi%C3%A1rido_piauiense.pdf >.			
2. VILELA, S. L. O. A importância das novas atividades agrícolas ante a globalização: a apicultura no Estado do Piauí. Teresina: EMBRAPA Meio-Norte, 2000. 228p.			
3. VILLAS-BÔAS, J. Manual Tecnológico: Mel de Abelhas sem Ferrão. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2002. 112p. Disponível em: < https://www.semabelhasalimenta.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Manual-Tecnico-Mel-de-Abelhas-sem-Ferrao.pdf >			
4. NOGUEIRA-NETO, P. Vida e criação de abelhas indígenas sem ferrão. São Paulo: Editora Nogueirapis, 1997.			
5. OLIVEIRA, F. F. D., RICHERS, B. T. T., SILVA, J. R. D., FARIAS, R. C., MATOS, T. A. D. L. Guia ilustrado das abelhas" sem ferrão" das Reservas Amanã e Mamirauá, Amazonas, Brasil (Hymenoptera, Apidae, Meliponini). Tefé, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2013. 267 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Transformações Químicas	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
Definição de transformações químicas e sua relação com os seres vivos, com o meio ambiente, com a indústria e com a sociedade. Representação dos fenômenos através de equações químicas, simbologia e nomenclatura química. Estequiometria. Ligações químicas e interações intermoleculares. Velocidade de reação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. KOTZ, John C.; TREICHEL, Paul M. (Colab.). Química geral e reações químicas. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2005. 672p.5 ed.			

2. BROWN, Theodore L.. Química, a ciência central. 9. ed. Sao Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 972 p.9 ed.
3. ROZEMBERG, I. M. Química geral . 3. ed. Sao Paulo: Nobel, 1981. s.p. 3 ed vol 1.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
1. ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2001. 1030 p.
2. BRITO, M. A.; PIRES, A. T. M. Química básica: teoria e experimentos. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. 231 p.
3. RUSSELL, John B. Química geral . 2.ed. ed. Sao Paulo, 1994. 835p.2 ed vol 1.
4. BRADY, James E.; HUMISTON, Gerard E. (Colab.); SANTOS, Cristina Maria Pereira dos (Trad.). Química geral . 2.ed. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 410p.2 ed vol 1.
5. MAGALHAES, Mariza. Química da cabeça aos pés . Sao Paulo: Livraria da Física, 2014. 50p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	Código	Tipo	LEDOC
Etnobiologia	novo cód	Disciplina	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-Requisitos:	
3.1.0	60h	---	
EMENTA:			
<p>Conceituação e fundamentação da Etnobiologia. Desenvolvimento da Etnobiologia no Brasil. Importância do conhecimento botânico e zoológico tradicional e suas aplicações. Sistemas de classificação etnobiológicos e a construção do domínio etnobiológico. Estudo das várias interações existentes entre os seres humanos e a biodiversidade. Ferramentas metodológicas etnociêntíficas que permitem a elucidação das relações do homem com a natureza. Aspectos éticos da pesquisa etnobiológica. Utilização da fauna e flora para subsistência e consequências da inferência humana sobre os recursos naturais.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
1. MEDEIROS, M. F. T; ALBUQUERQUE, U. P. Práticas para o ensino de Etnobiologia . Recife, PE: NUPEEA, 2018.			
2. ALBUQUERQUE, U. P. Introdução à Etnobiologia . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2005.			
3. ALBUQUERQUE U.P.; LUCENA, R.F.P. (Orgs.) Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecologia . Recife: Nupeea, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
1. ALVES, A.G.C., ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P. (Org.). Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia . Volume 2. Soc. Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia/NUPEEA. Recife.			
2. ALBUQUERQUE, U. P. (Org.). Etnobiologia: bases ecológicas e evolutivas . Recife, PE: NUPEEA, 2013.			
3. AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (eds). Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas . UNESP/ CNPq, Rio Claro, Brasil, 2002. 204p.			
4. DIEGUES, A.C.S.; ARRUDA, R.S.V. (Org.) Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil . Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.			
5. ALBUQUERQUE, U. P. Introdução à etnobotânica . Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2005.			

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

7.1 Local de funcionamento e infraestrutura física

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza desenvolve as suas atividades, principalmente no tempo universidade, no CSHNB, localizado na Rua Cícero Eduardo, Nº 905, Bairro Junco, em Picos-PI. O Curso dispõe das seguintes estruturas físicas no CSHNB:

a) **Sala da Coordenação do Curso:** Compreende uma sala individualizada para Coordenador(a) e subcoordenador(a), com mesas, cadeiras, armários, computadores e ar

condicionado. Ambiente destinado para realizações dos serviços acadêmicos, bem como o atendimento de alunos e professores.

b) Secretaria: ambiente para atendimento ao público, climatizado, com armário, bancada, cadeiras, computadores e impressora. Local em que atua o técnico-administrativo para apoio em assuntos educacionais relacionados à Coordenação do Curso, alunos, professores e público em geral.

c) Sala de apoio educacional: ambiente para atendimento pedagógico aos alunos e docentes da LEDOC. É uma sala climatizada, com armários, computador e mesas, no qual a técnica-administrativa com nível superior em Pedagogia realiza suas atividades.

d) Sala dos Núcleos de Pesquisa e Extensão da LEDOC: ambiente climatizado, com mesa, cadeiras e armários, ao lado da Sala da Coordenação do Curso. A sala é para uso exclusivo e compartilhado por todos dos núcleos de pesquisa e extensão da LEDOC.

7.2 Infraestrutura acadêmica

Além das estruturas específicas do Curso, este também dispõe de toda uma infraestrutura proporcionada pelo *campus*, compartilhada pelos outros cursos, composta por:

a) Sala de reunião: ambiente amplo, climatizado, com mesas, cadeiras e equipamento para *web* conferência. Seu uso está condicionado à disponibilidade, visto que atende todo o *campus* e para obter acesso ao espaço se faz necessário o agendamento.

b) Sala de professores: o *campus* disponibiliza duas salas, coletivas, climatizadas para o trabalho docente. Nela encontram-se armários, mesas e cadeiras além de *internet*. Ali os professores preparam suas aulas e atendem os alunos para esclarecimentos de dúvidas e orientação de trabalhos.

c) Auditórios: encontram-se disponíveis no *campus* dois auditórios com capacidade para 300 e 150 pessoas. Ambos possuem sistema de som, centrais de ar, poltronas acolchoadas e tablado. Seu uso também é condicionado à disponibilidade e o acesso se faz mediante agendamento.

d) Salas de aula: as salas de aulas são climatizadas, possuem número de carteiras suficientes para atender a todos os alunos das turmas, *data show*, quadro de acrílico e tela de projeção. Sua disponibilização é realizada mediante solicitação da Coordenação do Curso ao Setor de Patrimônio visto que o calendário do Curso é diferenciado dos demais que ocorrem no *campus*, necessitando da organização do Setor.

e) Restaurante universitário: espaço destinado para a alimentação dos estudantes e servidores do CSHNB. Serve almoço e jantar previamente planejados por nutricionistas, cujo cardápio é disponibilizado no local e em redes sociais e na página oficial da Instituição.

f) Laboratório de informática: o *campus* também dispõe de dois laboratórios de informática, os quais são de responsabilidade do Curso de Sistema de Informação. Cada um apresenta cerca de 24 computadores com *softwares* diversos e *internet* e a utilização é feita mediante solicitação à Coordenação do Curso responsável.

g) Laboratório multidisciplinar: laboratório em que são realizadas as aulas práticas das disciplinas de Biologia (Genética) e Química. Também serve à realização de pesquisa. Possui bancadas, bancos, vidrarias, reagentes, equipamentos especializados (microscópio, lupas, balança analítica, pHmetro etc.), modelos anatômicos e quadro de acrílico. O apoio às aulas é dado pelo técnico de laboratório com agendamento do espaço e solicitação dos itens que serão utilizados em aula.

h) Laboratório de Pesquisa 3 – Biodiversidade: Nesse espaço estão depositados aproximadamente 1000 exemplares de anfíbios e répteis procedentes das pesquisas realizadas no Sul do Piauí, predominantemente Picos, autorizada pelos órgãos competentes. Pesquisas são realizadas no laboratório atualmente nas linhas de Botânica, Zoologia, Limnologia, Apicultura e Animais Silvestres.

i) Laboratório de Botânica: neste laboratório são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão, tal laboratório conta com dez microscópios ópticos, sete microscópios estereoscópicos, dois microscópios estereoscópicos com câmara clara, um microscópio estereoscópico interligado a TV e três armários. O laboratório abriga a coleção didático-científica de plantas, a carpoteca didática e a coleção de modelos didáticos destinadas ao ensino

de Botânica, nas subáreas de anatomia vegetal, morfologia vegetal, sistemática vegetal e fisiologia vegetal. Utilizado para aulas práticas das disciplinas Biologia Vegetal I.

j) Laboratório de Parasitologia: utilizado para realização de aulas práticas sobre Parasitologia, com visualização e identificação de protozoários, helmintos e artrópodes de importância em saúde humana, através de microscópios e lupas. Realização de aulas práticas da disciplina Zoologia de Interesse Médico e para realização de pesquisa.

l) Laboratório de Zoologia e Paleontologia: O Laboratório de Zoologia e Paleontologia é destinado às aulas práticas. Além disso, são realizados os trabalhos de conclusão de curso, Projetos de Iniciação Científica e Extensão nas áreas de Zoologia e Paleontologia. Utilizado para aulas práticas da disciplina Biologia Animal I, Biologia Animal II.

m) Laboratório de Pesquisa I: Atualmente recebe alunos de graduação e pós-graduação (mestrado e especialização) para pesquisas nos trabalhos de conclusão de curso (TCC) e dissertações. Realização de pesquisa de Iniciação Científica.

n) Laboratório de Histologia: Destinado a manipulação de microscópios para estudo de lâminas histológicas. Realização de aulas práticas na disciplina Biologia Celular para microscopia.

o) e-CASA: o Espaço de Convivência com o Ambiente Semiárido (e-CASA) é um espaço físico aberto, de agregação de diferentes áreas de conhecimento, professores, produtores rurais e alunos de escolas, em torno da convivência com o Semiárido. Trata-se de uma iniciativa do Grupo de Estudos sobre Abelhas do Semiárido Piauiense (GEASPI). O espaço recebe visita de estudantes da Educação Básica para vivências em torno da Educação Ambiental e Agroecológica. Além disso, são realizados eventos e aulas de campo.

Todas essas dependências estão adaptadas aos estudantes com necessidades educacionais especiais, conforme estabelecido na Resolução 54/2017 CEPEX/UFPI.

7.3 Biblioteca

O *campus* também oferece aos alunos do Curso a estrutura da Biblioteca José Albano de Macedo, uma das Bibliotecas Setoriais da UFPI, que contém um acervo bibliográfico específico do curso e em outras áreas, *internet* disponível para pesquisa e acesso livre aos Periódicos Capes/MEC para alunos e professores.

A Biblioteca José Albano de Macedo é um espaço de mais de 800 m² com um salão de estudo climatizado com 84 lugares, seis salas para estudo em grupo e 25 cabines para o estudo individual. Também contém computadores para pesquisa ao acervo, empréstimos, renovações e devoluções. O acervo geral da biblioteca contém 7.292 títulos, na forma de livros, periódicos, atlas, enciclopédias, monografias, dissertações, teses, CDs, DVDs e folhetos. Ela também oferece serviços como empréstimo, orientação para adequação de trabalhos acadêmicos à ABNT, treinamento de usuários, campanhas educativas, exposições de obras, flanelógrafo digital, assistência por telefone e e-mail, além do compartilhamento de notícias e informações através das redes sociais.

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 Cláusula de vigência

Considerando que a implementação da nova matriz curricular terá início em 2021, que a capacidade de instalação didática e de corpo docente durante o período de convivência das duas matrizes curriculares é suficiente e que existem alunos matriculados atualmente no 1º período do curso, o prazo para desativação do currículo vigente será de até 4 (quatro) períodos letivos após decorrido o prazo de conclusão regular da última turma e de mais 4 (quatro) períodos letivos, para alunos com necessidades educacionais especiais.

8.2 Equivalência entre projetos pedagógicos

O presente projeto não prevê um plano de migração dos alunos para a matriz curricular proposta, ou seja, apenas os alunos ingressantes a partir do ano de 2021 deverão cursar a matriz curricular aqui proposta.

Para os alunos que ingressaram no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, antes das mudanças aqui definidas e que ainda estiverem em processo de formação, será garantido o direito de cursar as disciplinas necessárias para completar sua formação sem prejuízos, conforme estabelece este projeto pedagógico de curso. Isso significa

que os alunos que ingressaram no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, até 2019.2 podem fazer as disciplinas necessárias para sua formação na matriz curricular deste PPC. Entretanto, não é possível migrar integralmente das matrizes curriculares anteriores para a proposta a ser implementada em 2020.1.

O Quadro 03 apresenta a equivalência entre as disciplinas das matrizes curriculares vigentes e o novo currículo a ser implantado em 2021. As equivalências deverão ser usadas para atender os alunos eventualmente retidos. As disciplinas pedagógicas deverão possuir equivalência global.

Quadro 03 - Equivalência das disciplinas obrigatórias entre a matriz curricular vigente (de 2017) e a matriz curricular proposta (para 2021)

Código	Matriz Curricular Vigente	Créditos	CH	Bloco	Código	Matriz Curricular Proposta	Créditos	CH	Período
CPP001	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	I	CPP001	Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	1º
CPP002	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do campo	3.1.0	60	I	CPP002	Metodologia Científica e da Pesquisa em Educação do campo	3.1.0	60	1º
CPP003	História, Identidade e Memória dos povos do Campo	3.1.0	60	I	CPP003	História, Identidade e Memória dos povos do Campo	3.1.0	60	1º
CPP005	Filosofia da Educação	3.1.0	60	I	CPP005	Filosofia da Educação	3.1.0	60	1º
CPP006	História da Educação	3.1.0	60	I	CPP006	História da Educação	3.1.0	60	1º
CPP007	Sociologia da Educação	3.1.0	60	I	CPP007	Sociologia da Educação	3.1.0	60	1º
CPP008	Genética	3.1.0	60	II	CPP008	Genética	3.1.0	60	4º
CPP009	Química Básica	3.1.0	60	II	CPP009	Química Básica	3.1.0	60	3º
CPP010	Física Básica	3.1.0	60	II	novo cód	Mecânica	3.1.0	60	4º
CPP011	Matemática para o Ensino de Ciências	3.1.0	60	II	CPP011	Matemática para o Ensino de Ciências	3.1.0	60	3º
CPP012	Psicologia da Educação	3.1.0	60	II	CPP012	Psicologia da Educação	3.1.0	60	2º
CPP019	Legislação e Organização da Educação Básica	3.1.0	60	II	CPP019	Legislação e Organização da Educação Básica	3.1.0	60	2º
CPP014	Química Orgânica	3.1.0	60	III	CPP014	Química Orgânica	3.1.0	60	4º
CPP015	Políticas Públicas de Educação do Campo	3.1.0	60	III	CPP015	Políticas Públicas de Educação do Campo	3.1.0	60	2º
CPP016	Educação Especial	3.1.0	60	III	-	Optativa	3.1.0	60	7º, 8º
CPP017	Didática	2.2.0	60	III	novo cód	Didática Geral	2.2.0	60	3º
CPP018	Fundamentos Teórico-metodológicos da Educação do Campo	3.1.0	60	III	CPP018	Fundamentos Teórico-metodológicos da Educação do Campo	3.1.0	60	1º
CPP019	Ética e Educação	3.1.0	60	III	CPP019	Ética e Educação	3.1.0	60	2º
CPP020	Metodologia do Ensino da Física	3.1.0	60	IV	CPP020	Metodologia do Ensino da Física	3.1.0	60	5º
CPP021	Metodologia do Ensino da Biologia	3.1.0	60	IV	CPP021	Metodologia do Ensino da Biologia	3.1.0	60	5º
CPP022	Metodologia do Ensino da Química	3.1.0	60	IV	CPP022	Metodologia do Ensino da Química	3.1.0	60	5º

CPP023	Bioquímica para o Ensino de Ciências	3.1.0	60	IV	CPP023	Bioquímica para o Ensino de Ciências	3.1.0	60	7°
CPP024	LIBRAS	3.1.0	60	IV	CPP024	LIBRAS	2.2.0	60	2°
CPP025	Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	60	IV	CPP025	Avaliação da Aprendizagem	3.1.0	60	4°
CPP026	Biologia Animal I	3.1.0	60	V	CPP026	Biologia Animal I	3.1.0	60	6°
CPP027	Biologia Vegetal I	3.1.0	60	V	CPP027	Biologia Vegetal I	3.1.0	60	5°
CPP028	Educação Ambiental	3.1.0	60	V	-	Optativa	3.1.0	60	7°, 8°
CPP029	Ecologia	3.1.0	60	V	CPP029	Ecologia	3.1.0	60	7°
CPP030	Anatomia e Fisiologia Humana	3.1.0	60	V	CPP030	Anatomia e Fisiologia Humana	3.1.0	60	5°
CPP031	Estágio Supervisionado I	0.0.5	75	V	-	Não possui equivalência	-	-	-
CPP032	Gestão e organização da escola do campo	3.1.0	60	VI	CPP032	Gestão e organização da escola do campo	3.1.0	60	5°
CPP033	Biologia Animal II	3.1.0	60	VI	CPP033	Biologia Animal II	3.1.0	60	7°
CPP034	Relações Étnico-Raciais	3.1.0	60	VI	-	Optativa	3.1.0	60	7°, 8°
CPP035	Biologia Vegetal II	3.1.0	60	VI	CPP035	Biologia Vegetal II	3.1.0	60	6°
CPP048	Geociências	3.1.0	60	VI	CPP048	Geociências	3.1.0	60	3°
CCPP037	Estágio Supervisionado II	0.0.6	90	VI	-	Não possui equivalência	-	-	-
CPP038	Geografia Física e Matemática	3.1.0	60	VII	-	Optativa	3.1.0	60	7°, 8°
CPP039	Zoologia de Interesse Médico	3.1.0	60	VII	-	Optativa	3.1.0	60	7°, 8°
-	Optativa I	3.1.0	60	VII	-	Optativa I	3.1.0	60	7°
CPP044	TCC I	3.1.0	60	VII	CPP044	TCC I	3.1.0	60	6°
CPP045	Teoria do Currículo e Sociedade	3.1.0	60	VII	CPP045	Teoria do Currículo e Sociedade	3.1.0	60	2°
CPP046	Estágio Supervisionado III	0.0.8	120	VII	-	Não possui equivalência	-	-	-
CPP047	Evolução	3.1.0	60	VIII	CPP047	Evolução	3.1.0	60	8°
CPP048	Educação e Movimentos Soc. do Campo	3.1.0	60	VIII	CPP048	Educação e Movimentos Soc. do Campo	3.1.0	60	8°
-	Optativa II	3.1.0	60	VIII	-	Optativa II	3.1.0	60	8°
CPP053	TCC II	1.3.0	60	VIII	CPP053	TCC II	1.3.0	60	7°
CPP054	Meio Ambiente e Desenv. Sustentável	3.1.0	60	VIII	-	Optativa	3.1.0	60	7°, 8°

CPP055	Estágio Supervisionado IV	0.0.8	120	VIII	-	Não possui equivalência	-	-	-
CPP051	Embriologia e Histologia Comparada (Optativa)	3.1.0	60	-	novo cód	Embriologia e Histologia Humana	3.1.0	60	5°
-	Não possui equivalência	-	-	-	novo cód	Termodinâmica e Óptica	3.1.0	60	6°
-	Não possui equivalência	-	-	-	novo cód	Eletromagnetismo	3.1.0	60	8°
-	Não possui equivalência	-	-	-	novo cód	Astronomia Básica	3.1.0	60	7°
-	Não possui equivalência	-	-	-	novo cód	Físico-Química Básica	3.1.0	60	6°
-	Não possui equivalência	-	-	-	novo cód	Química Experimental	3.1.0	60	8°
-	Não possui equivalência	-	-	-	novo cód	Estágio Supervisionado I	0.0.9	135	6°
-	Não possui equivalência	-	-	-	novo cód	Estágio Supervisionado II	0.0.9	135	7°
-	Não possui equivalência	-	-	-	novo cód	Estágio Supervisionado III	0.0.9	135	8°
-	Não possui equivalência	-	-	-	novo cód	Protoctistas e Fungos	3.1.0	60	3°
-	Não possui equivalência	-	-	-	novo cód	Metodologia do Ensino de Ciências	3.1.0	60	4°

REFERÊNCIAS

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e Alternâncias**: um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores. Belo Horizonte. 2003. 263 p. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação) - Universidade Nova de Lisboa e Universidade François Rabelais de Tours, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF, 5 out 1988.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Brasília, DF, 20 dez 1996.

_____. **Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasil, DF, 09 jan 2001.

_____. **Parecer Nº 09, de 08 de maio de 2001**. Conselho Nacional de Educação. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 08 mai 2001.

_____. **Parecer Nº 28, de 02 de outubro de 2001**. Conselho Nacional de Educação. Assunto: Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 02 out 2001.

_____. **Parecer Nº 36, 04 de dezembro de 2001**. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 04 dez 2001.

_____. **Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 09 jan 2003.

_____. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 jul 2004.

_____. **Resolução Nº 1, de 21 de janeiro de 2004**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 21 jan 2004.

_____. **Parecer N.º 3, de 10 de março de 2004**. Conselho Nacional de Educação. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 10 mar 2004.

_____. **Parecer Nº 15, de 02 de fevereiro de 2005**. Conselho Nacional de Educação/CES. Assunto: Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP Nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a

carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília, DF, 02 fev 2005.

_____. **Parecer N° 1, de 01 de fevereiro de 2006.** Conselho Nacional de Educação. Assunto: Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância. Brasília, DF, 01 fev 2006.

_____. **Decreto N° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 07 fev 2007.

_____. **Manual de Educação no Campo.** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)/Ministério de Educação, 2008.

_____. **Resolução N° 2, de 28 de abril de 2008.** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF, 28 abr 2008.

_____. **Lei Federal N° 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei N° 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis N°s 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória N° 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 25 set 2008.

_____. **Parecer N° 3, de 18 de fevereiro de 2008.** Conselho Nacional de Educação. Reexame do Parecer N° 23/2007 CNE/CEB, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Brasília, DF, 11 abr 2008.

_____. **Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis N° 10.880/2004, 11.273/2006, 11.507/2007; revoga dispositivos da Medida Provisória N° 2.178-36/2001, e a Lei N° 8.913/1994; e dá outras providências. Brasília, DF, 16 jun 2009.

_____. **Decreto N° 7.352, de 04 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, DF, 04 nov 2010.

_____. **Edital de seleção N° 02, de 31 de agosto de 2012.** SESU/SETEC/SECADI/MEC. Chamada Pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior – IFES e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade presencial. Brasília, DF, 31 ago 2015.

_____. **Lei N° 12.695, de 25 de julho de 2012.** Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei no 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de

Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; altera a Lei no 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e dá outras . Brasília, DF, 25 jul 2012

_____. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014.

_____. **Resolução Nº 02, de 01 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 01 jul 2015

_____. **Parecer Nº 02, de 09 de junho de 2015.** Conselho Nacional de Educação. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, DF, 25 jun 2015.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Brasília: MEC/Inep/Sinopse do Censo Superior PNE, 2015

_____. **Observatório do Plano Nacional de Educação.** Brasília: MEC. 2015. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Decreto Nº 8.752, de 09 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, DF, 09 mai 2016.

_____. **Nota Técnica Conjunta Nº 03, de 27 de abril de 2016.** SECADI/GAB, GABINETE DA SETEC, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU). Assunto: Licenciatura em Educação do Campo. Brasília, DF, 27 abr 2016.

_____. **Sinopses Estatísticas.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** Brasília, DF: Inep, 2018.

_____. **Resolução Nº 02, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: 20 dez. 2019

CHARTIER, D. **A l'aubedesformations par alternance:** histoire d'une pédagogie associative dans le monde agricole et rural. Paris: Messonance, Éditions UNMFREO, 1986.

ESTEVAM, D.O. **Casa Familiar Rural:** a formação como base da Pedagogia da Alternância. Florianópolis: Insular, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**, v. 1. Rio de Janeiro, 1990.

NOSELLA, P. **Uma nova educação para o meio rural:** sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação

Promocional do Espírito Santo. 1977. 204 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 1977.

PESSOTTI, A.L. **Escola da Família Agrícola**: uma alternativa para o ensino rural. 1978. 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas - IESAE. Rio de Janeiro, RJ, 1978.

QUEIROZ, J.B.P. **Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: Ensino Médio e Educação Profissional**. 2004. 210 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, UNB, Brasília, DF, 2004.

RAMOS, M.N.; MOREIRA; T.M.; SANTOS, C.A. (Coord.). **Referências para uma política de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

SANTOS, C.R. **Avaliação educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática**. São Paulo: AVERCAMP, 2004.

SILVA, L.H. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?** Viçosa: Editora UFV, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014**. Teresina, 2010.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Teresina, 2015.

_____. **Resolução N° 177, de 05 de novembro de 2012**. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2012.

_____. **Portaria N° 330, de 22 de julho de 2017**. Câmara de Ensino – CAMEN. Aprova as Diretrizes gerais para o Trabalho de Conclusão de Cursos de Graduação da Universidade. Teresina, 2017.

_____. **Relatório de autoavaliação institucional CSHNB/UFPI Ano Base 2018**. Picos, 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Teresina, 2020.

APÊNDICE A

**REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, ÁREA
CIÊNCIAS DA NATUREZA/PRESENCIAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, ÁREA CIÊNCIAS DA
NATUREZA**

**REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, ÁREA
CIÊNCIAS DA NATUREZA/PRESENCIAL**

**PICOS
2020**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, ÁREA CIÊNCIAS
DA NATUREZA**

Regulamento do Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, Presencial. Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos – Piauí.

**PICOS
2020**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
CAPÍTULO I	
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E OBJETIVOS	5
CAPÍTULO II	
DA CARGA HORÁRIA E ORGANIZAÇÃO	7
CAPÍTULO III	
DA COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	10
CAPÍTULO IV	
DO PROFESSOR ORIENTADOR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	11
CAPÍTULO V	
DO SUPERVISOR DO ESTÁGIO	12
CAPÍTULO VI	
DO ESTAGIÁRIO	13
CAPÍTULO VII	
DAS ETAPAS	14
CAPÍTULO VIII	
DA AVALIAÇÃO	15
CAPÍTULO IX	
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	16
APÊNDICE A – OFÍCIO	17
APÊNDICE B - CARTA DE ACEITE DE SUPERVISÃO	18
APÊNDICE C - RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO	19
APÊNDICE D – CONTROLE DE FREQUÊNCIA	28
APÊNDICE E - DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA	29

APRESENTAÇÃO

Este regulamento tem por finalidade fixar as normas para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, do *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), de acordo com a legislação em vigor e o Projeto Pedagógico do Curso. Este documento reúne, sistematiza e disciplina as informações, as diretrizes e os procedimentos para o adequado desempenho das atividades técnicas, didático-pedagógicas e administrativas, capazes de assegurar a consecução dos objetivos propostos no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do referido curso de graduação.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é desenvolvido no ambiente de trabalho e prepara o aluno para o trabalho produtivo com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural que estejam matriculados na UFPI. É componente curricular obrigatório, determinado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, e indispensável à integralização curricular. Este regulamento foi elaborado conforme determinado pela legislação que disciplina o funcionamento do estágio curricular nos cursos de licenciatura plena no país e na UFPI (Lei Nº 9.394/1996, Lei Nº 11.788/2008, Resolução Nº 22/2009 CEPEX/UFPI, Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Resolução Nº 02/2019 CNE/CP, Resolução Nº 041/2016 CONSUN/UFPI, Resolução Nº 220/2016 CEPEX/UFPI).

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do respectivo curso de graduação será desenvolvido em componentes denominados Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II e Estágio Supervisionado III, todas com 135h/a cada, totalizando 405h curriculares. Cada uma dessas disciplinas obrigatórias possui atividades específicas, discriminadas em suas ementas, organizadas a fim de propiciar ao(a) aluno(a) momentos importantes e únicos para a sua formação inicial como Educador do Campo e que possibilitem atingir os seguintes objetivos do curso: a) formar os povos do campo para a docência multidisciplinar e para a gestão de processos de Educação Básica em escolas do campo; b) ofertar condições metodológicas e práticas para que os educadores em formação possam tornar-se agentes efetivos na construção e reflexão dos projetos pedagógicos das escolas do e no campo onde atuam; e c) estimular

a construção de novas estratégias de ensino para facilitar a apreensão, pelos alunos, dos conhecimentos relativos à formação de cidadãos dignos e eticamente corretos.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E OBJETIVOS

Art. 1º Este regulamento tem por finalidade, fixar as normas para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, do *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí (UFPI), de acordo com a legislação em vigor e o Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é um conjunto de atividades de formação, realizado sob a supervisão de docentes da instituição formadora, durante o qual o(a) estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, para os cursos de Licenciatura da UFPI, constitui componente curricular obrigatório de formação de recursos humanos para o magistério, para integralização curricular, conforme determinado pela legislação que disciplina o funcionamento do estágio curricular obrigatório nos cursos de licenciatura plena no país e na UFPI (Lei Nº 9.394/1996, Lei Nº 11.788/2008, Resolução Nº 22/2009 CEPEX/UFPI, Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI, Resoluções Nº 02/2019 CNE/CP, Resolução Nº 041/2016 CONSUN/UFPI, Resolução Nº 220/2016 CEPEX/UFPI).

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório objetiva:

I - garantir a formação acadêmica com a conclusão do processo de ensino-aprendizagem;

II - vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem com experiências para o alcance dos objetivos educacionais tendo em vista a interdisciplinaridade;

III - desenvolver atividades que possibilitem ao estudante o conhecimento da instituição de ensino bem como da sala de aula em todos os aspectos do seu funcionamento;

IV - vivenciar a prática docente envolvendo a dimensão técnica, social e política e, a descoberta de si mesmo como agente social e construtor da cidadania, cujo trabalho só terá sentido se tiver como finalidade à realização da pessoa humana.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será desenvolvido em articulação com instituições escolares públicas ou privadas que mantenham convênio com a UFPI, em condições de possibilitar aos graduandos experiência para o exercício da profissão.

Art. 5º Para a realização de estágio faz-se necessária a formalização de convênio, a ser firmado diretamente com a UFPI, mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (CGE/PREG).

Parágrafo único. O termo de compromisso constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a Universidade e a parte concedente.

Art. 6º A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, por parte do aluno, não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá contemplar a interdisciplinaridade, a integração dos conteúdos específicos, dos pedagógicos e a prática docente no espaço escolar e comunitário. Poderá ser associado com atividades de pesquisa e de extensão.

Art. 8º Para os efeitos deste regulamento, o Estágio Curricular Supervisionado é obrigatório, realizado como atividade do tempo-comunidade no decorrer dos últimos períodos letivos, com carga horária definida, sendo oferecido aos estudantes regularmente matriculados no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, do *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros da UFPI.

§ 1º O estágio supervisionado deve ocorrer em instituições escolares, preferencialmente, próximas ao local de moradia e/ou origem e/ou trabalho do estagiário.

§ 2º A instituição escolar concedente deve fornecer condições ideais para o cumprimento do estágio. Tais como:

- a) profissional com formação e/ou experiência profissional na área de conhecimento do Curso para supervisionar o estagiário;

- b) número de turmas e aulas semanais suficientes para atender a demanda da carga horária estabelecida para cada atividade presente no plano de estágio;

§ 3º Se a instituição mais próxima não tiver condições para receber o estagiário, o Estágio Supervisionado deve ser realizado em outra instituição escolar.

§ 4º Não será autorizado o regime de exercícios domiciliares aos alunos matriculados em Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO II

DA CARGA HORÁRIA E ORGANIZAÇÃO

Art. 9º A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é de 405 (quatrocentas e cinco) horas distribuídas ao longo dos três últimos períodos letivos do curso, organizado da seguinte maneira:

I - Estágio Supervisionado I: observação do funcionamento escolar (40h) e dos processos didáticos pedagógicos nas disciplinas de Ciências do Ensino Fundamental (35h), regência na área de Ciências (60h), totalizando 135 horas;

- a) a etapa de observação do funcionamento escolar disposto no inciso I do *caput* deve ser realizada em escolas que ofertam o Ensino Fundamental e Médio, com 20h de atividades em cada uma.

II - Estágio Supervisionado II: observação dos processos didáticos pedagógicos nas disciplinas de Biologia (15h) e Física (30h), regência na área de Biologia (30h) e regência na Área de Física (60h), totalizando 135 horas;

III - Estágio Supervisionado III: observação dos processos didáticos pedagógicos nas disciplinas de Biologia (15h) e Química (30h), regência na área de Biologia (30h) e regência na Área de Química (60h), totalizando 135 horas.

Parágrafo único. Atividades de observação e regência devem ser desenvolvidas em todos os estágios supervisionados.

Art. 10. A etapa de observação do funcionamento escolar do Estágio Supervisionado I deverá se concentrar na análise do espaço físico e dos recursos humanos de escolas, que ofertam o Ensino Fundamental e Médio, do e no campo, considerando a gestão e organização das mesmas, materiais disponíveis para a docência, público que atende,

entre outras abordagens que auxiliarão na formação de uma compreensão geral do seu funcionamento.

Art. 11. Nos Estágios Supervisionados I, II e III, a observação dos processos didáticos pedagógicos compreenderá a análise crítica dos processos pedagógicos que ocorrem em sala de aula nas disciplinas de Ciências, Química, Física e Biologia, o que proporcionará o estabelecimento de relações entre a teoria e a prática bem como a reflexão sobre a atividade docente nessas áreas do conhecimento.

Art. 12. A etapa da regência para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, é entendida como toda atividade em que os estagiários enfrentem uma classe na função de professor, propiciando que os mesmos discutam sua atuação didática, avaliando sua própria prática sob os mesmos pontos de vista com que avaliaram o professor na etapa de observação dos estágios.

§ 1º A regência pode ser do tipo autônoma, coparticipativa, com pesquisa, ou com extensão.

I - regência autônoma é aquela em que o estagiário é responsável por uma sequência de ensino;

II - regência coparticipativa é aquela em que o estagiário desenvolve atividades juntamente com o professor, em que o professor supervisor é o responsável pela sequência de ensino;

III – o estágio de regência deve ocorrer, prioritariamente, na forma de ensino, mas pode associar o ensino às atividades de extensão e/ou de pesquisa.

§ 2º É obrigatório o desenvolvimento da regência do tipo autônoma em cada um dos estágios.

Art. 13. Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório até o máximo de 135 (cento e trinta e cinco) horas, de acordo com as seguintes regras:

I - o aluno poderá requerer redução de carga horária do Estágio Supervisionado I quando possuir, no mínimo, dois anos de exercício efetivo do magistério no Ensino Fundamental II, em área específica da formação do licenciando;

II - o aluno poderá requerer redução de carga horária do Estágio Supervisionado II ou III quando possuir, no mínimo, dois anos de exercício efetivo do magistério no Ensino Médio, em área específica da formação do licenciando.

Parágrafo único. Para fins de redução da carga horária será considerada somente a experiência profissional dos últimos cinco anos.

Art. 14. Os critérios exigidos para redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório são os seguintes:

I - comprovação legal (cópia autenticada) do vínculo empregatício: carteira de trabalho para professores de instituições privadas; contrato de prestação de serviço para professores substitutos; contrato de estágio não-obrigatório para graduando bolsistas; contracheques e termo de posse para professores efetivos da rede pública de ensino;

II - comprovação legal (cópia autenticada) da autorização/reconhecimento da escola em que atua ou atuou, conforme estabelece a norma respectiva dos Conselhos Estadual e Municipal de Educação;

III - apresentação de relatório da experiência docente de acordo com as normas vigentes da ABNT.

Art. 15. A solicitação de aproveitamento de atividades docentes regulares na Educação Básica para redução da carga horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser encaminhada à Coordenação do Curso no período anterior ao da redução requerida, acompanhada da justificativa e documentação comprobatória via processo registrado no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato (SIPAC).

Art. 16. Compete à Coordenação do Estágio Supervisionado do Curso, juntamente com o Professor Orientador do Estágio Supervisionado em que é solicitada a redução, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado à Assembleia do Curso.

Art. 17. Do resultado da análise pela Assembleia do Curso será lavrado parecer para ser encaminhado à Diretoria de Administração Acadêmica (DAA/PREG) para os devidos registros.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 18. A Coordenação do Estágio Supervisionado no Curso é formada por um docente efetivo escolhido entre os professores orientadores do estágio, cuja nomeação é efetivada por portaria emitida pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, do *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros da UFPI.

§ 1º A Coordenação do Estágio Supervisionado será definida mediante deliberação em Assembleia do Curso.

§ 2º A duração do mandato é de 2 (dois) anos.

§ 3º Os Coordenadores de Estágio dos Cursos, poderão dedicar à função, uma carga horária de quatro horas semanais de trabalho.

§ 4º A Coordenação de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, do *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros está subordinada à CGE/PREG da UFPI.

Art. 19. São atribuições do Coordenador de Estágio Supervisionado do Curso:

I - coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;

II - informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;

III - fazer, no final de cada período, levantamento do número de alunos aptos e pretendentes ao estágio, em função da programação semestral;

IV - elaborar a cada semestre, junto com os Professores Orientadores, as programações de Estágio Supervisionado que serão enviadas à CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;

V - coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;

VI - encaminhar, juntamente com os Professores Orientadores de estágio, por meio de ofício (APÊNDICE A), os estagiários às unidades (campos, núcleos) de estágio;

VII - apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;

VIII - analisar o pedido e emitir parecer quando um(a) estudante solicitar o aproveitamento de atividades docentes regulares na Educação Básica para redução da carga horária do Estágio Supervisionado;

IX - manter registros atualizados sobre o estágio do respectivo curso.

CAPÍTULO IV

DO PROFESSOR ORIENTADOR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 20. O Professor Orientador do Estágio Supervisionado é, preferencialmente, efetivo do quadro docente do curso, e é o responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade.

Art. 21. São atribuições do Professor Orientador de Estágio Supervisionado:

I - orientar e supervisionar o máximo de 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;

II - elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Supervisionado do Curso, a programação semestral de estágios;

III - orientar os alunos na elaboração dos seus planos de atividades e nos relatórios finais de estágio;

IV - acompanhar e orientar a execução das atividades dos estagiários, incluindo o encaminhamento de documentos solicitados pela Coordenação de Estágio Supervisionado do Curso e CGE/PREG;

V - avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;

VI - enviar à Coordenação de Estágio Supervisionado do Curso, no final de cada período letivo, o relatório final dos alunos sob a sua responsabilidade;

VII - analisar o pedido e emitir parecer quando um(a) estudante solicitar o aproveitamento de atividades docentes regulares na Educação Básica para redução da carga horária do Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO V

DO SUPERVISOR DO ESTÁGIO

Art. 22. O Supervisor de Estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio conveniada com a UFPI, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no Curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades.

§ 1º O Supervisor de Estágio pode orientar e supervisionar o máximo de 10 (dez) estagiários simultaneamente.

§ 2º A supervisão será formalizada mediante a assinatura de uma Carta de Aceite de Supervisão (APÊNDICE B).

Art. 23. São admitidos mais de um Supervisor quando o Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório abranger mais de um nível de ensino ou área do conhecimento das Ciências da Natureza.

Parágrafo único. Quando o(a) estudante estagiar em diferentes turmas de Ciências que possuam professores titulares distintos será admitido mais de um Supervisor de Estágio.

Art. 24. A atuação do Supervisor de Estágio visa articular, acompanhar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no campo de estágio, proporcionando ainda oportunidades de reflexão sobre o pensar e o agir profissional.

Art. 25. São atribuições do Supervisor de Estágio:

- I - orientar e supervisionar os estagiários durante a observação e regência;
- II - avaliar periodicamente o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI;
- III - criação e recriação de espaços de reflexão-ação-reflexão durante todo o processo;
- IV - planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;
- V - colaboração na elaboração do Plano de Atividades de Estágio (modelo disponível em meio eletrônico da CGE/PREG) e do relatório final de estágio (APÊNDICE C);

VI - assinatura da frequência (APÊNDICE D) e da ficha de avaliação (modelo disponível em meio eletrônico da CGE/PREG) a serem encaminhadas à Coordenação de Estágio do Curso.

- a) O Supervisor de Estágio terá que assinar outros documentos solicitados pelo Professor Orientador, desde que tenham relação direta com o estágio desenvolvido.

CAPÍTULO VI

DO ESTAGIÁRIO

Art. 26. Para realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório o discente deve efetuar a matrícula no componente de Estágio Supervisionado correspondente ao bloco que está cursando, no período estabelecido para matrícula curricular no Calendário Acadêmico do Curso, estando sua matrícula condicionada ao cumprimento dos pré-requisitos no currículo do mesmo.

Art. 27. São deveres do Estagiário:

I - tomar conhecimento da Legislação Vigente e das Resoluções que regulamentam o Estágio Supervisionado Obrigatório na UFPI e deste Regulamento;

II - respeitar as normas regimentais e disciplinares da instituição onde o estágio for realizado;

III – zelar pelos materiais, equipamentos e bens em geral da instituição de ensino onde o estágio for realizado;

IV - cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;

V - planejar com o Supervisor de Estágio e Professor Orientador as atividades do estágio;

VI - apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo Curso;

VII - comparecer aos encontros com o Professor Orientador;

VIII - apresentar um relatório final de Estágio Supervisionado (APÊNDICE C) ao Professor Orientador.

Art. 28. Não será permitido que o Estagiário:

I - tenha como Supervisor um aluno do Curso que esteja matriculado no mesmo componente curricular de Estágio Supervisionado;

II - compartilhe o mesmo horário de aula em determinada turma da instituição escolar com outro Estagiário durante as atividades de regência do Estágio Supervisionado.

Art. 29. É de inteira responsabilidade do estagiário verificar se a instituição escolar na qual pretende estagiar possui as condições necessárias para execução do Estágio Supervisionado, incluindo número de turmas e aulas semanais que possibilitem o cumprimento da carga horária obrigatória requerida em tempo hábil.

Parágrafo único. Se observada que a instituição escolar não possui condições de receber o estagiário, o mesmo deve selecionar outra instituição de ensino para realização do Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO VII

DAS ETAPAS

Art. 30. O estágio deverá abranger as seguintes etapas:

I - planejamento por meio da elaboração do Plano de Atividades de Estágio, conforme modelo disponibilizado em meio eletrônico pela CGE/PREG e no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;

II - elaboração de Planos de Ensino e/ou de Aulas, com o acompanhamento do Supervisor de Estágio e do Professor Orientador;

III - execução das atividades de observação e regência, com o acompanhamento do Supervisor de Estágio e do Professor Orientador;

IV - avaliação por meio do relatório final do Estágio, ficha de avaliação do preenchida pelo Supervisor de Estágio, e outras formas de registro definidas pelo Professor Orientador.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO

Art. 31. A avaliação do Estágio Supervisionado deve estar de acordo com o sistema de avaliação adotado pela UFPI e de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, do *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros.

Art. 32. A avaliação será realizada por meio de critérios estabelecidos pelo(s) Professor(es) Orientador(es), considerando a avaliação do Supervisor de Estágio, que os registrará no período previsto no Calendário Acadêmico.

Parágrafo único. Quando existirem turmas sob responsabilidade de diferentes Professores Orientadores no mesmo componente curricular de Estágio Supervisionado, os critérios de avaliação do(a) estagiário(a) deverão ser estabelecidos conjuntamente.

Art. 33. Será considerado aprovado no Estágio Supervisionado Obrigatório, o estagiário que obtiver média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero), tiver cumprido a carga horária exigida e todas os deveres estabelecidos no artigo 27, não sendo permitido para este componente curricular a realização de exame final.

Parágrafo único. O cumprimento da carga horária será comprovado pela frequência (APÊNDICE D) e por meio de declaração assinada e carimbada pelo responsável pela escola e assinada pelo Supervisor de Estágio (APÊNDICE E).

Art. 34. O relatório de estágio (APÊNDICE C) é um instrumento obrigatório de avaliação a ser apresentado até o final de cada estágio.

§ 1º O relatório de estágio poderá ser digital ou impresso, conforme definido pelo(s) Professor(es) Orientador(es) conjuntamente com o Coordenador de Estágio.

§ 2º O relatório de Estágio poderá ser uma construção individual conforme definido pelo Professor Orientador.

§ 3º Todos os relatórios de Estágio Supervisionado devem ser entregues pelo Professor Orientador à Coordenação de Estágio do Curso para arquivamento.

I - Os relatórios de Estágio Supervisionado permanecerão arquivados na sala da Coordenação de Estágio durante 05 (cinco) anos.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenação de Estágio do Curso, pela Coordenação do Curso e pela CGE/PREG, observadas as normas que regulamentam a UFPI, assim como as disposições legais vigentes.

Art. 37. O presente Regulamento poderá ser alterado por meio do voto da maioria absoluta em Assembleia do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros.

Art. 38. Compete ao Coordenador de Estágio dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários após aprovação em Assembleia de Curso.

Art. 39. Esse Regulamento entra em vigor a partir da sua data de aprovação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
 Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo



Disciplina: Estágio Supervisionado _____

Ofício nº ____/20____

Picos, ____ de _____ de

Sr(a) Diretor(a),

Vimos, através deste, solicitar de V.S.^a a concessão do Estágio Supervisionado _____, ao acadêmico(a) _____

_____.

O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros é dividido em três etapas (Estágio Supervisionado I, II e III). Durante o Estágio Supervisionado os alunos desenvolvem atividades de observação e regência. O desenvolvimento das atividades durante o Estágio Supervisionado resultará na elaboração de um relatório que contemple as experiências vivenciadas durante a realização do mesmo.

Certos de que seremos atendidos e bem recebidos nesta conceituada instituição, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Coordenação de Estágio Supervisionado

Professor(a) Orientador(a) do Estágio

Ilmo(a)

Sr(a)

Diretor(a) da Instituição _____

Nesta cidade _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
 Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo



CARTA DE ACEITE DE SUPERVISÃO

Declaro para os devidos fins, que eu, Prof.(a) _____, da disciplina _____, lotado na instituição de ensino _____, me comprometo a supervisionar o(a) aluno(a) _____, no desenvolvimento das atividades do Estágio Supervisionado ____ do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí que ocorrerá entre ____/____/____ e ____/____/____.

Conforme determinado pelo regulamento que disciplina o funcionamento do Estágio Supervisionado Obrigatório no curso de graduação supracitado:

Art. 25. São atribuições do Supervisor de Estágio:

- I - orientar e supervisionar os estagiários durante a observação e regência;
- II - avaliar periodicamente o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI;
- III - criação e recriação de espaços de reflexão-ação-reflexão durante todo o processo;
- IV - planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;
- V - colaboração na elaboração do Plano de Atividades de Estágio e do relatório final de estágio;
- VI - assinatura da frequência e da ficha de avaliação a serem encaminhadas à Coordenação de Estágio do Curso.

- a) O Supervisor de Estágio terá que assinar outros documentos solicitados pelo Professor Orientador, desde que tenham relação direta com o estágio desenvolvido.

Ademais, estou ciente de que receberei um documento comprobatório de que exerci as atividades como Supervisor de Estágio supramencionadas.

_____ (PI), ____ de _____ de 20____.

 Assinatura do Professor(a) Supervisor(a)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/
CIÊNCIAS DA NATUREZA**



NOME DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO _____

PICOS – PI
ANO

NOME DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO _____

Relatório apresentado à disciplina de Estágio Supervisionado _____, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

Professor(a) Orientador(a):

Prof(a). Dr(a). _____

**PICOS – PI
ANO**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 OBJETIVOS	22
2.1 Objetivo geral	22
2.2 Objetivos específicos	22
3 RELATÓRIO DE ESTÁGIO	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25
APÊNDICE A – LEGENDA	26
ANEXO A – LEGENDA	27

Elemento obrigatório. Enumeração das principais divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que consta no texto acompanhado respectivamente pelo número da página, elaborado segundo a Norma ABNT 14724:2011 e Normas ABNT correlatas. Deve aparecer em folha distinta com o nome **SUMÁRIO** em negrito e em letra maiúscula, centralizado na parte superior. A formatação dos títulos deve ser igual à que foi usada no texto.

1 INTRODUÇÃO

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12, parágrafo 1,25. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos (*exceto citações com mais de três linhas, notas de rodapé e legendas). Em notas de rodapé e citações de mais de três linhas use espaço de entrelinha 1,0 e tamanho 10 ou 11. Notas de rodapé dentro das margens e separadas do texto por um traço de 5cm.

2 OBJETIVOS

Os objetivos do estudo devem ser formulados de forma clara e precisa, com verbos no infinitivo. Um objetivo é um alvo que se pretende atingir e sua definição é uma das partes mais importantes no desenvolvimento do projeto. Existem alguns critérios para a especificação dos objetivos, como pertinência ao estudo, clareza, precisão e exequibilidade.

2.1. Objetivo geral

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12, sem utilização de marcadores e parágrafo de 1,25. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos.

O objetivo geral proporciona uma visão mais ampla sobre o que se deseja pesquisar e aponta aonde o autor deseja chegar com seus estudos.

2.2. Objetivos específicos

- Quando houver objetivos específicos utilize travessão seguido de espaço para cada um deles;

- Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12.

Definir os objetivos específicos significa aprofundar as intenções expressas nos objetivos gerais. Portanto, nesta parte, o(a) autor(a) deve expor suas metas para se chegar ao objetivo geral da pesquisa. As metas consistem em várias etapas que devem ser realizadas para que se consiga alcançar o resultado desejado.

3. RELATO DE ESTÁGIO

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12, parágrafo 1,25. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos (*exceto citações com mais de três linhas, notas de rodapé e legendas). Em notas de rodapé e citações de mais de três linhas, use espaço entrelinha de 1,0 e tamanho 10 ou 11. Notas de rodapé dentro das margens e separadas do texto por um traço de 5cm

Distinguir, de forma hierárquica, o destaque das seções e subseções. Pode haver subdivisão de uma seção até a quinta parte. Padronizar o destaque para todo o trabalho.

Ex.:

1 TÍTULO DA SEÇÃO PRIMÁRIA

1.1 Título Seção Secundária

1.1.1 Título Seção terciária

1.1.1.1 Seção quaternária

1.1.1.1.1 Seção Quinária

Quando houver seções e subseções no trabalho a formatação apresentada no corpo do texto deve ser apresentada no sumário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12, parágrafo 1,25.

REFERÊNCIAS

Elemento obrigatório. O termo **REFERÊNCIAS** em letras tamanho 12, maiúsculas, centralizado, negrito. Todos os documentos citados no trabalho devem ser listados. As referências são alinhadas à margem esquerda, com letras tamanho 12 e entrelinhamento simples 1,0. As referências devem separadas uma das outras por um espaço simples 1,0 em branco. Elaborar de acordo com a ABNT/NBR 6023:2018. A NORMA ACIMA CITADA APRESENTA DETALHAMENTOS QUE DEVEM SEMPRE SER CONSULTADOS PELO(A) ESTAGIÁRIO(A) E PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A).

APÊNDICE A – LEGENDA DO APÊNDICE

Elemento opcional: Apêndice é um texto ou documento elaborado pelo autor e que foi utilizado no trabalho. O termo **APÊNDICE** com letras tamanho 12, maiúsculas, centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5.

Deve-se acrescentar como apêndice: o ofício, a carta de aceite de supervisão, o termo de compromisso, o plano de estágio, a frequência, a declaração da escola atestando que o aluno cumpriu o estágio, e a ficha de avaliação do estágio preenchida pelo Supervisor.

ANEXO A - LEGENDA DO ANEXO

Elemento opcional. Anexo é um texto ou documento NÃO elaborado pelo autor, mas que foi utilizado no trabalho. O termo **ANEXO** com letras tamanho 12, maiúsculas centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
 Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo



Carimbo da Escola com
o nº de Registro no CEE
ou do CME.

APÊNDICE D
CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Nome do(a) Estagiário(a): _____

Nome da Instituição: _____

Estágio Supervisionado: _____ Período Letivo: _____

Data	Horário de entrada	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	Horário de Saída	Total de horas	Visto do supervisor
Carga Horária:					

_____ (PI), _____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) Estagiário(a)

Assinatura do(a) Supervisor(a) do Estágio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo



APÊNDICE E
DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que o(a) aluno(a)

matrícula _____, RG N° _____,
cumpriu _____ horas das etapas de observação e regência no Ensino
_____, no período de ____/____/____ a
____/____/____, no(s) turno(s) _____,
nesta instituição de ensino.

_____ (PI), ____ de _____ de 20 ____.

Diretor(a) da Escola

Carimbo da Escola com
o nº de Registro no CEE
ou do CME.

Supervisor(a) do Estágio



APÊNDICE B

MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ -UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO**

**PICOS
2020**

REITOR

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

VICE-REITORA

Profa. Dra. Nadir Nascimento Nogueira

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira

DIRETOR DO CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

COORDENADOR DE CURSO

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva

COORDENADOR DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Prof. Dr. Lauro Araújo Mota

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO..	7
OBJETIVOS.....	8
ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO.....	8
ORGANIZAÇÃO.....	9
ORIENTAÇÃO.....	10
COMPETÊNCIAS.....	10
BANCA EXAMINADORA.....	12
APRESENTAÇÃO PÚBLICA.....	13
AVALIAÇÃO.....	14
ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.....	15
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	15
APÊNDICE A – CARTA DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO.....	17
APÊNDICE B - REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TCC DISCENTE.....	18
APÊNDICE C - REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TCC DOCENTE.....	19
APÊNDICE D – CERTIDÃO DE PARTICIPAÇÃO DA BANCA DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE TCC.....	20
APÊNDICE E – CERTIDÃO DE PARTICIPAÇÃO DA BANCA DE APRESENTAÇÃO DE TCC.....	21
APÊNDICE F – CERTIDÃO DE ORIENTAÇÃO.....	22
APÊNDICE G – ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	23
APÊNDICE H – FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE TCC.....	25
APÊNDICE I – FICHA DE AVALIAÇÃO DO TCC.....	27
APÊNDICE J – DECLARAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.....	30
CAPÍTULO 2 - NORMAS PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO....	32
1. INTRODUÇÃO.....	32

2. REGRAS GERAIS¹	34
2.1 Formato	34
2.2 Margem	34
2.3 Espaçamento	34
2.4 Notas de rodapé	35
2.5 Indicativos de seção	35
2.6 Títulos sem indicativo numérico	35
2.7 Elementos sem título e sem indicativo numérico	35
2.8 Paginação	35
2.9 Numeração progressiva	36
2.10 Citações	35
2.11 Siglas	36
2.12 Ilustrações	36
2.13 Tabelas	37
3. ORIENTAÇÕES GERAIS	37
APÊNDICE A – MODELO DO PROJETO DE TCC	39
APÊNDICE B – MODELO DO TCC	62
REFERÊNCIAS	87

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), gozando de sua autonomia como Instituição de Ensino Superior, estabeleceu, nos Art. 52 a 56, das Normas de Funcionamento de Cursos de Graduação, aprovadas pela Resolução 177, de 05 novembro de 2012 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como uma das Atividades Acadêmicas Específicas dos cursos de graduação (UFPI, 2012). Segundo este documento, essas atividades, em articulação com os demais componentes curriculares, devem integrar a formação do aluno, conforme previsto no projeto pedagógico de cada curso.

O TCC, em específico, é enquadrado nas Atividades de Orientação Individual, definidas pelo Art. 58 da Resolução citada acima, como sendo uma atividade que o aluno desempenha individualmente sob a orientação de um professor da UFPI e que, no entendimento do projeto pedagógico do curso, é obrigatória e deve ser registrada no histórico escolar (UFPI, 2012).

Considerando isso, o TCC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), Ciências da Natureza, da UFPI, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), corresponde a uma produção acadêmica escrita que expressa as competências e habilidades desenvolvidas pelos(as) alunos(as), assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação, resultado de um processo de pesquisa de campo e/ou bibliográfica a respeito de uma problemática científica de interesse do(a) aluno(a) que se enquadre na linha de pesquisa do(a) professor(a) orientador(a), respeitando os princípios da Educação do Campo. Os objetos de pesquisa devem ser originais e inéditos ou podem acrescentar novos enfoques àqueles já pesquisados e contidos em literatura específica.

Segundo a Resolução N° 145/19 CEPEX (UFPI, 2019), Resolução N° 177/12 CEPEX (UFPI, 2012), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 da UFPI (UFPI, 2020), a Resolução N° 02/2019 do Conselho Nacional de Educação (CNE) (BRASIL, 2019), a Resolução N° 220/2016 CEPEX (UFPI, 2016) e a Portaria N° 330/17 Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PREG)/Câmara de Ensino (CAMEN) (UFPI, 2017), o TCC terá sua regulamentação em cada colegiado de curso, respeitando os seguintes objetivos:

- I. Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento.
- II. Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante.

III. Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional

IV. Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação. (UFPI, 2017, n.p.).

Dessa forma, o TCC da LEDOC é desenvolvido como duas atividades obrigatórias de 60 horas cada, denominadas TCC I e TCC II, identificadas por códigos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), com a primeira tendo como pré-requisito a disciplina de Metodologia Científica e a segunda, a TCC I. A realização da carga horária completa de ambas as atividades (120 horas) é obrigatória para a obtenção do Grau de Licenciado em Educação do Campo.

Durante a execução da atividade de TCC I, o(a) discente deverá elaborar, sob orientação de um(a) professor(a) orientador(a) o projeto de pesquisa que irá desenvolver. Já em TCC II, executará a pesquisa e elaborará o trabalho final escrito. Tanto para a finalização do TCC I quanto do TCC II da LEDOC haverá apresentação pública do projeto e da versão final do trabalho, respectivamente.

Assim, esse Manual foi elaborado com a finalidade de regulamentar e padronizar os TCC da LEDOC garantindo qualidade na apresentação dos resultados da pesquisa e posterior divulgação para a comunidade, estando estruturado em dois capítulos: i) **Capítulo 1:** que traz o Regulamento do TCC do referido Curso; ii) **Capítulo 2:** que apresenta as normas e os modelos para a elaboração do Projeto e da versão final do TCC da LEDOC.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

CAPÍTULO 1 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CONSIDERANDO a Resolução N° 177/12 CEPEX, a Resolução CNE N° 2/2019 e a Resolução N° 220/2016 CEPEX, o PDI 2020-2024 UFPI, Portaria PREG/CAMEN N° 330/2017 e a Resolução N° 145/19 CEPEX (UFPI, 2019) o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, campus Senador Helvídio Nunes de Barros, resolve:

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação.

Art. 2º. O presente documento tem a finalidade de nortear o processo de elaboração e avaliação do TCC, cuja finalidade é:

- I. Possibilitar ao discente a iniciação à pesquisa, dando-lhe condições para a publicação e apresentação de trabalhos científicos;
- II. Sistematizar o conhecimento adquirido no decorrer do curso;
- III. Garantir abordagem científica de temas relacionados a prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional;
- IV. Desenvolver a capacidade crítica-reflexiva de interpretação e aplicação de conhecimentos na formação profissional.

Art. 3º. O TCC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), Ciências da Natureza, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros é desenvolvido como duas atividades obrigatórias de 60 horas cada, denominadas TCC I e TCC II, identificadas por códigos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), com a primeira tendo como pré-requisito a disciplina de Metodologia Científica e a segunda, TCC I. A realização da carga horária completa de ambas as atividades (120 horas) é obrigatória para a obtenção do Grau de Licenciado em Educação do Campo.

Art. 4º. As ações previstas a serem desenvolvidas pelo(a) aluno(a) deverão ser sistematizadas pelos(as) professores(as) orientadores(as) em Planos de Ensino que apresentam carga horária específica, a ementa a ser seguida, o conteúdo programático, a metodologia da orientação, a forma de avaliação do desempenho e as referências bibliográficas. Esses Planos deverão ser submetidos à aprovação do Colegiado de Curso como ocorre para as disciplinas obrigatórias e deverão ser arquivados na Coordenação de Curso no início de cada semestre letivo.

Art. 5º. O TCC da LEDOC corresponde a uma produção acadêmica escrita, individual, resultado de um processo de pesquisa de campo e/ou bibliográfica a respeito de uma problemática científica de interesse do(a) aluno(a) que se enquadre na linha de pesquisa do(a) professor(a) orientador(a), respeitando os princípios da Educação do Campo. Os objetos de pesquisa devem ser originais e inéditos ou podem acrescentar novos enfoques àqueles já pesquisados e contidos em literatura específica.

OBJETIVOS

Art. 6º O TCC possui como objetivos:

- I. Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- II. Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- III. Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- IV. Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado, respeitando o nível de graduação.

ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO

Art. 7º. As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- I. Elaboração e apresentação do projeto de TCC que deverão ser concluídas até o final do período letivo em que estarão matriculados(as) na disciplina de TCC I.
- II. Desenvolvimento do TCC que deverá ocorrer antes do final do período letivo em que estarão matriculados(as) na disciplina de TCC II.
- III. Apresentação pública do TCC que deverá ser realizada até o final do período letivo em que estarão matriculados(as) na disciplina de TCC II.

Art. 8º. O TCC poderá ser elaborado em formato de monografia ou em formato de artigo científico, à critério do(a) Orientador(a), em comum acordo com o aluno.

Parágrafo único: O formato de artigo científico só será aceito caso no mesmo conste, obrigatoriamente, o(a) aluno(a) como primeiro autor e o(a) orientador(a) como um dos co-autores do trabalho.

Art. 9º. Caso o trabalho seja apresentado em forma de monografia, este deve ser elaborado seguindo as normas da ABNT na apresentação escrita, citações e referências, cujo modelo encontra-se no **Manual para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso**.

Art. 10º. Caso o trabalho seja apresentado em formato de artigo, os elementos pré e pós textuais e os subtítulos INTRODUÇÃO e CONSIDERAÇÕES FINAIS, obrigatórios para todos os trabalhos, deverão seguir as Normas da ABNT, disponibilizadas no **Manual para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso**. O desenvolvimento do mesmo deverá seguir o modelo da revista da área escolhida para a submissão do trabalho. No entanto, as normas da revista deverão constar nos anexos do TCC para conhecimento da banca examinadora sobre a revista que ele tomou como base para elaboração do artigo para o seu TCC.

Art. 11. A apresentação do projeto de TCC e do TCC final deverão seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta Instituição de Ensino Superior (IES), com a constituição de uma banca avaliadora para ambos os eventos.

ORGANIZAÇÃO

Art. 12. O Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), área Ciências da Natureza, do CSHNB terá uma **coordenação** própria para TCCs, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do TCC.

Parágrafo único: A Coordenação de TCCs será exercida por um professor do curso, indicado pela assembleia departamental, por um período de 2 (dois) anos nomeado pelo diretor do campus.

ORIENTAÇÃO

Art. 13. A orientação do TCC da LEDOC é de responsabilidade de um(a) docente da UFPI, cuja formalização deverá ser realizada em um período letivo anterior ao de matrícula na disciplina de TCC I por meio de **Carta de Aceite (APÊNDICE A)**, encaminhada à Coordenação de TCC.

Art. 14. A Carta de Aceite do(a) professor(a) orientador(a) vigorará nos períodos letivos em que o(a) discente orientando(a) estiver matriculado(a) nos componentes curriculares TCC I e TCC II.

Art. 15. Cada professor poderá orientar no máximo 5 (cinco) Trabalhos de Conclusão de Curso por semestre.

Art. 16. É preservado o direito ao(à) estudante e ao(à) professor(a) orientador(a) de solicitarem a mudança de orientação, mediante formalização via processo registrado no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato (SIPAC), encaminhado à Coordenação de Curso com **Requerimento de Alteração de Orientação (APÊNDICE B para discente e APÊNDICE C para docente)**, devidamente justificado, **assinado pelo(a) requerente**.

Art. 17. À Coordenação de Curso cabe o encaminhamento do processo à Coordenação de TCC que prosseguirá com os trâmites para alteração da orientação, que prevê o contato com a outra parte interessada para **assinatura do Requerimento de Alteração de Orientação** e para consentimento do(a) futuro(a) orientador(a) e **apensamento da Carta de Aceite** deste.

Parágrafo único: Casos em que a alteração de orientação não seja resolvida de maneira amistosa, o processo será encaminhado ao Colegiado de Curso para providências.”

COMPETÊNCIAS

Art. 18. Compete ao(à) Coordenador(a) de TCC:

I.Coordenar a elaboração, adequações e adaptações do Manual do Trabalho de Conclusão de Curso;

- II. Conduzir reuniões com orientadores de TCC com vistas a alinhar as diretrizes pertinentes às etapas constitutivas do TCC (projeto de pesquisa, desenvolvimento e TCC);
- III. Emitir relatório, ao final de cada semestre, contendo o levantamento dos discentes aprovados ou não no TCC, encaminhando-o à apreciação do Colegiado do Curso;
- IV. Coordenar Grupos de Trabalho (GT) com vistas a orientar os alunos na escolha da linha temática do TCC, tendo em vista a área de conhecimento dos docentes orientadores;
- V. Promover eventos (seminários, fóruns, encontros, mesas redondas, etc.) com o fito de socializar e apresentar aos discentes do respectivo curso os Trabalhos de Conclusão de Curso aprovados, submetidos a eventos científicos e a periódicos.
- VI. Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- VII. Coordenar as agendas de apresentação dos TCCs e realizar a divulgação entre docentes, discentes e comunidade em geral;
- VIII. Providenciar documentação prevista no Art. 35 que assegure o registro da avaliação do Projeto de TCC e TCC no ato da defesa;
- IX. Providenciar as certidões aos membros da banca examinadora.

Art. 19. Compete ao(à) professor(a) orientador(a):

- I. Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- II. Indicar o(s) Projeto(s) de TCC e TCC(s) apto(s) à defesa, quando solicitado pela Coordenação de TCC, juntamente com o(s) nome (s) do(s) membro(s) das bancas examinadoras, sala, data e horário da apresentação para publicitação da agenda de defesas de TCC do Curso;
- III. Participar, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;
- IV. Contatar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho;
- V. Apresentar toda documentação relacionada à orientação do Projeto e da versão final do TCC à Coordenação de TCC quando solicitado.
- VI. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 20. Compete ao orientando:

- I. Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade do(a) professor(a);
- II. Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um(a) professor(a) da UFPI;
- III. Cumprir as normas e prazos estabelecidos pela coordenação de TCC e/ou pelo(a) professor(a) orientador(a), e registrados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e/ou em memorandos eletrônicos enviados via Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) além das normas estabelecidas no **Manual para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso**;
- IV. Entregar uma cópia impressa para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com 15 dias, no mínimo, de antecedência da apresentação;
- V. Entregar duas cópias digitais da versão final do TCC, aprovadas pelo(a) professor(a) orientador(a), seguindo as normas da biblioteca central da UFPI, uma para a Coordenação de curso e outra para biblioteca do CSHNB;
- VI. Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;
- VII. Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo(a) professor(a) orientador(a);
- VIII. Acatar outras atribuições referentes ao TCC.

BANCA EXAMINADORA

Art. 21. Para a avaliação do Projeto de TCC o(a) professor(a) orientador(a) deverá indicar à Coordenação de TCC, quando solicitado, os nomes e instituições a que são vinculados, de **um** membro titular e **outro** suplente para compor a banca examinadora. Poderão compor a banca qualquer profissional que tenha no mínimo título de especialista.

Art. 22. Para a avaliação do TCC final o(a) professor(a) orientador(a) deverá indicar à Coordenação de TCC, quando solicitado, os nomes e instituições a que são vinculados, de **dois** membros titulares e outros **dois** suplentes para compor a banca examinadora. Poderão compor a banca qualquer profissional que tenha no mínimo título de especialista.

Art. 23. A data, horário e sala em que ocorrerá a apresentação pública do Projeto de TCC e TCC final deverão ser informados pelo(a) professor(a) orientador(a), ao ser solicitado pela Coordenação de TCC, após confirmação de participação e disponibilidade logística.

Art. 24. A entrega do Projeto e da versão final do TCC para o(a) professor(a) orientador(a) e membros da banca examinadora deverá ocorrer com, no mínimo 15 dias de antecedência da data de apresentação. A versão entregue deverá estar impressa, encadernada, ou em versão digital, quando o(a) orientador(a) e professor(a) examinador(a) concordarem, e seguir o estabelecido no **Manual para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso**.

Art. 25. Os membros das bancas examinadoras e o(a) professor(a) orientador(a) receberão da Coordenação de TCC uma **Certidão de Participação da Banca de Apresentação de Projeto de TCC (APÊNDICE D)**, **Certidão de Participação da Banca de Apresentação de TCC (APÊNDICE E)** e **Certidão de Orientação (APÊNDICE F)**.

APRESENTAÇÃO PÚBLICA

Art. 26. Para a apresentação pública do Projeto e da versão final do TCC é obrigatória a presença do(a) professor(a) orientador(a) e do(s) membro(s) (titular(es) ou suplente(s)) da banca examinadora.

Art. 27. O(A) discente terá de 10 a 20 minutos para a apresentação do Projeto de TCC, cujos recursos a serem utilizados no dia da apresentação (computador, *pen drive*, *lazer point*, etc.), exceto o projetor multimídia (*data show*), serão de inteira responsabilidade do discente.

Art. 28. O(A) discente terá de 20 a 30 minutos para a apresentação do TCC, cujos recursos a serem utilizados no dia da apresentação (computador, *pen drive*, *lazer point*, etc.), exceto o projetor multimídia (*data show*), serão de inteira responsabilidade do discente.

Art. 29. O tempo para as considerações do(s) membro(s) da banca examinadora será estipulado pelo(a) professor(a) orientador(a) ao final da apresentação do discente, seja do Projeto ou da versão final do TCC.

Art. 30. Ao final da apresentação pública da versão final do TCC a Ata de Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (APÊNDICE F) deverá ser assinada por todos os presentes na sala. Esse documento poderá ser utilizado como comprovante de Atividades Complementares do Curso, conforme Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Parágrafo único: O(A) aluno(a) que não entregar o projeto e a versão final do TCC, ou que não se apresentar para a apresentação pública dentro do cronograma estipulado pelo(a) orientador(a) e Coordenação de TCC, sem motivo justificado formalmente, estarão automaticamente reprovados nas atividades de TCC I e II, respectivamente.

AVALIAÇÃO

Art. 31. As notas atribuídas ao componente curricular TCC I, referente ao Projeto de TCC, serão assim constituídas: i) **1ª Nota** - Avaliação contínua do processo de construção do Projeto de Pesquisa (trabalho escrito) realizada pelo professor(a) orientador(a); ii) **2ª Nota** - Avaliação do Projeto de Pesquisa (trabalho escrito), realizada pelo membro externo participante da defesa; iii) **3ª Nota** - Média das notas atribuídas pelo professor(a) orientador(a) e membro externo de TCC I à apresentação oral.

Art. 32. As notas atribuídas ao componente curricular TCC II, referente ao TCC final, serão assim constituídas: i) **1ª Nota** - Avaliação contínua do processo de construção do trabalho escrito e apresentação oral realizado pelo(a) professor(a) orientador(a); ii) **2ª Nota** - Avaliação trabalho escrito e apresentação oral, realizado pelo membro externo I; iii) **3ª Nota** - Avaliação do trabalho escrito e apresentação oral, realizado pelo membro externo II.

Art. 33. Todas as avaliações serão realizadas por meio de **Fichas de Avaliação do Projeto de TCC (APÊNDICE G)** e **Fichas de Avaliação do TCC (APÊNDICE H)** com critérios pré-estabelecidos.

Art. 34. Será aprovado por média o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete), seguindo o estabelecido pelo Artigo 110 da Resolução N° 177/2012-CEPEX.

Art. 35. O TCC deverá ser defendido no penúltimo período do curso. No último período deverá ser realizada a revisão e a entrega da versão final para a Coordenação do Curso e Biblioteca do campus.

ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC

Art. 36. Após aprovação do TCC pela banca examinadora o(a) aluno(a) terá o prazo de 30 dias, a contar da data de defesa do TCC, para encaminhar a versão final ao(à) professor(a) orientador(a) para conferência e recebimento da folha de aprovação devidamente assinada pelos membros da banca examinadora.

Art. 37. Com a versão final do TCC o(a) discente deverá entrar em contato com a biblioteca do *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros para solicitação da ficha catalográfica e orientações sobre as normas para apresentação da versão digital do trabalho.

Art. 38. O aluno deverá providenciar duas cópias digitais do trabalho, gravadas no formato PDF em CD ou DVD. Uma será encaminhada à Coordenação de Curso juntamente com a Declaração de Entrega da Versão Final do TCC (APÊNDICE I), devidamente assinada pelo(a) professor(a) orientador(a) e a outra para a biblioteca do *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, seguindo orientações do setor para disponibilização do trabalho no repositório da mesma.

Parágrafo único: A Coordenação da LEDOC disponibilizará uma cópia do TCC na página oficial do Curso (https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=6389457&lc=pt_BR).

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. Os TCC deverão ser encaminhados ao repositório institucional, o qual é o sítio da Biblioteca do CSHNB (<http://www.leg.ufpi.br/picos/index/pagina/id/8719>), a fim de dar visibilidade e acessibilidade as produções dos alunos da graduação.

Art. 40. O presente Regulamento poderá ser alterado por meio do voto da maioria absoluta em Assembleia do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros.

Art. 41. Compete ao Coordenador do TCC dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários após aprovação em Assembleia de Curso.

Art. 42. Esse Regulamento entra em vigor a partir da sua data de aprovação.

Art. 43 As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Área Ciências da Natureza e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
 Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

CARTA DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que eu, Prof.(a) _____ me
 comprometo a orientar o(a) aluno(a) _____ no desenvolvimento do Trabalho
 de Conclusão de Curso (TCC), do curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências
 da Natureza, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, nível de graduação, a partir dessa
 data, sob as normas e regulamento vigentes para elaboração do TCC, sobre os quais declaro
 ter conhecimento.

Picos (PI) ____ de _____ de ____.

(Assinatura)

Professor(a) Orientador(a)

(Assinatura)

Discente



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TCC - DISCENTE

Eu, _____,
aluno(a) regularmente matriculado(a) no Curso de Licenciatura em Educação do Campo,
Ciências da Natureza, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, sob a matrícula nº
_____, venho requerer alteração de Orientador(a), nos termos do Art. 7º do
Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, sendo o(a) meu(minha) atual
Orientador(a) o(a) Professor(a) _____
e o(a) Orientador(a) requerido(a) é o(a) Professor(a) _____
_____. Essa solicitação se faz necessária pois

Picos, ____ de _____ de _____.

(Assinatura)
Orientador atual

(Assinatura)
Futuro Orientador

(Assinatura)
Discente



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE ORIENTAÇÃO DE TCC - DOCENTE

Eu, Professor(a) _____ venho requerer a interrupção do compromisso de orientação do(a) aluno(a) _____, nos termos do Art. 7º do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, sob a justificativa de _____

_____. Indico o nome do(a) Professor(a) _____
_____ conforme entendimento prévio mantidos entre as partes.

Picos, ____ de _____ de _____.

(Assinatura)

Orientador atual

(Assinatura)

Futuro Orientador

(Assinatura)

Discente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

CERTIDÃO DE PARTICIPAÇÃO DA BANCA DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE TCC

Certifico que o(a) **Prof(a).** _____ participou da **defesa de projeto** do(a) **aluno(a)** _____, do curso Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, intitulado “ _____ ”, sob a orientação do(a) **Prof(a).** _____, apresentado no dia _____, na sala _____, na Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros.

Picos (PI), ____ de _____ de _____.

(Assinatura)
(Nome do(a) Coordenador(a) de TCC do Curso)
Coordenador(a) dos Trabalhos de Conclusão de Curso
Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

CERTIDÃO DE PARTICIPAÇÃO DA BANCA DE APRESENTAÇÃO DE TCC

Certifico que o(a) **Prof(a).** _____ e
o(a) **Prof(a).** _____
participaram da banca examinadora do Trabalho de Conclusão do Curso do(a) aluno(a)
_____, do
curso Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, intitulado
“ _____

_____”, sob a
orientação do(a) **Prof(a).** _____,
apresentado no dia _____, na sala _____, na Universidade Federal do Piauí,
campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Picos (PI), _____ de _____ de _____.

(Assinatura)

(Nome do(a) Coordenador(a) de TCC do Curso)
Coordenador(a) dos Trabalhos de Conclusão de Curso
Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
 Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

CERTIDÃO DE ORIENTAÇÃO

Certificamos para os fins que se fizerem necessários, que o(a) **Prof(a).**

_____ ,
 orientou o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado
 “ _____
 _____ ” do(a)

aluno(a) _____ ,
 apresentado em _____ , nesta instituição de ensino superior.

Picos (PI), ____ de ____ de ____.

(Assinatura)

(Nome do(a) Coordenador(a) de TCC do Curso)
 Coordenador(a) dos Trabalhos de Conclusão de Curso
 Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, na sala ____ na Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, foi realizada a apresentação pública do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) aluno(a)

_____,
intitulado “_____”;

os trabalhos foram iniciados às ____h__min, pelo(a) professor(a) orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso, _____, presidente da banca examinadora, também constituída pelos(as) seguintes professores(as), _____ e _____.

A banca examinadora, após a defesa do(a) acadêmico(a), passou à arguição e comentários. Encerrados os trabalhos de arguição às ____h__min, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre a trabalho. **Assim, após avaliação e deliberação, considerou-se o(a) aluno(a) () aprovado(a), () aprovado(a) com ressalvas, () reprovado(a), com nota final _____.** Eu, Prof(a). Dr(a). _____, Presidente da Banca, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes na apresentação pública.

Picos (PI) ____ de _____ de _____.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____

- 5. _____
- 6. _____
- 7. _____
- 8. _____
- 9. _____
- 10. _____



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

**FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -
COMPONENTE CURRICULAR TCC I**

FICHA DE AVALIAÇÃO DO ORIENTADOR

Discente:
Data:
Título:

ELABORAÇÃO DO TRABALHO ESCRITO (ETE) (10,0)	NOTA
01. Conhecimento (nível de conhecimentos demonstrados no desenvolvimento do projeto de TCC) (1,0)	
02. Criatividade (capacidade de encontrar novas e melhores formas no desempenho das tarefas estabelecidas) (1,0)	
03. Iniciativa (autonomia no desempenho de suas atividades) (1,0)	
04. Planejamento (capacidade de planejar as atividades previstas para elaboração do projeto de TCC) (1,0)	
05. Compromisso no cumprimento de tarefas (capacidade de executar tarefas de acordo com as metas planejadas e prazos estabelecidos) (1,0)	
06. Espírito inquisitivo (disposição demonstrada na aprendizagem de novos conhecimentos; capacidade de aprender) (1,0)	
07. Flexibilidade (adaptabilidade à mudança) (1,0)	
08. Assiduidade/pontualidade (presença constante e pontual nas reuniões com o orientador) (1,0)	
09. Responsabilidade (zelo pelo material bibliográfico utilizado para elaboração do projeto) (1,0)	
10. Atenção (cuidado e atenção ao cumprimento das normas para elaboração do TCC) (1,0)	
TOTAL	
APRESENTAÇÃO ORAL (AO) (10,0)	NOTA
01. Segurança no conteúdo (3,0)	
02. Domínio da linguagem (2,0)	
03. Criatividade (1,0)	
04. Uso adequado do tempo (1,0)	
05. Habilidade na utilização dos recursos (1,0)	
06. Respostas às arguições (2,0)	
TOTAL	

Professor(a) Orientador(a)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - COMPONENTE CURRICULAR TCC I

FICHA DE AVALIAÇÃO DO MEMBRO EXTERNO

Discente:
Data:
Título:

TRABALHO ESCRITO (10,0)	NOTA
01. Relação entre tema, objetivos e demais itens do trabalho (2,0)	
02. Marco teórico pertinente (teor de cientificidade e relação com a área do Curso) (3,0)	
03. Sistematização do trabalho, observando a metodologia utilizada e consistência na argumentação (2,0)	
04. Redação, observando a capacidade de expressão, correção gramatical, concisão e adequação da linguagem à natureza do trabalho (2,0)	
05. Atendimento às normas da ABNT (1,0)	
TOTAL	
APRESENTAÇÃO ORAL (10,0)	NOTA
01. Segurança no conteúdo (3,0)	
02. Domínio da linguagem (2,0)	
03. Criatividade (1,0)	
04. Uso adequado do tempo (1,0)	
05. Habilidade na utilização dos recursos (1,0)	
06. Respostas às arguições (2,0)	
TOTAL	

Membro Externo



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

**FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -
COMPONENTE CURRICULAR TCC II**

FICHA DE AVALIAÇÃO DO ORIENTADOR

Discente:
Data:
Título:

ELABORAÇÃO DO TRABALHO ESCRITO (ETE) (10,0)	NOTA
01. Conhecimento (nível de conhecimentos demonstrados no desenvolvimento do TCC) (1,0)	
02. Criatividade (capacidade de encontrar novas e melhores formas no desempenho das tarefas estabelecidas) (1,0)	
03. Iniciativa (autonomia no desempenho de suas atividades) (1,0)	
04. Planejamento (capacidade de planejar as atividades previstas no TCC) (1,0)	
05. Compromisso no cumprimento de tarefas (capacidade de executar tarefas de acordo com as metas planejadas e prazos estabelecidos) (1,0)	
06. Espírito inquisitivo (disposição demonstrada na aprendizagem de novos conhecimentos; capacidade de aprender) (1,0)	
07. Flexibilidade (adaptabilidade à mudança) (1,0)	
08. Assiduidade/pontualidade (presença constante e pontual nas reuniões com o orientador) (1,0)	
09. Responsabilidade (zelo pelo material bibliográfico utilizado para elaboração do TCC) (1,0)	
10. Atenção (cuidado e atenção ao cumprimento das normas para elaboração do TCC) (1,0)	
TOTAL	
APRESENTAÇÃO ORAL (AO) (10,0)	NOTA
01. Segurança no conteúdo (3,0)	
02. Domínio da linguagem (2,0)	
03. Criatividade (1,0)	
04. Uso adequado do tempo (1,0)	
05. Habilidade na utilização dos recursos (1,0)	
06. Respostas às arguições (2,0)	
TOTAL	
MÉDIA (ETE) + (AO)	

Professor(a) Orientador(a)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

**FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -
COMPONENTE CURRICULAR TCC II**

FICHA DE AVALIAÇÃO- MEMBRO EXTERNO I

Discente:
Data:
Título:

TRABALHO ESCRITO (10,0)	NOTA
01. Relação entre tema, objetivos e demais itens do trabalho (2,0)	
02. Marco teórico pertinente (teor de cientificidade e relação com a área do Curso) (3,0)	
03. Sistematização do trabalho, observando a metodologia utilizada e consistência na argumentação (2,0)	
04. Redação, observando a capacidade de expressão, correção gramatical, concisão e adequação da linguagem à natureza do trabalho (2,0)	
05. Atendimento às normas da ABNT (1,0)	
TOTAL	
APRESENTAÇÃO ORAL (10,0)	NOTA
01. Segurança no conteúdo (3,0)	
02. Domínio da linguagem (2,0)	
03. Criatividade (1,0)	
04. Uso adequado do tempo (1,0)	
05. Habilidade na utilização dos recursos (1,0)	
06. Respostas às arguições (2,0)	
TOTAL	
MÉDIA (ETE) + (AO)	

Membro Externo I



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

**FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -
COMPONENTE CURRICULAR TCC II**

FICHA DE AVALIAÇÃO- MEMBRO EXTERNO II

Discente:
Data:
Título:

TRABALHO ESCRITO (10,0)	NOTA
01. Relação entre tema, objetivos e demais itens do trabalho (2,0)	
02. Marco teórico pertinente (teor de cientificidade e relação com a área do Curso) (3,0)	
03. Sistematização do trabalho, observando a metodologia utilizada e consistência na argumentação (2,0)	
04. Redação, observando a capacidade de expressão, correção gramatical, concisão e adequação da linguagem à natureza do trabalho (2,0)	
05. Atendimento às normas da ABNT (1,0)	
TOTAL	
APRESENTAÇÃO ORAL (10,0)	NOTA
01. Segurança no conteúdo (3,0)	
02. Domínio da linguagem (2,0)	
03. Criatividade (1,0)	
04. Uso adequado do tempo (1,0)	
05. Habilidade na utilização dos recursos (1,0)	
06. Respostas às arguições (2,0)	
TOTAL	
MÉDIA (ETE) + (AO)	

Membro Externo II



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA**

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC

Prezado(a) Coordenador(a) de TCC,

Encaminho uma cópia digital da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do(a) aluno(a) informado abaixo, gravada no formato PDF em CD/DVD, desenvolvido sob minha orientação. Declaro que a versão final do TCC inclui as correções feitas a partir das sugestões da banca examinadora e asseguro ainda, que verifiquei seu conteúdo técnico e gramatical para garantir a qualidade necessária ao trabalho escrito. Por ser verdade, assino a presente.

Picos, ____ de _____ de _____.

Discente:
Título do TCC Final:
Data da defesa:

Orientador(a)

Data da entrega à Coordenação de TCC:
Assinatura do(a) Coordenador(a) de TCC:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, CIÊNCIAS DA NATUREZA

Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco. CEP 64.607-670. Picos - PI
Telefone: (89) 3422-2082 – e-mail: coordenacaoprocampopicos@ufpi.edu.br

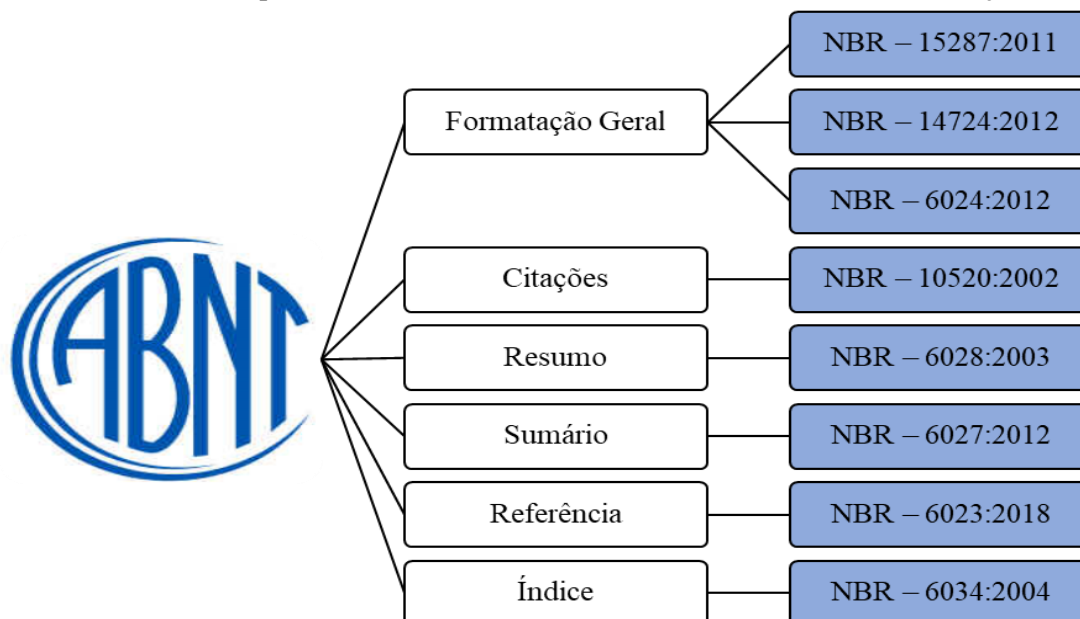
CAPÍTULO 2 - NORMAS PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

1. INTRODUÇÃO

A apresentação de trabalhos acadêmicos segue regras convencionadas pela comunidade científica internacional e são normatizadas em cada país com o propósito de estabelecer parâmetros científicos de escrita e estruturação.

No Brasil, a normatização é de responsabilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e aborda os seguintes aspectos: apresentação, diagramação e tratamento da bibliografia utilizada (Figura 1).

Figura 1 - Normas ABNT para Trabalhos Acadêmicos com as datas das últimas atualizações.



Fonte: Adaptado de CALDAS (2016) (<https://www.passeidireto.com/arquivo/57525481/normas-abnt>)

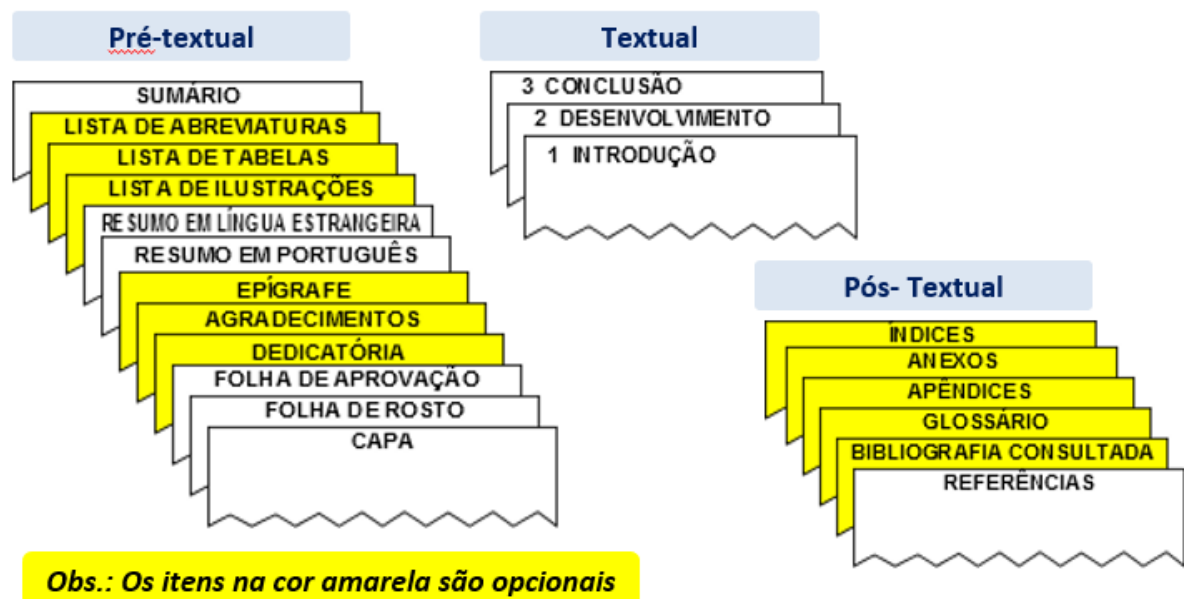
Para essa entidade o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação é o:

[...] documento que apresenta o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa, e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador (ABNT, 2011).

A estrutura do trabalho acadêmico compreende os seguintes elementos: **pré-textuais**, **textuais e pós-textuais**, com itens obrigatórios e opcionais que serão adaptados seguindo as Normas da ABNT para elaboração do Projeto de TCC e da versão final do mesmo (Figura 2).

Os elemento pré-textual é a parte que antecede o texto com informações que ajudam na identificação e utilização do trabalho; elemento textual é a parte em que é exposto o conteúdo do trabalho; e elemento pós-textual é a parte que sucede o texto e complementa o trabalho.

Figura 2 – Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso segundo Normas da ABNT.



Fonte: UNESP (2017) (<https://docs.google.com/presentation/d/1E8cwoDgm9qSve5DVvXvk-0-WoJaDCZrIVvk16P2ayjA/edit#slide=id.p4>)

2. REGRAS GERAIS¹

2.1 Formato

Os textos devem ser digitados em cor preta, podendo utilizar outras cores somente para as ilustrações. Se impresso, utilizar papel branco ou reciclado, no formato A4 (21 cm × 29,7 cm).

No caso da versão final dos TCCs da LEDOC, como são apresentados em formato digital, todo o trabalho é digitado no anverso da folha, incluindo os dados internacionais de catalogação na publicação (Ficha catalográfica) que devem ser apresentados na folha subsequente a folha de rosto e não no verso desta como é estabelecido as normas da ABNT.

Todo o texto deve ser digitado em fonte Times New Roman e tamanho 12, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legendas das ilustrações e das tabelas que devem ser digitadas em tamanho menor e uniforme.

No caso de citações de mais de três linhas, deve-se observar também um recuo de 4 cm da margem esquerda.

2.2 Margem

As folhas devem apresentar margem esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2 cm.

2.3 Espaçamento

Todo o texto deve ser digitado com espaçamento 1,5 entre as linhas, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, natureza (tipo do trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetido e área de concentração), que devem ser digitados em espaço simples. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples em branco.

Os títulos das seções devem começar na parte superior da página e ser separados do texto que os sucede por dois espaços de 1,5, entrelinhas. Da mesma forma, os títulos das subseções devem ser separados do texto que os precede e que os sucede por dois espaços 1,5.

Na folha de rosto e na folha de aprovação, o tipo do trabalho, o objetivo, o nome da instituição e a área de concentração devem ser alinhados do meio da mancha gráfica para a margem direita.

¹ Informações extraídas das Normas ABNT NBR 14724/2011.34

2.4 Notas de rodapé

As notas devem ser digitadas dentro das margens, ficando separadas do texto por um espaço simples entre as linhas e por filete de 5 cm, a partir da margem esquerda. Devem ser alinhadas a partir da segunda linha da mesma nota, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente, sem espaço entre elas e com fonte menor.

2.5 Indicativos de seção

O indicativo numérico, em algarismo arábico, de uma seção precede seu título, alinhado à esquerda, separado por um espaço. Os títulos das seções primárias devem ser apresentados na parte superior da mancha gráfica e ser separados do texto que os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5. Da mesma forma, os títulos das subseções devem ser separados do texto que os precede e que os sucede por um espaço entre as linhas de 1,5. Títulos que ocupem mais de uma linha devem ser, a partir da segunda linha, alinhados abaixo da primeira letra da primeira palavra do título.

2.6 Títulos sem indicativo numérico

Os títulos, sem indicativo numérico – errata, agradecimentos, lista de ilustrações, lista de abreviaturas e siglas, lista de símbolos, resumos, sumário, referências, glossário, apêndice(s), anexo(s) e índice(s) – devem ser centralizados.

2.7 Elementos sem título e sem indicativo numérico

Fazem parte desses elementos a folha de aprovação, a dedicatória e a(s) epígrafe(s).

2.8 Paginação

As folhas ou páginas pré-textuais devem ser contadas, mas não numeradas. Para os trabalhos da LEDOC que são entregues em versão digital, a paginação será inserida somente no anverso de todas as folhas, a partir da folha de rosto, as quais devem ser contadas sequencialmente. Com EXCEÇÃO DA FOLHA EM QUE SERÁ INSERIDA A FICHA CATALOGRÁFICA, QUE NÃO DEVE RECEBER PAGINAÇÃO TAMPOUCO SER CONTABILIZADA. A numeração deve figurar, a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior, ficando o último algarismo a 2 cm da borda direita da folha.

Havendo apêndice e anexo, as suas folhas ou páginas devem ser numeradas de maneira contínua e sua paginação deve dar seguimento à do texto principal.

2.9 Numeração progressiva

Elaborada conforme a ABNT NBR 6024. A numeração progressiva deve ser utilizada para evidenciar a sistematização do conteúdo do trabalho. Os títulos das seções primárias, por serem as principais divisões de um texto, devem iniciar em folha distinta. Destacam-se gradativamente os títulos das seções, utilizando-se os recursos de negrito, itálico ou sublinhado, e redondo, caixa alta ou versal, e outro, conforme a ABNT NBR 6024, no sumário e, de forma idêntica, no texto. Segundo a norma acima citada, o(a) autor(a) pode subdividir uma seção até a quinta parte. Exemplo:

1 TÍTULO DA SEÇÃO PRIMÁRIA

1.1 Título Seção Secundária

1.1.1 Título Seção terciária

1.1.1.1 Seção quaternária

1.1.1.1.1 Seção Quinária

2.10 Citações

Devem ser apresentadas conforme a ABNT NBR 10520.

2.11 Siglas

A sigla, quando mencionada pela primeira vez no texto, deve ser indicada entre parênteses, precedida do nome completo. Exemplo: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2.12 Ilustrações

Qualquer que seja o tipo de ilustração, sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativa (desenho, esquema, fluxograma, fotografia, gráfico, mapa,

organograma, planta, quadro, retrato, figura, imagem, entre outros), seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título. Após a ilustração, na parte inferior, indicar a fonte consultada (elemento obrigatório, mesmo que seja produção do próprio autor), legenda, notas e outras informações necessárias à sua compreensão (se houver). A ilustração deve ser citada no texto e inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere.

2.13 Tabelas

Devem ser citadas no texto, inseridas o mais próximo possível do trecho a que se referem e padronizadas conforme normas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) NBR 14724 2011.

3. ORIENTAÇÕES GERAIS

Nas seções a seguir serão apresentados os modelos do: i) **Projeto de TCC (APÊNDICE A)**; e II) **versão final do TCC** da LEDOC/CSHNB (**APÊNDICE B**). Os documentos já se encontram configurados conforme as Normas da ABNT e apresentam orientações básicas para sua elaboração, o que não dispensa a leitura deste Manual e também das atualizações das Normas ABNT NBR 6023, 6024, 6027, 6028, 6034, 10520, 15287 e 14724.

Algumas orientações sobre cada seção do Projeto e da versão final do TCC foram inseridas nos Modelos para facilitar o processo de escrita. Essas orientações estão sublinhadas e devem ser excluídas da versão a ser entregue.

No restante do documento, considerar a formatação dos Modelos (tipo de letra, espaçamento, negrito, margens, numeração de páginas, etc.). No entanto, atentar-se, pois alterações nesta formatação podem ocorrer quando o arquivo for transferido de um computador para outro, devido divergências nos programas de execução. Nesse sentido, é de inteira responsabilidade do(a) discente e do(a) orientador(a) garantir que a formatação seja mantida e que as normas para a apresentação do Projeto e da versão final do TCC sejam seguidas.

Os **ELEMENTOS TEXTUAIS** do **PROJETO DE TCC** deverão ser constituídos de uma parte introdutória, na qual devem ser expostos o tema do projeto, o problema a ser abordado, a(s) hipótese(s), quando couber(em), bem como o(s) objetivo(s) a ser(em) atingido(s) e a(s) justificativa(s). É necessário que sejam indicados o referencial teórico que

o embasa, a metodologia a ser utilizada, assim como os recursos e o cronograma necessários à sua consecução. Já os **ELEMENTOS TEXTUAIS** da **VERSÃO FINAL DO TCC** deverão ser compostos de uma parte introdutória, que apresenta os objetivos do trabalho e as razões de sua elaboração; o desenvolvimento, que detalha a pesquisa ou estudo realizado; e uma parte conclusiva.

Com isso, os itens que constam no **SUMÁRIO** dos **MODELOS ABAIXO** (justificativa, objetivos, revisão bibliográfica, material e métodos, resultados esperados, resultados e discussão) poderão sofrer variações dependendo da área de pesquisa do(a) orientador(a), podendo ser suprimidos ou reorganizados conforme necessidade. No entanto, os subtítulos **INTRODUÇÃO** e **CRONOGRAMA**, do Projeto de TCC; e **INTRODUÇÃO** e **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, para a versão final do trabalho, são obrigatórios para todos os trabalhos

APÊNDICE A – MODELO DO PROJETO DE TCC



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/
CIÊNCIAS DA NATUREZA**



NOME DO(A) ALUNO(A)

TÍTULO DO PROJETO DE TCC: Subtítulo (se houver)

**PICOS
ANO**

NOME DO(A) ALUNO(A)

TÍTULO DO PROJETO DE TCC: Subtítulo (se houver)

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção de aprovação na disciplina de TCC I do curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). XXXXXX
XXXXXX

PICOS

ANO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Legenda.....	12
Figura 1 – Legenda.....	13
Figura 2 – Legenda.....	14
Figura 3 – Legenda.....	15

Elemento opcional. Deve ser elaborada conforme a ordem em que aparecem no texto com a indicação da página. Inclui-se na lista quadros, gráficos, plantas, mapas, fluxogramas, fotografias, etc. Pode-se optar por lista única ou lista específica (por tipo de ilustração, ex., LISTA DE GRÁFICOS, LISTA DE FIGURAS, etc.). Este exemplo é de lista única para todas as categorias de ilustrações. O termo **LISTA DE ILUSTRAÇÕES** deve ser redigido em letras tamanho 12, maiúsculas, centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5. Nessa seção, a legenda de cada ilustração deve ser apresentada exatamente como consta no corpo do texto.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Legenda.....	11
Tabela 2 – Legenda.....	13
Tabela 3 – Legenda.....	15
Tabela 4 – Legenda.....	16
Tabela 5 – Legenda.....	18
Tabela 6 – Legenda.....	19

Elemento opcional. O termo **LISTA DE TABELAS** deve ser redigido em letras tamanho 12 maiúsculas, centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5. Para listar os títulos das tabelas e a indicação da localização da página, utilizar letras tamanho 12 e entrelinhamento 1,5. Nessa seção, os títulos de cada tabela devem ser apresentados exatamente como constam no corpo do texto e devem ser apresentados na ordem do texto.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UFPI – Universidade Federal do Piauí

Elemento opcional. O termo **LISTA DE ABREVIATURAS** deve ser redigido com letras em tamanho 12, maiúsculas, centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5. A lista com as abreviatura e/ou siglas deve ser construída respeitando a ordem alfabética, alinhada à margem esquerda, com a sigla seguida de espaço, travessão, espaço e a descrição da sigla também em letras tamanho 12 e entrelinhamento 1,5.

LISTA DE SÍMBOLOS

® – Marca registrada

°C – Graus Celsius

µL – Microlitros

Elemento opcional. O termo **LISTA DE SÍMBOLOS** deve ser redigido com letras em tamanho 12, maiúsculas, centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5. A lista com os símbolos deve ser alinhada à margem esquerda, com a símbolo seguido de espaço, travessão, espaço e a significado do mesmo também em letras tamanho 12 e entrelinhamento 1,5. Elaborada de acordo com a ordem em que os símbolos são apresentados no texto.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS	8
2.1 Objetivo geral	8
2.2 Objetivos específicos	8
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	9
4 MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA	10
5 RESULTADOS ESPERADOS	11
6 CRONOGRAMA	12
REFERÊNCIAS	13
APÊNDICE A – LEGENDA	20
ANEXO A – LEGENDA	21

Elemento obrigatório. Enumeração das principais divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que consta no texto acompanhado respectivamente pelo número da página, elaborado segundo a Norma ABNT 14724:2011 e Normas ABNT correlatas. Deve aparecer em folha distinta com o nome **SUMÁRIO** em negrito e em letra maiúscula, centralizado na parte superior. Os elementos pré-textuais não devem constar no sumário. Não usar recuos. A formatação dos títulos deve ser igual à que foi usada no texto. Os itens que constam no **SUMÁRIO** (justificativa, objetivos, revisão bibliográfica, material e métodos, resultados esperados) poderão sofrer variações dependendo da área de pesquisa do(a) orientador(a), podendo ser suprimidos ou reorganizados conforme necessidade. No entanto a **INTRODUÇÃO** e **CRONOGRAMA** deverão ser apresentados em todos os trabalhos.

1 INTRODUÇÃO

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos (*exceto citações com mais de três linhas, notas de rodapé e legendas). Em notas de rodapé e citações de mais de três linhas use espaçamento entrelinha de 1,0 e tamanho 10 ou 11. Notas de rodapé dentro das margens e separadas do texto por um traço de 5cm.

Distinguir, de forma hierárquica, o destaque das seções e subseções. Pode haver subdivisão de uma seção até a quinta parte. Padronizar o destaque para todo o trabalho. Ex.:

1 TÍTULO DA SEÇÃO PRIMÁRIA

1.1 Título Seção Secundária

1.1.1 Título Seção terciária

1.1.1.1 Seção quaternária

1.1.1.1.1 Seção Quinária

Quando houver seções e subseções no trabalho a formatação apresentada no corpo do texto deve ser apresentada no sumário.

Neste item, você deverá discorrer sobre o assunto que estará abordando no seu projeto de pesquisa em área definida junto com o orientador(a), observando as especificidades. A introdução não tem um número de páginas definido. Cabe ao(a) orientador(a) definir a quantidade de texto necessária para compor esse item.

O referencial teórico/revisão de literatura e a justificativa da escolha do tema podem ser feitos na introdução, sendo que estes devem obedecer a uma sequência lógica, de acordo com o assunto (tema) abordado, podendo também ser apresentados em itens separados conforme exigência do(a) orientador(a).

2 OBJETIVOS

Os objetivos do estudo devem ser formulados de forma clara e precisa, com verbos no infinitivo. Um objetivo é um alvo que se pretende atingir e sua definição é uma das partes mais importantes no desenvolvimento do projeto. Existem alguns critérios para a especificação dos objetivos, como pertinência ao estudo, clareza, precisão e exequibilidade.

2.1. Objetivo geral

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12, sem utilização de marcadores e parágrafo de 1,25. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos. O objetivo geral proporciona uma visão mais prospectiva sobre o que se deseja pesquisar e aponta aonde o autor deseja chegar com seus estudos.

2.2. Objetivos específicos

- Quando houver objetivos específicos utilize travessão seguido de espaço para cada um deles;
- Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12.

Definir os objetivos específicos significa aprofundar as intenções expressas nos objetivos gerais. Portanto, nesta parte, o(a) autor(a) deve expor suas metas para se chegar ao objetivo geral da pesquisa. As metas consistem em várias etapas que devem ser realizadas para que se consiga alcançar o resultado desejado.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos (*exceto citações com mais de três linhas, notas de rodapé e legendas). Em notas de rodapé e citações de mais de três linhas, use espaçamento entrelinha de 1,0 e tamanho 10 ou 11. Notas de rodapé dentro das margens e separadas do texto por um traço de 5cm

Distinguir, de forma hierárquica, o destaque das seções e subseções, Pode haver subdivisão de uma seção até a quinta parte. Padronizar o destaque para todo o trabalho. Ex.:

1 TÍTULO DA SEÇÃO PRIMÁRIA

1.1 Título Seção Secundária

1.1.1 Título Seção terciária

1.1.1.1 Seção quaternária

1.1.1.1.1 Seção Quinária

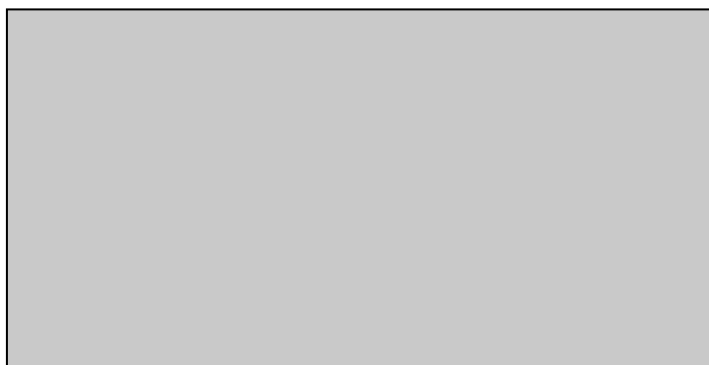
Quando houver seções e subseções no trabalho a formatação apresentada no corpo do texto deve ser apresentada no sumário.

4 MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos (*exceto citações com mais de três linhas, notas de rodapé e legendas). Em Notas de rodapé e Citações de mais de três linhas, use entrelinha de 1,0 e tamanho 10 ou 11. Notas de rodapé dentro das margens e separadas do texto por um traço de 5cm.

Quando houver ilustração, a legenda da mesma aparece na parte superior e a fonte logo abaixo da mesma. Tanto na legenda quanto na fonte da ilustração use tamanho 10 ou 11 (padronizar para todo o texto) e espaçamento simples. A fonte é obrigatória. Caso a ilustração seja elaborada pelo(a) aluno(a), usar as expressões: “Elaborado pelo(a) autor(a) (Ano)”, “Dados da pesquisa (Ano)”. Se os dados pertencerem a outra fonte, colocar a citação, ex. “CASTRO (2013)”. A ilustração deve ser citada no texto e inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere. Ex:

Figura 1 – Legenda.



Fonte: Elaborado pelo(a) autor(a) (2018).

Apresenta-se aqui a metodologia e os materiais que serão utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, seus sujeitos, locais e equipamentos necessários, bem como a forma específica como estes serão utilizados para a realização dos objetivos e alcance dos resultados.

Deve-se especificar a forma de trabalho, e sempre que já tiverem sido desenvolvidos outros trabalhos semelhantes, observar a metodologia utilizada anteriormente para possíveis discussões futuras, bem como padronização da pesquisa.

5 RESULTADOS ESPERADOS

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos.

Descrever aqui os resultados e/ou produtos esperados. Estimar a repercussão e/ou impactos socioeconômicos, técnico-científicos, esperados na solução do problema focalizado.

6 CRONOGRAMA

O Cronograma do projeto de pesquisa é o plano de distribuição das diferentes etapas de sua execução, em períodos de tempos verdadeiros. Serve a diferentes propósitos: permite verificar se o(a) pesquisador(a) tem conhecimento consistente acerca das diferentes etapas que deverá percorrer para executar a pesquisa que planejou, e do período de tempo que deverá despender, ao fazê-lo. Serve, também, para organizar e distribuir, racionalmente, em suas etapas, o tempo disponível para a execução da pesquisa. Pode ser apresentado em um quadro como o exemplo abaixo:

ATIVIDADES	2018							2019				
	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
Levantamento Bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração do Projeto de Pesquisa		X	X	X								
Preparação da apresentação do projeto de TCC				X	X							
Defesa do projeto de TCC					X							
Coleta dos dados						X	X	X				
Análise dos dados									X	X		
Elaboração do TCC										X	X	
Defesa do TCC												X
Elaboração de artigo para publicação em revista especializada												X

REFERÊNCIAS

Elemento obrigatório. O termo **REFERÊNCIAS** em letras tamanho 12, maiúsculas, centralizado, negrito. Todos os documentos citados no trabalho devem ser listados. As referências são alinhadas à margem esquerda, com letras tamanho 12 e entrelinhamento de 1,0. As referências devem separadas uma das outras por um espaço de 1,0 em branco. Elaborar de acordo com a ABNT/NBR 6023:2018. Aqui serão apresentados exemplos de alguns tipos mais comuns de referências com seus elementos essenciais. **A NORMA ACIMA CITADA APRESENTA DETALHAMENTOS QUE DEVEM SEMPRE SER CONSULTADOS PELO(A) ALUNO(A) E orientador(a).**

1. ORIENTAÇÕES SOBRE AS REFERÊNCIAS PARA TODOS OS TIPOS DE DOCUMENTOS

a. O autor deve ser indicado pelo último sobrenome, em letras maiúsculas, seguido do prenome e outros sobrenomes, abreviados ou não, CONFORME CONSTA NO DOCUMENTO. Os autores devem ser separados por ponto e vírgula, seguidos de um espaço.

ALVES, Roque de Brito. **Ciência criminal**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

b. Quando houver até três autores, todos devem ser indicados.

SOUZA, J. C.; PEREIRA, A. M. **Metodologia de trabalho**. 3. ed. São Paulo: Estrela, 2011.

PASSOS, L. M. M.; FONSECA, A.; CHAVES, M. **Alegria de saber: matemática**, segunda série, 2, primeiro grau: livro do professor. São Paulo: Scipione, 1995. 136 p.

c. Quando houver quatro ou mais autores, convém indicar todos. Permite-se que se indique apenas o primeiro, seguido da expressão *et al.*

URANI, A. *et al.* **Constituição de uma matriz de contabilidade social para o Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 1994.

TAYLOR, Robert; LEVINE, Denis; MARCELLIN-LITTLE, Denis; MILLIS, Darryl. **Reabilitação e fisioterapia na prática de pequenos animais**. São Paulo: Roca, 2008.

d. Quando houver indicação explícita de responsabilidade pelo conjunto da obra, em coletâneas de vários autores, a entrada deve ser feita pelo nome do responsável, seguido da abreviação, em letras minúsculas e no singular, do tipo de participação (organizador, compilador, editor, coordenador, entre outros), entre parênteses. Havendo mais de um responsável, o tipo de participação deve constar, no singular, após o último nome.

FERREIRA, Léslie Piccolotto (org.). **O fonoaudiólogo e a escola**. São Paulo: Summus, 1991.

MARCONDES, E.; LIMA, I. N. de (coord.). **Dietas em pediatria clínica**. 4. ed. São Paulo: Sarvier, 1993.

OYUELA-CAYCEDO, Augusto; RAYMOND, J. Scott (ed.). **Recent advances in the archaeology of Northern Andes**. Los Angeles: University of California, Institute of Archaeology, 1998.

e. As obras de responsabilidade de pessoa jurídica (órgãos governamentais, empresas, associações, entre outros) têm entrada pela forma conhecida ou como se destaca no documento, por extenso ou abreviada. Convém que se padronizem os nomes para o mesmo autor, quando aparecem de formas diferentes em documentos distintos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Catálogo de teses da Universidade de São Paulo, 1992**. São Paulo: USP, 1993. 467 p.

f. As obras de responsabilidade de mais de um autor pessoa jurídica:

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA (Brasil); COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guia nacional de coleta de preservação de amostras**: água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos. Brasília, DF: ANA; São Paulo: CETESB, 2011. 327 p. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/laboratorios/publicacoes/guia-nacional-coleta-2012.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

g. Para as obras de responsabilidade de pessoa jurídica, quando for uma instituição governamental da administração direta, seu nome deve ser precedido pelo nome do órgão superior ou pelo nome da jurisdição à qual pertence.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1993. 35 p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 1993. 28 p.

h. Para as obras de responsabilidade de pessoa jurídica, quando a instituição, vinculada a um órgão maior, tem uma denominação específica que a identifica, a entrada é feita diretamente pelo seu nome.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório de atividades Pró-reitoria de pós-graduação**. [Florianópolis: UFSC], 2012. Disponível em: <http://propg.ufsc.br/files/2013/08/Relatório-de-Atividades-PROPG-2012.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

i. Para as obras de responsabilidade de pessoa jurídica, quando a instituição for homônima, deve-se acrescentar, no final e entre parênteses, a unidade geográfica que identifica a jurisdição.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Relatório da diretoria-geral**: 1984. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1985. 40 p.

BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). **O 24 de julho de 1833 e a guerra civil de 1829-1834**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983. 95 p.

2 ALGUMAS EXEMPLOS DAS PRINCIPAIS NORMAS PARA REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS

2.1 MONOGRAFIA NO TODO

Inclui livro e/ou folheto (manual, guia, catálogo, enciclopédia, dicionário, entre outros) e trabalho acadêmico (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso, entre outros). Os elementos essenciais para livro e/ou folheto são: autor, título, subtítulo (se houver), edição (se houver), local, editora e data de publicação. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

2.1.1 Livro

LUCK, Heloisa. **Liderança em gestão escolar**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

2.1.2 Monografia/Dissertação/Tese

AGUIAR, André Andrade de. **Avaliação da microbiota bucal em pacientes sob uso crônico de penicilina e benzatina**. 2009. Tese (Doutorado em Cardiologia) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ALVES, Daian Péricles. **Implementação de conceitos de manufatura colaborativa: um projeto virtual**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Industrial Mecânica) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

RODRIGUES, Ana Lúcia Aquilas. **Impacto de um programa de exercícios no local de trabalho sobre o nível de atividade física e o estágio de prontidão para a mudança de comportamento**. 2009. Dissertação (Mestrado em Fisiopatologia Experimental) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

2.2 MONOGRAFIA NO TODO EM MEIO ELETRÔNICO

Inclui livros e/ou folhetos e trabalhos acadêmicos em meio digital ou eletrônico (disquetes, CD-ROM, DVD, online e outros).

KOOGAN, André; HOUAISS, Antônio (ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011.

COELHO, Ana Cláudia. **Fatores determinantes de qualidade de vida física e mental em pacientes com doença pulmonar intersticial: uma análise multifatorial.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16359/000695147.pdf?sequence=1>. Acesso em: 4 set. 2009.

CONSOLI, R. A. G. B.; OLIVEIRA, R. L. **Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/editora/media/05-PMISB.pdf>. Acesso em: 4 set. 2009.

2.3 PARTE DE MONOGRAFIA

Inclui seção, capítulo, volume, fragmento e outras partes de uma obra, com autor e/ou título próprios.

2.3.1. Capítulo de livro

SANTOS, F. R. A colonização da terra do Tucujús. *In*: SANTOS, F. R. **História do Amapá, 1º grau.** 2. ed. Macapá: Valcan, 1994. p. 15-24.

ROMANO, Giovanni. Imagens da juventude na era moderna. *In*: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (org.). **História dos jovens 2: a época contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-16.

2.3.2. Parte de Monografia/Dissertação/Tese

RODRIGUES, Ana Lúcia Aquilas. Aspectos éticos. *In*: RODRIGUES, Ana Lúcia Aquilas. **Impacto de um programa de exercícios no local de trabalho sobre o nível de atividade física e o estágio de prontidão para a mudança de comportamento.** 2009. Dissertação (Mestrado em Fisiopatologia Experimental) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. f. 19-20.

2.4. PARTE DE MONOGRAFIA EM MEIO ELETRÔNICO

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (Brasil). Estômago. *In*: INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (Brasil). **Tipos de câncer.** [Brasília, DF]: Instituto Nacional do Câncer, 2010. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/estomago/definica>. Acesso em: 18 mar. 2010.

MORFOLOGIA dos artrópodes. *In*: ENCICLOPÉDIA multimídia dos seres vivos. [S. l.]: Planeta DeAgostini, c1998. CD-ROM 9.

POLÍTICA. *In*: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 1998. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlDLPO>. Acesso em: 8 mar. 1999.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Tratados e organizações ambientais em matéria de meio ambiente. *In*: SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente.

Entendendo o meio ambiente. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1999. v. 1.
Disponível em: <http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual.htm>. Acesso em: 8 mar. 1999.

2.5 ARTIGO, SEÇÃO E/OU MATÉRIA DE PUBLICAÇÃO PERIÓDICA

Inclui partes de publicação periódica, artigo, comunicação, editorial, entrevista, resenha, reportagem, resenha e outros.

DE LUCCA, Gabriella. Notas curtas. **Getulio**, São Paulo, ano 3, p. 9, jul./ago. 2009.

DOREA, R. D.; COSTA, J. N.; BATITA, J. M.; FERREIRA, M. M.; MENEZES, R. V.; SOUZA, T. S. Reticuloperitonite traumática associada à esplenite e hepatite em bovino: relato de caso. **Veterinária e Zootecnia**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 199-202, 2011. Supl. 3.

TEICH, D. H. A solução veio dos emergentes. **Exame**, São Paulo, ano 43, n. 9, ed. 943, p. 66-67, 20 maio 2009.

2.6 ARTIGO, SEÇÃO E/OU MATÉRIA DE PUBLICAÇÃO PERIÓDICA EM MEIO ELETRÔNICO

VIEIRA, Cássio Leite; LOPES, Marcelo. A queda do cometa. **Neo Interativa**, Rio de Janeiro, n. 2, inverno 1994. 1 CD-ROM.

SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **Net**, Rio de Janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>. Acesso em: 28 nov. 1998.

ALEXANDRESCU, D. T. Melanoma costs: a dynamic model comparing estimated overall costs of various clinical stages. **Dermatology Online Journal**, [s. l.], v. 15, n. 11, p. 1, Nov. 2009. Disponível em: http://dermatology.cdlib.org/1511/originals/melanoma_costs/alexandrescu.html. Acesso em: 3 nov. 2009.

DANTAS, José Alves *et al.* Regulação da auditoria em sistemas bancários: análise do cenário internacional e fatores determinantes. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 64, p. 7-18, jan./abr. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772014000100002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772014000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 maio 2014.

2.7 ARTIGO E/OU MATÉRIA DE JORNAL

Inclui comunicação, editorial, entrevista, resenha, reportagem, resenha e outros.

OTTA, Lu Aiko. Parcela do tesouro nos empréstimos do BNDES cresce 566 % em oito anos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 131, n. 42656, 1 ago. 2010. Economia & Negócios, p. B1.

2.8 ARTIGO E/OU MATÉRIA DE JORNAL EM MEIO ELETRÔNICO

VERÍSSIMO, L. F. Um gosto pela ironia. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 47, n. 16.414, p. 2, 12 ago. 2010. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&action=flip>. Acesso em: 12 ago. 2010.

PROFESSORES terão exame para ingressar na carreira. **Diário do Vale**, Volta Redonda, v. 18, n. 5877, 27 maio 2010. Caderno Educação, p. 41. Disponível em: <http://www.bancadigital.com.br/diariodovale/reader2/Default.aspx?PID=1&eID=495&IP=38&rP=39&IT=page>. Acesso em: 29 set. 2010.

2.9 PARTE DE EVENTO EM MONOGRAFIA

Inclui trabalhos publicados em eventos (atas, anais, proceedings, entre outros). Para trabalhos somente apresentados, recomenda-se como ordem de elementos essenciais: autor, título, subtítulo (se houver) e data de apresentação.

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

ZUBEN, A. V.; CASANOVA, C.; BALDINI, M. B. D.; RANGEL, O.; ANGERAMI, R. N.; RODRIGUES, R. C. A.; PRESOTTO, D. Vigilância epidemiológica da leishmaniose visceral americana (LVA) em cães no município de Campinas, São Paulo. *In*: REUNIÃO DE PESQUISA APLICADA EM DOENÇAS DE CHAGAS, 26.; REUNIÃO DE PESQUISA APLICADA EM LEISHMANIOSES, 14., 2010, Uberaba. **Anais [...]**. Uberaba: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2010. p. 135-175.

2.10 PARTE DE EVENTO EM PUBLICAÇÃO PERIÓDICA

GONÇALVES, R. P. M. *et al.* Aspectos hematológicos de cães parasitados por *Babesia canis* na cidade de Niterói, RJ entre os anos de 1994 a 2005: parte 1: eritrograma. **Ciência Animal Brasileira**, Goiânia, p. 271-273, nov. 2006. Supl. 1. Trabalho apresentado no 3º Congresso do Centro-Oeste de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais, 2006, [Brasília, DF].

2.11. PARTE DE EVENTO EM MEIO ELETRÔNICO

GUNCHO, M. R. A educação à distância e a biblioteca universitária. *In*: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Tec Treina, 1998. 1 CD-ROM.

PALETTA, F. A. C. *et al.* Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Biblioteca do Conjunto das Químicas/USP: digitalização retrospectiva: estudo de caso. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: CRUESP, 2010. 1 *pen drive*.

BADKE, T.; ZACARIAS, R. Certificação e assinatura digital. *In*: INTERLOGOS, 2006, Vitória. [Anais]. Vitória: AARQUES, 2006. 1 CD-ROM. Diretório:\Palestrates\Palestras de 24 de Agosto.

GONÇALVES, Carmen Diego. Estilo de pensamento na produção de conhecimento científico. *In*: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2000, Coimbra. **Actas do [...]**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2000. Tema: Sociedade portuguesa: passados recentes, futuros próximos. Eixo temático: Reorganização dos saberes, ciência e educação, p. 1-18. Disponível em: http://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462de12f4bb03_1.pdf. Acesso em: 3 maio 2010.

2.12 LEGISLAÇÃO

Inclui Constituição, Decreto, Decreto-Lei, Emenda Constitucional, Emenda à Lei Orgânica, Lei Complementar, Lei Delegada, Lei Ordinária, Lei Orgânica e Medida Provisória, entre outros.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. 4. ed. atual. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

2.13 LEGISLAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

CURITIBA. **Lei nº 12.092, de 21 de dezembro de 2006**. Estima a receita e fixa a despesa do município de Curitiba para o exercício financeiro de 2007. Curitiba: Câmara Municipal, [2007]. Disponível em: <http://domino.cmc.pr.gov.br/contlei.nsf/98454e416897038b052568fc004fc180/e5df879ac6353e7f032572800061df72>. Acesso em: 22 mar. 2007.

BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências. *In*: VADE MECUM. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007. 1 CD-ROM, p. 1-90.

APÊNDICE A – LEGENDA DO APÊNDICE

Elemento opcional: Apêndice é um texto ou documento elaborado pelo autor e que foi utilizado no trabalho. O termo **APÊNDICE** com letras tamanho 12, maiúsculas, centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5.

ANEXO A - LEGENDA DO ANEXO

Elemento opcional. Anexo é um texto ou documento NÃO elaborado pelo autor, mas que foi utilizado no trabalho. O termo **ANEXO** com letras tamanho 12, maiúsculas centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5.

APÊNDICE B – MODELO DO TCC



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSH
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
CIÊNCIAS DA NATUREZA**



NOME DO(A) ALUNO(A)

TÍTULO DO TCC: Subtítulo (se houver)

**PICOS
ANO**

NOME DO(A) ALUNO(A)

TÍTULO DO TCC: Subtítulo (se houver)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros como requisito à obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Xxxxxx
Xxxxx

PICOS
ANO

(Folha destinada à Ficha Catalográfica – Deixar em branco na versão que será entregue à banca examinadora)

Elemento **Obrigatório**. Ela deve ser impressa no verso da Folha de rosto, no entanto como o arquivo é digital ela será inserida nesta página na versão final do TCC e NÃO SERÁ CONTADA COMO PÁGINA. Contém os dados da catalogação do trabalho na Biblioteca do CSHNB. Para obtenção da Ficha Catalográfica, o aluno deverá estar com a versão FINAL do TCC, ou seja, com o arquivo em que houve as correções sugeridas pela banca examinadora, após apresentação pública, verificado pelo(a) professor(a) orientador(a). A solicitação da referida ficha deverá ser feita junto à biblioteca do *campus*.

NOME DO(A) ALUNO(A)

TÍTULO DO TCC: Subtítulo (se houver)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Educação do Campo/Ciências da Natureza, pela Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). XXXXXX
XXXX

Banca Examinadora:

(Assinatura)

Prof(a). Dr(a). – Orientador(a)
Universidade Federal do Piauí - UFPI

(Assinatura)

Prof(a). Dr(a). – Membro 1
Universidade Federal do Piauí - UFPI

(Assinatura)

Prof(a). Dr(a). – Membro 2
Universidade Estadual do Piauí-UESPI

Aprovado em ____/____/_____

(Dedicatória)

Elemento opcional. Folha em que o autor presta homenagem ou dedica seu trabalho.
É colocada após a folha de aprovação, à direita, na margem inferior da folha. Não precisa
titular com a palavra “Dedicatória”.

Dedico este trabalho

.....
.....
.....
.....

AGRADECIMENTOS

Usar esta página para os agradecimentos à pessoas e instituições que de alguma forma e em algum momento ajudaram na realização do trabalho e do curso. Constitui-se de um elemento opcional, porém se for elaborado, o termo **AGRADECIMENTOS** deverá ser redigido em letra tamanho 12, maiúsculas, centralizadas, negritadas e o texto com entrelinhamento de 1,5, letra tamanho 12 e alinhamento justificado.

(Epígrafe)

Elemento opcional. Deve ser inserida após os agradecimentos. Tem estilo livre e não precisa titular com a palavra “EPIGRAFE”.

Título, frase, poema, etc. Serve de tema ao assunto ou para resumir o sentido ou situar a motivação da obra; mote. A citação deve seguir as normas NBR 10520 e ser incluída na lista de referências, ex. (FREIRE, 2005, p. 95). Deve ter relação com o objeto de estudo

RESUMO

Elemento obrigatório. O termo **RESUMO** em letras tamanho 12, maiúsculas centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5. O texto do resumo deve conter de 150 a 500 palavras com letras tamanho 12 e entrelinhamento de 1,0. Abaixo do resumo devem ser inseridas as palavras representativas do conteúdo do trabalho.

Palavras-chave: termos ou palavras que representam o assunto abordado no trabalho com letras tamanho 12 e entrelinhamento de 1,0, separadas por ponto e finalizadas também por ponto, iniciadas pela primeira letra em maiúsculo. Use de três a cinco palavras-chave as quais não devem estar incluídas no título e devem ser alocadas em ordem alfabética.

OBS: Redigido de acordo com a ABNT NBR 6028

ABSTRACT

Elemento obrigatório. O termo **ABSTRACT** em letras tamanho 12, maiúsculas centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5. O texto do resumo deve conter de 150 a 500 palavras, entrelinhamento de 1,0. Abaixo do resumo devem ser inseridas as palavras representativas do conteúdo do trabalho. O *Abstract* deve ser o resumo traduzido para a língua inglesa.

Keywords: termos ou palavras em língua estrangeira que representam o assunto abordado no trabalho com letras tamanho 12 e entrelinhamento de 1,0, separadas por ponto e finalizadas também por ponto, iniciadas pela primeira letra em maiúsculo. Use de três a cinco *Keywords* as quais devem ser alocadas em ordem alfabética. As *Keywords* devem ser as palavras-chave traduzidas para a língua inglesa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Legenda.....	16
Figura 1 – Legenda.....	18
Figura 2 – Legenda.....	18
Figura 3 – Legenda.....	20

Elemento opcional. Deve ser elaborada conforme a ordem em que aparecem no texto com a indicação da página. Inclui-se na lista quadros, gráficos, plantas, mapas, fluxogramas, fotografias, etc. Pode-se optar por lista única ou lista específica (por tipo de ilustração, ex., LISTA DE GRÁFICOS, LISTA DE FIGURAS, etc.). Este exemplo é de lista única para todas as categorias de ilustrações. O termo **LISTA DE ILUSTRAÇÕES** deve ser redigido em letras tamanho 12, maiúsculas, centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5. Nessa seção, a legenda de cada ilustração deve ser apresentada exatamente como consta no corpo do texto.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Legenda.....	15
Tabela 2 – Legenda.....	16
Tabela 3 – Legenda.....	18
Tabela 4 – Legenda.....	18
Tabela 5 – Legenda.....	19
Tabela 6 – Legenda.....	20

Elemento opcional. O termo **LISTA DE TABELAS** deve ser redigido em letras tamanho 12 maiúsculas, centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5. Para listar os títulos das tabelas e a indicação da localização da página, utilizar letras tamanho 12 e entrelinhamento 1,5. Nessa seção, os títulos de cada tabela devem ser apresentados exatamente como constam no corpo do texto e devem ser apresentados na ordem do texto.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

UFPI – Universidade Federal do Piauí

Elemento opcional. O termo **LISTA DE ABREVIATURAS** deve ser redigido com letras em tamanho 12, maiúsculas, centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5. A lista com as abreviatura e/ou siglas deve ser construída respeitando a ordem alfabética, alinhada à margem esquerda, com a sigla seguida de espaço, travessão, espaço e a descrição da sigla também em letras tamanho 12 e entrelinhamento 1,5.

LISTA DE SÍMBOLOS

® – Marca registrada

°C – Graus Celsius

µL – Microlitros

Elemento opcional. O termo **LISTA DE SÍMBOLOS** deve ser redigido com letras em tamanho 12, maiúsculas, centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5. A lista com os símbolos deve ser alinhada à margem esquerda, com a símbolo seguido de espaço, travessão, espaço e a significado do mesmo também em letras tamanho 12 e entrelinhamento 1,5. Elaborada de acordo com a ordem em que os símbolos são apresentados no texto.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	15
2.1 Objetivo geral	15
2.2 Objetivos específicos	15
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
4 MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA	17
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20
APÊNDICE A – LEGENDA	21
ANEXO A – LEGENDA	22

Elemento obrigatório. Enumeração das principais divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que consta no texto acompanhado respectivamente pelo número da página, elaborado segundo a Norma ABNT 14724:2011 e Normas ABNT correlatas. Deve aparecer em folha distinta com o nome **SUMÁRIO** em negrito e em letra maiúscula, centralizado na parte superior. Os elementos pré-textuais não devem constar no sumário. Não usar recuos. A formatação dos títulos deve ser igual à que foi usada no texto. Os itens que constam no **SUMÁRIO** (objetivos, revisão bibliográfica, material e métodos, resultados e discussão) poderão sofrer variações dependendo da área de pesquisa do(a) orientador(a), podendo ser suprimidos ou reorganizados conforme necessidade. No entanto a **INTRODUÇÃO** e as **CONSIDERAÇÕES FINAIS** deverão ser apresentadas em todos os trabalhos.

1 INTRODUÇÃO

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos (*exceto citações com mais de três linhas, notas de rodapé e legendas). Em notas de rodapé e citações de mais de três linhas use espaço de 1,0 e tamanho 10 ou 11. Notas de rodapé dentro das margens e separadas do texto por um traço de 5cm.

Distinquir, de forma hierárquica, o destaque das seções e subseções, Pode haver subdivisão de uma seção até a quinta parte. Padronizar o destaque para todo o trabalho. Ex.:

1 TÍTULO DA SEÇÃO PRIMÁRIA

1.1 Título Seção Secundária

1.1.1 Título Seção terciária

1.1.1.1 Seção quaternária

1.1.1.1.1 Seção Quinária

Quando houver seções e subseções no trabalho a formatação apresentada no corpo do texto deve ser apresentada no sumário.

2 OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12, sem utilização de marcadores e parágrafo de 1,25. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos.

2.2. Objetivos específicos

- Quando houver objetivos específicos utilize travessão seguido de espaço para cada um deles;
- Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos (*exceto citações com mais de três linhas, notas de rodapé e legendas). Em notas de rodapé e citações de mais de três linhas, use espaço de 1,0 e tamanho 10 ou 11. Notas de rodapé dentro das margens e separadas do texto por um traço de 5cm

Distinguir, de forma hierárquica, o destaque das seções e subseções, Pode haver subdivisão de uma seção até a quinta parte. Padronizar o destaque para todo o trabalho. Ex.:

1 TÍTULO DA SEÇÃO PRIMÁRIA

1.1 Título Seção Secundária

1.1.1 Título Seção terciária

1.1.1.1 Seção quaternária

1.1.1.1.1 Seção Quinária

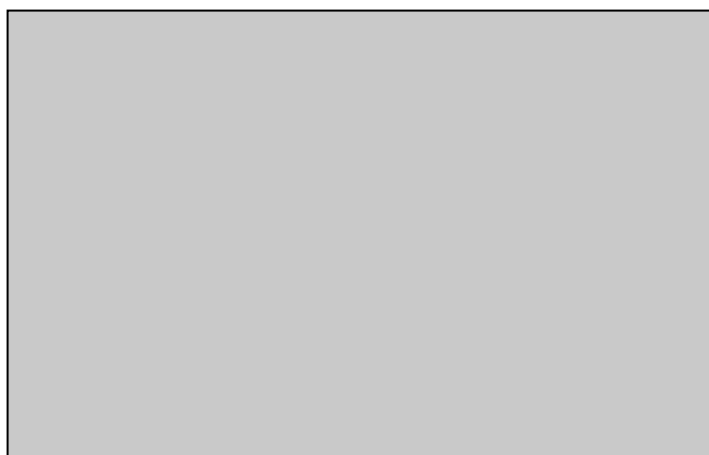
Quando houver seções e subseções no trabalho a formatação apresentada no corpo do texto deve ser apresentada no sumário.

4 MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos (*exceto citações com mais de três linhas, notas de rodapé e legendas). Em notas de rodapé e citações de mais de três linhas, use espaço de 1,0 e tamanho 10 ou 11. Notas de rodapé dentro das margens e separadas do texto por um traço de 5cm.

Quando houver ilustração, a legenda da mesma aparece na parte superior e a fonte logo abaixo da mesma. Tanto na legenda quanto na fonte da ilustração use tamanho 10 ou 11 (padronizar para todo o texto) e espaçamento simples. A fonte é obrigatória. Caso a ilustração seja elaborada pelo(a) aluno(a), usar as expressões: “Elaborado pelo(a) autor(a) (Ano)”, “Dados da pesquisa (Ano)”. Se os dados pertencerem a outra fonte, colocar a citação, ex. “CASTRO (2013)”. Ex:

Figura 1 – Legenda.



Fonte: Elaborado pelo(a) autor(a) (2018).

A ilustração deve ser citada no texto e inserida o mais próximo possível do trecho a que se refere.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12. Um espaço em branco de 1,5 deve ser usado antes e depois dos títulos e subtítulos (*exceto citações com mais de três linhas, notas de rodapé e legendas). Em notas de rodapé e citações de mais de três linhas, use espaço entrelinha de 1,0 e tamanho 10 ou 11. Notas de rodapé dentro das margens e separadas do texto por um traço de 5cm. Os itens Resultados e Discussão poderão ser apresentados separadamente, como seções independentes.

Os dados podem ser apresentados em quadro e/ou tabelas. Quadros são utilizados para dados discursivos; predominância de textos; dados qualitativos; é fechado nas laterais. Já as tabelas são utilizadas para dados não discursivos; dados numéricos e/ou estatísticos; dados quantitativos; é aberta nas laterais. Ex.:

Quadro 1 – Legenda.

Legenda	Legenda	Legenda

Fonte: Elaborado pelo(a) autor(a) (2018).

Tabela 1 – Legenda.

Legenda	Legenda	Legenda

Fonte: Elaborada pelo(a) autor(a) (2018).

Quando houver quadros e/ou tabelas a legenda deverá aparecer em cima e a fonte logo abaixo deles. Tanto na legenda quanto na fonte do quadro e/ou tabelas use tamanho 10 ou 11 (padronizar para todo o texto) e espaçamento de 1,0. A fonte é obrigatória. Caso o quadro e/ou tabela seja elaborada pelo aluno, usar as expressões: “Elaborado pelo autor (Ano)”, “Dados da pesquisa (Ano)”, se os dados pertencerem a outra fonte, colocar a citação, ex. “CASTRO (2013)”. Os quadros e/ou tabelas devem ser citados no texto e inseridos o mais próximo possível do trecho a que se referem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Redija o texto com espaçamento entrelinhas de 1,5, tamanho 12.

REFERÊNCIAS

Elemento obrigatório. O termo **REFERÊNCIAS** em letras tamanho 12, maiúsculas, centralizado, negrito. Todos os documentos citados no trabalho devem ser listados. As referências são alinhadas à margem esquerda, com letras tamanho 12 e entrelinhamento de 1,0. As referências devem separadas uma das outras por um espaço de 1,0 em branco. Elaborar de acordo com a ABNT/NBR 6023:2018. Para elaborar as referências consultar o Modelo de Projeto de TCC. A NORMA ACIMA CITADA APRESENTA DETALHAMENTOS QUE DEVEM SEMPRE SER CONSULTADOS PELO(A) ALUNO(A) E ORIENTADOR(A).

APÊNDICE A – LEGENDA DO APÊNDICE

Elemento opcional: Apêndice é um texto ou documento elaborado pelo autor e que foi utilizado no trabalho. O termo **APÊNDICE** com letras tamanho 12, maiúsculas, centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5.

ANEXO A - LEGENDA DO ANEXO

Elemento opcional. Anexo é um texto ou documento NÃO elaborado pelo autor, mas que foi utilizado no trabalho. O termo **ANEXO** com letras tamanho 12, maiúsculas centralizadas, negritadas e entrelinhamento de 1,5.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- _____. ABNT NBR 6028: Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- _____. ABNT NBR 6034: Informação e documentação – Índice – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- _____. ABNT NBR 15287: Informação e documentação – Projetos de Pesquisa – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
- _____. ABNT NBR 14724: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.
- _____. ABNT NBR 6024: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.
- _____. ABNT NBR 6027: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.
- _____. ABNT NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
- BRASIL. **Resolução Nº 02, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: 20 dez. 2019.
- CALDAS (2016). (<https://www.passeidireto.com/arquivo/57525481/normas-abnt>)
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” CAMPUS DE RIO CLARO. **Elaboração de trabalhos acadêmicos segundo ABNT/NBR14724:2012**. Rio Claro: Biblioteca UNESP Rio Claro. 2017. Disponível em: <<https://docs.google.com/presentation/d/1E8cwoDgm9qSve5DVvXvk-0-WoJaDCZrIVvk16P2ayjA/edit#slide=id.p4>>. Acesso em 10 jan. 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução Nº 177, de 05 de dezembro de 2012**. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2012.
- _____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**. Teresina: UFPI, 2020.

_____. **Resolução 220, de 28 de setembro de 2016.** Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para Educação Básica na UFPI. Teresina: UFPI. 2016.

_____. **Portaria N° 330, de 22 de julho de 2017.** Câmara de Ensino – CAMEN. Aprova as Diretrizes gerais para o Trabalho de Conclusão de Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI. 2017.

_____. **Resolução N° 145, de 17 de outubro de 2019.** Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX. Altera a Resolução N° 177/2012 CEPEX, de 05 de novembro de 2012. Teresina: UFPI. 2019.

APÊNDICE C
REGULAMENTO PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE
GRADUAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO, ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA (UFPI/CSHNB)

**REGULAMENTO PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, ÁREA CIÊNCIAS
DA NATUREZA (UFPI/CSHNB)**

CONSIDERANDO a Resolução N° 177/12-CEPEX e suas alterações, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza (LEDOC), *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, resolve:

Art. 1º. As Atividades Complementares de Graduação fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, constituindo um conjunto de estratégias didático-pedagógicas vivenciadas durante o percurso acadêmico, previstas pela Instituição de Ensino Superior (IES), para a integralização curricular, considerando-se aquelas relevantes para que o/a estudante adquira, o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

Parágrafo Único. As Atividades Complementares da LEDOC se caracterizam como atividade acadêmica individual no âmbito da UFPI, se configuram como atividades acadêmicas específicas que o/a aluno/a desempenha por livre iniciativa, sem ou com a participação ou orientação de um professor da UFPI e que, no entendimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), contribuem para sua formação e devem ser registradas no histórico escolar.

Art. 2º. São consideradas Atividades Complementares da LEDOC a participação dos/as discentes nas seguintes atividades:

- a) Ensino;
- b) Iniciação à pesquisa;
- c) Grupos de estudos;
- d) Grupo de pesquisa;
- e) Programa de Intercâmbio Interinstitucional;
- f) Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos;
- g) Organização de eventos técnico-científicos;
- h) Participação em minicursos;
- i) Participação em eventos técnico-científicos;
- j) Docência;
- k) Assessoria em comunidades rurais e cooperativas;

- l) Facilitação de curso, minicurso ou oficina;
- m) Projeto de extensão (com bolsa e/ou voluntário);
- n) Cursos de extensão;
- o) Evento de extensão;
- p) Publicações em anais de eventos internacionais, nacionais, regionais e locais;
- q) Publicações em periódicos nacionais;
- r) Publicação de livros ou e-book (como organizador, autor ou coautor)
- s) Publicação de capítulo de livro;
- t) Representação estudantil;
- u) Representação de sindicatos e movimentos sociais;
- v) Atividades Artístico-culturais;
- w) Produções técnico-científicas;
- x) Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos;
- y) Participação em disciplina eletiva;
- z) Realização de estágios não obrigatório;
- aa) Visitas técnicas.

Parágrafo único. O estágio curricular não obrigatório é aquele previsto no PPC, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão (conforme Art. 71, da Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI).

Art. 3º. As atividades Complementares da LEDOC são agrupadas nas seguintes categorias:

- a) Iniciação à docência e à pesquisa;
- b) Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais;
- c) Experiências profissionais e/ou complementares;
- d) Atividades de extensão;
- e) Trabalhos publicados;
- f) Vivências de gestão;
- g) Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas;
- h) Disciplina eletiva;
- i) Estágio não obrigatório;
- j) Visitas técnicas.

Parágrafo Único. Cada atividade está descrita nos quadros do apêndice e possui uma carga horária mínima e máxima, que podem ser integralizadas no histórico escolar a partir da apresentação dos documentos comprobatórios exigidos pela Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI.

Art. 4º. Para a participação do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – Realiza-las a partir do seu ingresso no curso;

II – Ser compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;

III – Serem realizadas em pelo menos duas das categorias citadas no artigo 3º;

Art. 5º. O período para registro das atividades complementares no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) pelo/a discente é estabelecido no Calendário Acadêmico de cada período letivo ou por procedimento especial aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação (CAMEN).

Art. 6º. Cabe à Coordenação de Curso avaliar o desempenho do/a discente nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo a decisão deferido/indeferido e estipulando a carga horária a ser aproveitada de acordo com as normas da LEDOC, de modo a ser homologada no SIGAA para que seja incluída no histórico dele/a.

Art. 7º. O período de avaliação das Atividades Complementares de Graduação pela Coordenação de Curso também está previsto no Calendário Acadêmico de cada período letivo, cujo prazo final é de até 60 dias antes do prazo para a colação de grau do/a discente.

Art. 8º. Os casos de discente ingresso na LEDOC por meio de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiver participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pela Coordenação de Curso, que poderá computar total ou parte da carga horária atribuída pela IES ou curso de origem, em conformidade com as disposições da Resolução Nº 177/2012 CEPEX/UFPI e de suas normatizações internas.

Parágrafo único. O/A discente que ingressar por processo seletivo de Portador de Curso Superior deverá desenvolver normalmente as Atividades Complementares requeridas pela LEDOC.

Art. 9º. A carga horária de atividades complementares da LEDOC, condição necessária para conclusão do curso, é de 200 horas, não ultrapassando os 10% da carga horária total do curso.

Parágrafo único. Não pode haver substituição da carga horária de Atividades Complementares de Graduação por outros componentes curriculares obrigatórios ou optativos.

Art. 10. A Coordenação do Curso é a responsável pela implantação, acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares de Graduação.

Parágrafo Único. Cabe ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) propor as cargas horárias atinentes às Atividades Complementares de Graduação que integram o currículo da LEDOC e a aprovação das normatizações para a operacionalização delas, com posterior deliberação pelo Colegiado do Curso e, após análise pela Coordenação de Currículo (CC) da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) será homologado pela Câmara de Ensino (CAMEN).

**APÊNDICE - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, ÁREA CIÊNCIAS DA
NATUREZA**

Quadro 1 - Descrição das atividades de iniciação à docência e à pesquisa consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

CATEGORIA: Iniciação à docência e à pesquisa Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 180 horas Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90 horas						
COMPONENTE			CARGA HORÁRIA		EXIGÊNCIAS	
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	MÍNIMA APROVEITADA	MÁXIMA APROVEITADA		
PRCAMP/PIC001	Ensino	Monitoria no curso, por período letivo	15 horas	60 horas	Declaração do professor orientador ou líder do grupo de pesquisa ou certificado do órgão/unidade competente, por período letivo	
		Participação em PET	15 horas	60 horas		
		Participação em projetos institucionais, PIBID e Residência Pedagógica	15 horas	60 horas		
		Participação em Atividades Extracurriculares de Ensino (AEE)	15 horas	60 horas		
PRCAMP/PIC002	Iniciação a pesquisa	Participação em projetos de pesquisa, projetos institucionais, PIBIT, PIBIC, ICV, ITV	15 horas	60 horas		
NOVO	Grupos de estudos	Participação em grupos de estudos sob supervisão de professores e/ou mestrandos e doutorandos da UFPI	10 horas	40 horas		
PRCAMP/PIC003	Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa liderado por docentes da UFPI	10 horas	40 horas		
NOVO	Programa de Intercâmbio Interinstitucional	Participação em Programa de Intercâmbio Interinstitucional, firmados por meio de acordo entre a UFPI e instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, em cursos de graduação reconhecidos ou autorizados	15 horas	60 horas		

Quadro 2 - Descrição das atividades de apresentação e/ou organização de eventos consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

CATEGORIA: Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais					
Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 60 horas					
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60 horas					
COMPONENTE			CARGA HORÁRIA		EXIGÊNCIAS
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	MÍNIMA APROVEITADA	MÁXIMA APROVEITADA	
PRCAMP/PIC004	Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas	10 horas	60 horas	Certificado ou declaração do órgão/unidade competente de participação, organização ou apresentação de trabalho.
PRCAMP/PIC005	Organização de eventos técnico-científicos	Organização de congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas	10 horas	60 horas	
NOVO	Participação em minicursos	Participação em minicursos com carga horária de até 10 (dez) horas	5 horas	60 horas	
PRCAMP/PIC006	Participação em eventos técnico-científicos (Duração de 4 a 8 horas)	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, defesas de TCC, de dissertação de mestrado e tese de doutorado, fóruns, semanas acadêmicas, encontros estudantis, minicursos e oficinas	2 horas	60 horas	
	Participação em eventos técnicos-científicos (Duração 9 a 20 horas)	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, fóruns, semanas acadêmicas, encontros estudantis, cursos de formação	4 horas	60 horas	
	Participação em eventos técnicos-científicos (Duração de 21 a 40 horas)	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, fóruns, semanas acadêmicas, encontros estudantis, cursos de formação	10 horas	60 horas	
	Participação em eventos técnicos-científicos (Duração acima de 40 horas)	Participação em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas, encontros estudantis, cursos de formação	20 horas	60 horas	

Quadro 3 - Descrição das experiências profissionais e/ou complementares consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

CATEGORIA: Experiências profissionais e/ou complementares					
Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 120 horas					
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90 horas					
COMPONENTE			CARGA HORÁRIA		EXIGÊNCIAS
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	MÍNIMA APROVEITADA	MÁXIMA APROVEITADA	
PRCAMP/PIC007	Docência	Regência em sala de aula como docente, com vínculo empregatício, por um período mínimo de um semestre	30 horas	90 horas	Declaração ou certificado do órgão/unidade competente
NOVO	Assessoria em comunidades rurais e cooperativas	Exercício de assessoramento ou consultoria técnica por um período mínimo de um semestre	30 horas	90 horas	
NOVO	Facilitação de curso, minicurso ou oficina	Ministrante de curso de formação, com carga horária mínima de 40 horas	20 horas	90 horas	
		Ministrante de oficinas e minicursos, com carga horária mínima de 4 horas	4 horas	20 horas	

Quadro 4 - Descrição das atividades de extensão* consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

CATEGORIA: Atividades de extensão					
Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 90 horas					
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90 horas					
COMPONENTE			CARGA HORÁRIA		EXIGÊNCIAS
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	MÍNIMA APROVEITADA	MÁXIMA APROVEITADA	
PRCAMP/PIC008	Projeto de extensão com bolsa	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 12 a 20h.	30 horas	60 horas	Certificado emitido pela PREXC.
PRCAMP/PIC009	Projeto de extensão voluntário	Um semestre de participação em projeto de extensão com dedicação semanal de 06 a 20 h.	30 horas	30 horas	
NOVO	Cursos de extensão	Participação em curso de iniciação com carga horária mínima de 8 horas	2 horas	30 horas	
		Participação em curso de formação complementar com carga horária de mínima de 20 horas-aula	4 horas	32 horas	
		Participação em curso de atualização profissional com carga horária de mínima de 40 horas-aula	8 horas	40 horas	
		Participação em curso de aperfeiçoamento com carga horária de mínima de 8 horas-aula, organizadas em módulos, de, no mínimo 30 horas-aula	10 horas	60 horas	
NOVO	Evento de extensão	Participação em curso e/ou evento que não alcança carga horária mínima de 8 horas-aula	2 horas	10 horas	

*As atividades encontram-se definidas na Resolução Nº 21/2018 CEPEX/UFPI.

Quadro 5 - Descrição dos trabalhos publicados considerados como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

CATEGORIA: Trabalhos publicados					
Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 90 horas					
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90 horas					
COMPONENTE			CARGA HORÁRIA		EXIGÊNCIAS
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	MÍNIMA APROVEITADA	MÁXIMA APROVEITADA	
PRCAMP/PIC010	Publicações em anais de eventos internacionais e/ou nacionais	Publicação resumo expandido ou trabalho completo em anais de congressos e similares	30 horas	90 horas	Certificado do órgão/unidade competente e cópia do resumo nos anais. Para artigos e capítulo de livro, cópia do trabalho. Para os artigos aceitos (no prelo) .carta de aceite da revista e cópia do trabalho.
NOVO	Publicações em anais de eventos internacionais e/ou nacionais	Publicação de resumo simples em anais de congressos e similares	20 horas	90 horas	
PRCAMP/PIC011	Publicações em anais de eventos regionais e/ou locais	Publicação de resumo expandido ou trabalho completo em anais de congressos e similares	15 horas	90 horas	
NOVO	Publicações em anais de eventos regionais e/ou locais	Publicação de resumo simples em anais de congressos e similares	10 horas	90 horas	
PRCAMP/PIC012	Publicações em periódicos nacionais	Publicações ou artigos aceitos em periódicos especializados	45 horas	90 horas	
NOVO	Publicação de livros ou e-book (como organizador, autor ou coautor)	Publicação de livro técnico-didático-científico ou e-book com ISBN e publicado por editora com conselho editorial	45 horas	90 horas	
NOVO	Publicação de capítulo de livro	Publicação de capítulo de livro impresso ou E-book com ISBN	45 horas	90 horas	

Quadro 6 - Descrição das vivências de gestão consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

CATEGORIA: Vivências de gestão Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 40 horas Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 40 horas					
COMPONENTE			CARGA HORÁRIA		EXIGÊNCIAS
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	MÍNIMA APROVEITADA	MÁXIMA APROVEITADA	
PRCAMP/PIC013	Representação estudantil	Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político-estudantil	10 horas	40 horas	Para representação político – estudantil, declaração ou certificado do órgão/unidade competente com Ata de eleição. Para representação em órgão colegiado e conselho do campus, portaria de nomeação, por ano.
		Participação como representante estudantil em órgãos colegiados ou comissões da UFPI			
NOVO	Representação de sindicatos e movimentos sociais	Participação como membro de sindicatos e movimentos sociais	10 horas	40 horas	

Quadro 7 - Descrição das atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

CATEGORIA: Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 90 horas Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60 horas					
COMPONENTE			CARGA HORÁRIA		EXIGÊNCIAS
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	MÍNIMA APROVEITADA	MÁXIMA APROVEITADA	
PRCAMP/PIC014	Atividades Artístico-culturais	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música	30 horas	60 horas	Declaração ou certificado do órgão/unidade competente ou do professor. Para os aprovados em concurso público, cópia do edital e resultado final ou publicação em Diário Oficial.
	Produções técnico-científicas	Produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos	30 horas	60 horas	
PRCAMP/PIC015	Recebimento de premiação ou aprovação em concursos públicos	Premiação recebida em eventos artístico-culturais, acadêmicos ou por órgãos afins	15 horas	60 horas	
		Aprovação em concursos públicos na área de Ciências da Natureza e/ou áreas afins	30 horas	60 horas	

Quadro 8 - Descrição da disciplina eletiva ofertada por outro curso desta IES ou por outras instituições de ensino superior considerada como atividades complementares pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

CATEGORIA: Disciplina eletiva Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 60 horas Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60 horas					
COMPONENTE			CARGA HORÁRIA		EXIGÊNCIAS
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	MÍNIMA APROVEITADA	MÁXIMA APROVEITADA	
PRCAMP/PIC016	Participação em disciplina eletiva	Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior (carga horária mínima de 45 horas)	15 horas	60 horas	Histórico Escolar.
		Ofertada por outro curso desta IES ou por outras Instituições de Educação Superior (carga horária mínima de 60 horas)	30 horas	60 horas	

Quadro 9 - Descrição do estágio não obrigatório considerado como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

CATEGORIA: Estágio não obrigatório Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 90 horas Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90 horas					
COMPONENTE			CARGA HORÁRIA		EXIGÊNCIAS
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	MÍNIMA APROVEITADA	MÁXIMA APROVEITADA	
PRCAMP/PIC017	Realização de estágios não obrigatório	Participação em estágio não-obrigatório em instituições escolares devidamente conveniadas com a UFPI e com acompanhamento de professor orientador do curso, com dedicação semanal de 5 a 20 horas para o aluno	30 horas	90 horas	Declaração ou certificado do órgão/unidade competente, por período letivo.
		Programas de integração empresa-escola, com dedicação semanal acima de 12 horas	30 horas	90 horas	

Quadro 10 - Descrição das visitas técnicas consideradas como atividades complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza, CSHNB.

CATEGORIA: Visitas técnicas Carga Horária Máxima da Categoria (Res. CEPEX 177/12): 10 horas Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 10 horas					
COMPONENTE			CARGA HORÁRIA		EXIGÊNCIAS
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	MÍNIMA APROVEITADA	MÁXIMA APROVEITADA	
PRCAMP/PIC018	Visitas técnicas	Visitas técnicas na área do curso	2 horas	10 horas	Relatório circunstanciado, validado e aprovado pelo professor do Curso e Declaração da entidade responsável pela

					visita
--	--	--	--	--	--------

APÊNDICE D**REGULAMENTO DO REGIME DE ALTERNÂNCIA DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, ÁREA CIÊNCIAS DA
NATUREZA (UFPI/CSHNB)**

REGULAMENTO DO REGIME DE ALTERNÂNCIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA (UFPI/CSHNB)

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza (LEDOC), no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), resolve:

Art. 1º. A alternância, método estruturante da LEDOC, refere-se a um regime de tempos/espços alternados na formação de educadores do campo, pressupondo uma dinâmica que se estrutura em tempo universidade e tempo comunidade, do seguinte modo:

I – Cada unidade tempo universidade e tempo comunidade corresponde a um período letivo, obedecendo às normativas da UFPI;

II – O tempo universidade refere-se ao momento de aulas presenciais, realizadas sob a responsabilidade da LEDOC, em espaço por ele definido, correspondendo a 44 horas de cada disciplina obrigatória e optativa de cada período letivo;

IV – Durante o tempo universidade deverá ocorrer em cada disciplina, no mínimo, duas avaliações do educando a fim de compor a avaliação global ao término do semestre, nos termos da Resolução N.º 177/2012;

V – O tempo comunidade é o momento de atividades, subsequente ao tempo universidade, em que os educandos realizarão atividades teórico-práticas, nas comunidades em que vivem e trabalham ou em escolas do campo, correspondendo a 16 horas de cada disciplina obrigatória e optativa de cada período;

VI – As atividades do tempo universidade e do tempo comunidade serão desenvolvidas a partir de eixos temáticos pré-estabelecidos no PPC para cada período letivo;

VII – O tempo comunidade, caracterizado por ensino, pesquisa e extensão com vistas à problematização da vida dos povos do campo, deve ser realizado, preferencialmente, no local de moradia e trabalho do/a educando/a e ser continuamente acompanhado pelo(s) docente(s) orientador(es);

VIII – As ações desenvolvidas e a carga horária no tempo comunidade devem ser previstas no programa da disciplina realizado pelo(s) docente(s) orientador(es), de acordo com o PPC da LEDOC;

Parágrafo Único. A UFPI deverá garantir a execução do tempo comunidade, preferencialmente com acompanhamento presencial dos docente(s) orientador(es), como forma de garantir a qualidade da formação oferecida pelo Curso;

IX – A frequência dos/as discentes nas ações desenvolvidas no tempo comunidade devem ser registradas e uma avaliação do/a educando/a deverá ser desenvolvida para composição da média de cada disciplina no período letivo;

X – As atividades propostas para o tempo comunidade serão compiladas em Cadernos de Atividades, para cada período letivo, em consonância com os eixos temáticos pré-estabelecidos no PPC, serão elaborados pelos docentes de cada disciplina, para aprovação do Colegiado do Curso, respeitando a necessidade de diálogo entre os tempos/espacos da alternância e os eixos temáticos;

XI – As atividades definidas no Caderno de Atividades, de cada período, deverão ser desenvolvidas pelos/as discentes e ao professor titular de cada disciplina cabe a responsabilidade de, individualmente ou em consórcio com outro docente, orientar e corrigir a(s) atividade(s) proposta(s) e atribuir uma nota referente ao tempo comunidade para a(s) disciplina(s).

XII – As atividades do tempo comunidade serão supervisionadas *in loco* por docentes da LEDOC, distribuídos à critério da Coordenação do Curso, a cada período letivo;

XIII – Os resultados das atividades desenvolvidas durante o tempo comunidade deverão ser socializados ao final do período letivo ou no início do período subsequente.

Parágrafo Único. A aprovação em uma disciplina está condicionada ao rendimento escolar do aluno, conforme disposto na Resolução N° 177/2012 CEPEX/UFPI, e implica a contabilização de sua frequência, que deve ser de 75% da carga horária da unidade tempo universidade e tempo comunidade.

Art. 2º. A formação ofertada na LEDOC, estruturada em regime de alternância, considera que:

I - Cada período letivo do Curso é orientado por um eixo integrador;

II - Os eixos integradores devem atender ao princípio da transdisciplinaridade;

III - A articulação entre tempo universidade e tempo comunidade deve ser pensada na perspectiva interdisciplinar, objetivando atender a habilitação em Ciências da Natureza.

Art. 3º. O currículo da LEDOC possui oito eixos integradores, correspondentes a cada período letivo:

I - 1º Período - Reconhecimento da realidade campesina: educação, história, terra, território, etnia e identidade;

II - 2º Período - Educação do Campo: sociedade, ética, políticas públicas, aprendizagem e inclusão;

III - 3º Período - Educação do Campo e Ciências da Natureza: conhecimento e ensino;

IV - 4º Período - Educação do Campo e Ciências da Natureza: conhecimento, metodologia de ensino e avaliação;

V - 5º Período - Pesquisa como princípio educativo na Educação do Campo;

VI - 6º Período - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Fundamental e o ensino de Ciências;

VII - 7º Período - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Física;

VIII - 8º Período - Ciências da Natureza: a escola do campo de Ensino Médio e o ensino de Biologia e Química.

Art. 4º. O regime de alternância poderá se dar em colaboração com diversas instituições, denominadas Entidades de Apoio, corresponsáveis pela formação dos educandos no tempo comunidade, como escolas, institutos, sindicatos e outras organizações.

§ 1º. Compete à Coordenação da LEDOC mapear, avaliar e definir as Entidades de Apoio ao regime de alternância, tendo em vista o atendimento e a garantia da qualidade na formação.

§ 2º. No que for necessário, o Curso promoverá a celebração de convênios da UFPI com as Entidades de Apoio ao regime de alternância.

Art. 5º. Os docentes responsabilizam-se pelas seguintes atividades no tempo universidade e do tempo comunidade:

I - Planejar situações de aprendizagem que promovam a mobilização de conhecimentos para a resolução de problemas;

II - Conceber e produzir os materiais técnico-pedagógicos e instrumentos de avaliação necessários ao desenvolvimento do processo formativo;

III - Avaliar os/as discentes;

IV - Colaborar com os demais elementos da equipe gestora e pedagógica na definição das respostas de formação que se revelem mais adequadas às necessidades individuais;

V - Acompanhar, de preferência presencialmente, as atividades desenvolvidas no tempo comunidade;

VI - Contribuir para articulação entre disciplinas e momentos formativos da alternância em eixos temáticos.

Art. 6º. Os casos omissos serão analisados e resolvidos em reunião do Colegiado da LEDOC.

Art. 7º. O presente regulamento entra em vigor na data da sua aprovação pelo Colegiado do Curso.

Picos, 01 de outubro de 2020.

APÊNDICE E
RELATÓRIO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, ÁREA CIÊNCIAS DA
NATUREZA (UFPI/CSHNB), REFERENDANDO AS REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

RELATÓRIO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, ÁREA CIÊNCIAS DA NATUREZA (UFPI/CSHNB), REFERENDANDO AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

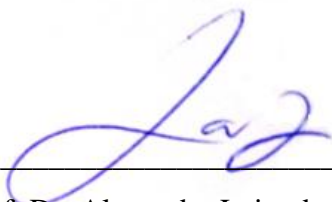
De modo a atender aos padrões de qualidade nos programas de cada componente curricular que compõe o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), área Ciências da Natureza, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), estão previstos 3 (três) títulos na Bibliografia Básica e 5 (cinco) títulos na Bibliografia Complementar. Para os títulos da Bibliografia Básica estão disponíveis para empréstimo, um exemplar dos livros indicados para cada 5 (cinco) vagas autorizadas, além de mais um exemplar como reserva técnica, que serve para consulta na própria Biblioteca. E, para os títulos da Bibliografia Complementar estão disponíveis para empréstimo 2 (dois) exemplares, além de mais 1 (um) exemplar como reserva técnica. Estes também são disponibilizados para uso dos demais cursos, mas garantem as necessidades da LEDOC.

O acervo está informatizado e tombado junto ao patrimônio da instituição, organizado por áreas de conhecimento para facilitar a procura por títulos específicos, contempla todas as áreas de abrangência do Curso e é de livre acesso para todos os usuários, respeitando-se as normas vigentes.

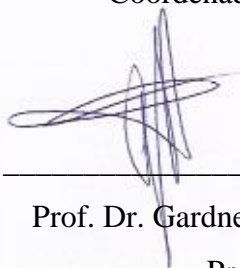
A Bibliografia Básica e Complementar de cada uma das unidades curriculares apostas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) estão adequadas ao número de vagas autorizadas para a LEDOC.

Considerando as condições de disponibilização, guarda e manutenção do acervo das Bibliografias Básica e Complementar de cada uma das unidades curriculares do PPC, disponível na proporção adequada e atendendo às necessidades da LEDOC, cuja previsão de entrada semestral de estudantes é de 120 vagas anuais, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), designado pela Portaria N° 11/2020-PREG/UFPI, de 16 de março de 2020, composto pelos professores Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva (Coordenador do Curso), Prof. Dr. Fábio Soares da Paz (Subcoordenador do Curso), Prof.^a Dr.^a Patrícia Sara Lopes Melo, Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais, Prof.^a Dr.^a Suzana Gomes Lopes, Prof.^a Dr.^a Tamaris Gimenez Pinheiro, Prof.^a Dr.^a Edneide Maria Ferreira da Silva e Prof.^a Dr.^a Fabrícia de Castro Silva referenda o presente relatório, estando comprovada a compatibilidade em cada Bibliografia Básica e Complementar

disponíveis do acervo do *campus* com o PPC do Curso, conforme Anexo. Vale ressaltar, ainda, que o Curso dispõe de apoio técnico e pedagógico da Pedagoga Esp. Daniela Rosa Alves da Silva Pereira.



Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva
Coordenador e Professor



Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais
Professor



Prof.^a Dr.^a Patrícia Sara Lopes Melo
Professora

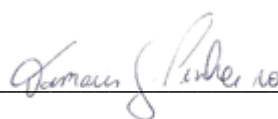


Prof.^a Dr.^a. Edneide Maria Ferreira da Silva
Professora

Picos, 01 de outubro de 2020.



Prof. Dr. Fábio Soares da Paz
Subcoordenador e Professor



Prof.^a Dr.^a Tamaris Gimenez Pinheiro
Professora



Prof.^a Dr.^a Suzana Gomes Lopes
Professora



Prof.^a Dr.^a Fabrícia de Castro Silva
Professora